



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

FLÁVIA FIGUEIREDO DE PAULA CASAGRANDE

**O INFINITIVO PESSOAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA**

**LONDRINA
2006**

FLÁVIA FIGUEIREDO DE PAULA CASAGRANDE

**O INFINITIVO PESSOAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Maria Lazzarini Cyrino

LONDRINA
2006

FLÁVIA FIGUEIREDO DE PAULA CASAGRANDE

**O INFINITIVO PESSOAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA**

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Prof^a Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera

Prof^a Dr^a Maria Eugênia Lamoglia Duarte

Londrina, 03 de fevereiro de 2006.

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus
que em tudo é minha Força,
meu Refúgio e meu Guia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus pais, Luís e Beth, e ao meu marido, Andrélisson, que me apoiaram muito durante todas as etapas pelas quais passei até concluir este trabalho. Também agradeço, com um carinho todo especial, à Sonia, minha orientadora, que me orientou com muita sabedoria e cumplicidade.

CASAGRANDE, Flávia Figueiredo de Paula. **O infinitivo pessoal no português brasileiro: uma abordagem diacrônica.** 2006. 141f Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre a mudança no uso do infinitivo pessoal no português brasileiro (PB), tendo como *corpus* cartas de leitores dos séculos XIX e XX. Com esse intuito, são observados os contextos lingüísticos envolvidos como também as outras modificações lingüísticas ocorridas no PB durante esse período. Entre tais mudanças, estão a simplificação dos paradigmas flexionais dos verbos, a perda da inversão verbo-sujeito, as alterações no sistema pronominal e no parâmetro de sujeito nulo. Primeiramente, são expostos os resultados referentes à distribuição do infinitivo pessoal e impessoal no *corpus* de acordo com as variáveis independentes. Num segundo momento, é focalizada a variação entre o infinitivo com sujeito preenchido e o infinitivo apenas flexionado. Os resultados indicam diferenças no uso do infinitivo pessoal em diversos contextos lingüísticos durante os séculos XIX e XX. Também foi confirmada a hipótese de que, no século XX, a forma pessoal do infinitivo ocorreria preferencialmente por meio da presença do sujeito, tendo uma freqüência menor de infinitivo apenas flexionado. Tal hipótese está fundamentada nas mudanças ocorridas no PB durante esse período, como a simplificação das conjugações verbais e a tendência ao preenchimento do sujeito. No entanto, o sujeito preenchido do infinitivo não estava sendo usado em todas as construções nas quais ele poderia apresentar-se ou até mesmo nas quais sua presença indicaria mudança do tópico referencial. Assim, o infinitivo mostrou-se diferente em relação aos verbos finitos que, atualmente, apresentam a tendência ao preenchimento do sujeito tanto em contextos de não-correferência como de correferência. Portanto, esse resultado pode indicar que o uso do infinitivo pessoal no PB está diminuindo, apontando uma tendência atual ao uso do infinitivo como forma impessoal, visto que houve uma redução no uso do infinitivo flexionado e no preenchimento de sujeito com tal forma verbal. Além disso, os dados indicaram que o infinitivo também perdeu a inversão verbo-sujeito como aconteceu com as sentenças finitas no século XX. A partir desse estudo diacrônico, foi constatado que houve mudanças no uso do infinitivo pessoal durante os séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Infinitivo Pessoal. Mudança Lingüística. Português Brasileiro.

CASAGRANDE, Flavia Figueiredo de Paula. **The personal infinitive in the Brazilian Portuguese: a diacrônica boarding.** 2006. 141f. Dissertation (Mater in Studies of the Language) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ABSTRACT

This dissertation is a study of change in the use of the personal infinitive in Brazilian Portuguese (BP), tendo como *corpus* letters from readers of the 19th and 20th centuries. In this sense, linguistic contexts involved in the change are analyzed as well as the others linguistic changes occurred in BP during this period. Some of these changes are simplification in the verb morphology, the loss of verb-subject inversion, alterations in the pronominal system and in the null subject parameter. First, the results concerned distribution of personal and impersonal infinitives in the *corpus* are presented according to independent variables. Second, the variation between the infinitive form with subjects expressed and the infinitive inflected. The results point out differences in the use of personal infinitives in diverse linguistic structures during the 19th and the 20th centuries. Furthermore they confirm the hypothesis that in the 20th century the personal infinitive would occur because of subject expressed, presenting less frequency of infinitive inflected. This hypothesis is substantiated in the changes of BP occurred during this period, like the simplification in the verbal flexions and the tendency to use the subject expressed. However the subject expressed of infinitive wasn't being used in every constructions which could be used or display the change of referentiality. So the infinitive differs from finite verbs that actually present tendency to use the subject expressed in contexts which coreferentiality does not occur as well as in contexts it occurs. Hence this results may point out the actual tendency to a regularization of the infinitive as impersonal form in as much as there are a reduction in the use of the inflected infinitive and infinitive with subject expressed. Furthermore the data display that in the 20th century the infinitive also lost the verb-subject inversion like it happened with finite verbs. So this diachronic study point out there were changes in the use of personal infinitive during the 19th and the 20th centuries.

Keywords: Personal Infinitive. Linguistic Change. Brazilian Portuguese.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – As flexões do infinitivo conforme a gramática normativa.....	33
Quadro 2 – Pessoa e forma do sujeito do infinitivo	67
Tabela 1 – Frequência dos infinitivos pessoal e impessoal nos séculos XIX e XX.....	86
Tabela 2 – Frequência da completiva infinitiva pessoal em função do elemento que a seleciona no decorrer dos séculos XIX e XX	87
Tabela 3 – Frequência da referência do sujeito do infinitivo pessoal em relação ao sujeito da matriz	94
Tabela 4 – Frequência do sujeito do infinitivo pessoal (não) correferencial ao sujeito da matriz no decorrer dos séculos XIX e XX	96
Tabela 5 – Distância entre o infinitivo pessoal e o elemento que ele complementa	98
Tabela 6 – Distância entre o infinitivo pessoal e o elemento que ele complementa no decorrer dos séculos XIX e XX.....	100
Tabela 7 – Posição do infinitivo pessoal em relação ao verbo da matriz.....	101
Tabela 8 – Frequência do infinitivo na forma pessoal com o sujeito e na forma pessoal com apenas a flexão verbal	103
Tabela 9 – Frequência do infinitivo com sujeito preenchido e do infinitivo apenas flexionado no decorrer dos séculos XIX e XX.....	103
Tabela 10 – Frequência da completiva infinitiva com sujeito preenchido em função do elemento que a seleciona	106
Tabela 11 – Frequência da completiva infinitiva com sujeito preenchido em função do elemento que a seleciona no decorrer dos séculos XIX e XX.....	109
Tabela 12 – Frequência da referência do sujeito preenchido do infinitivo em relação ao sujeito da matriz.....	111
Tabela 13 – Frequência da referência do sujeito preenchido do infinitivo em relação ao sujeito da matriz no decorrer dos séculos XIX e XX	112
Tabela 14 – Frequência do infinitivo com sujeito preenchido em função do número do infinitivo	113

Tabela 15 – Frequência do tipo de sujeito no infinitivo no decorrer dos séculos XIX e XX.....	116
Tabela 16 – Posição do sujeito do infinitivo no decorrer dos séculos XIX e XX.....	120
Tabela 17 – Frequência de pessoa e número do sujeito preenchido do infinitivo em função do número do infinitivo	121
Tabela 18 – Evolução nos paradigmas flexionais do português.....	124
Tabela 19 – Frequência do infinitivo com sujeito preenchido e do infinitivo sem sujeito preenchido, em função do fator não-correferência nos séculos XIX e XX.....	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	16
2 MUDANÇA LINGÜÍSTICA	16
2.1 Mudança lingüística: o objeto de estudo da Lingüística Histórica.....	16
2.2 Mudança: a abordagem sociolingüística variacionista.....	18
2.3 Mudança: a abordagem gerativa.....	19
2.4 Um novo olhar sobre a mudança: a variação paramétrica.....	21
2.5 A mudança lingüística na fala e na escrita	23
2.6 Considerações finais	24
CAPÍTULO 2	26
3 O INFINITIVO PESSOAL: CONTROVÉRSIAS E CONSENSOS	26
3.1 Definições do Infinitivo.....	26
3.2 O uso dos infinitivos pessoal e impessoal segundo a gramática normativa.....	28
3.2.1 O emprego do infinitivo impessoal / não flexionado e suas exceções de acordo com a gramática normativa.....	30
3.2.2 O emprego do infinitivo pessoal/flexionado de acordo com a gramática normativa.....	33
3.3 A origem do infinitivo flexionado.....	37
3.3.1. Os primeiros estudos sobre a origem do infinitivo flexionado.....	38
3.3.2. A origem do infinitivo flexionado segundo a abordagem gerativa	42
3.4 Considerações finais	45
CAPÍTULO 3	47
4 PESQUISAS SOBRE O INFINITIVO PESSOAL: DIFERENTES PERSPECTIVAS	47
4.1 Considerações sobre o infinitivo pessoal no PE - Raposo (1987).....	48
4.2. A mudança no uso do infinitivo flexionado no PE - Martins (no prelo).....	51

4.3. Um estudo comparativo: o infinitivo flexionado no PB e no PE - Luz (1998).....	54
4.4. O infinitivo flexionado e a aquisição da flexão verbal em PB - Schaff (2001).....	58
4.5. Os sujeitos nominativo e oblíquo em orações infinitivas no PB – Botelho Pereira & Roncarati (1993).....	63
4.6. Uma abordagem sincrônica para a redução no uso do infinitivo pessoal - Gorski (2000)	66
4.7. Considerações finais	69
CAPÍTULO 4	71
5 METODOLOGIA	71
5.1 Constituição do <i>Corpus</i>	71
5.2 Apresentação da pesquisa.....	73
5.2.1 Estabelecimento das variáveis	73
5.2.1.1 Variável dependente	73
5.2.1.2 Variáveis independentes.....	74
5.3 Varbrul: um relevante instrumento de análise lingüística quantitativa	82
5.4. Considerações	84
CAPÍTULO 5	85
6 O INFINITIVO PESSOAL: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA	85
6.1. A distribuição dos dados no <i>corpus</i> : o infinitivo pessoal e o impessoal.....	85
6.1.1. A distribuição dos dados totais de acordo com os grupos de fatores	86
6.1.1.1. Tipo de completiva infinitiva	87
6.1.1.2. Referência do sujeito do infinitivo	94
6.1.1.3. Distância da completiva infinitiva.....	98
6.1.1.4. Posição da completiva infinitiva	100
6.2. O infinitivo com sujeito preenchido <i>versus</i> o infinitivo apenas flexionado.....	102
6.2.1. A variável dependente	102
6.2.2. As variáveis independentes	104
6.2.2.1. Tipo de completiva infinitiva.	105

6.2.2.2. Referência do sujeito do infinitivo	111
6.2.2.3. Número do infinitivo	113
6.2.3. Considerações gerais sobre a variante <i>infinitivo com sujeito</i>	115
6.3 Nossos resultados à luz das pesquisas atuais sobre o português brasileiro	123
6.3.1. Preenchimento do sujeito e a simplificação dos paradigmas verbais.....	123
6.3.2. Fixação da ordem SV e modificações no sistema pronominal.....	129
7 CONCLUSÃO.....	133
REFERENCIAS.....	137

1 INTRODUÇÃO

As línguas humanas estão em constante variação. No entanto, os falantes parecem possuir a sensação de que a língua é estável e permanente, visto que tais modificações não se apresentam tão claramente a eles. Porém, quando a evolução de uma determinada língua no decorrer do tempo é observada, a mudança lingüística torna-se mais perceptível.

Dessa forma, o presente trabalho possui esse intuito: abordar a mudança no uso do infinitivo pessoal no português brasileiro (PB), referente aos séculos XIX e XX.

Segundo pesquisas atuais (cf. Galves, 1993; Duarte, 1996; entre outros), o PB, durante a transição do século XIX ao XX, passou por diversas modificações que colaboraram com a atual caracterização da sua sintaxe, tendo alterações profundas no sistema pronominal, nos paradigmas de flexão dos verbos como também na ordem dos constituintes da sentença e no parâmetro de sujeito nulo.

Tendo em vista que as mudanças lingüísticas podem influenciar outras alterações na língua, consideramos relevante abordar as diferenças no uso do infinitivo pessoal a partir de uma abordagem diacrônica, observando-as à luz de tais mudanças do PB. Inicialmente, a pesquisa intentava observar quais os contextos lingüísticos que teriam favorecido a redução no uso do infinitivo pessoal. Tal diminuição foi constatada por Gorski (2000) num estudo sincrônico, portanto, uma pesquisa diacrônica poderia trazer mais esclarecimentos quanto a essa mudança.

Porém, a partir da observação dos dados e de sua relação com outras mudanças na língua, outras hipóteses foram levantadas, como as modificações no modo pelo qual o uso do infinitivo pessoal ocorria no decorrer dos séculos XIX e XX. Ou seja, haveria uma redução no uso do infinitivo flexionado e um aumento de infinitivo com sujeito preenchido, seguindo, assim, a tendência atual apresentada pelos verbos finitos no que se refere à simplificação das conjugações verbais e ao preenchimento do sujeito.

Dessa forma, objetivamos contribuir com os estudos lingüísticos sobre o PB ao proporcionar uma análise das modificações no uso do infinitivo pessoal, discutindo os contextos lingüísticos envolvidos e relacionando tal mudança a outras alterações lingüísticas que possibilitaram a caracterização atual do PB.

Tendo em vista essas considerações, o trabalho foi estruturado de modo a possibilitar que esses objetivos sejam alcançados.

No primeiro capítulo, focalizamos o fenômeno da mudança lingüística, abordando-a a partir da disciplina Lingüística Histórica. Num segundo momento, as concepções de mudança são discutidas, tendo em vista duas importantes teorias da linguagem: a sociolingüística variacionista e a teoria gerativa. Ambas servem de base para a proposta de pesquisa adotada neste trabalho, que consiste na convergência das duas linhas teóricas: a *variação paramétrica*, termo pelo qual é conhecida apesar da polêmica em torno dele. Finalmente, apresentamos o diferente ritmo da mudança na fala e na escrita, expondo ainda os problemas enfrentados pela pesquisa diacrônica devido a essa diferença.

No segundo capítulo, por sua vez, abordamos as controvérsias e os consensos que envolvem as discussões sobre o infinitivo pessoal. Entre os tópicos discutidos, estão os seguintes: as definições dos infinitivos pessoal e impessoal, as prescrições normativas para seus usos e a origem do infinitivo flexionado.

No terceiro capítulo, apresentamos as diversas pesquisas que têm investigado o infinitivo pessoal no PB ou no PE. Cada estudo utiliza diferentes linhas teóricas e aborda esse tópico gramatical a partir de variadas perspectivas, mas todas trazem contribuições àqueles estudos que, como o nosso, buscam realizar novas investigações para a compreensão do fenômeno.

No quarto capítulo, expusemos a metodologia que foi utilizada para a realização do presente trabalho. Foram discutidas a constituição do *corpus*, a variável dependente e as variáveis independentes que possibilitaram codificar os dados para serem rodados pelo programa estatístico Varbrul. Além disso, ainda nesse capítulo, são expostas as hipóteses teóricas e as justificativas que fundamentam a análise.

No quinto capítulo, por sua vez, apresentamos a análise sobre o infinitivo pessoal no PB a partir de uma abordagem diacrônica. Com esse objetivo, é exposta primeiramente a distribuição dos infinitivos pessoal e impessoal do *corpus*. Num segundo momento, focalizamos o modo como o infinitivo pessoal ocorre na evolução do PB, variando entre o infinitivo apenas flexionado e a forma infinitiva com sujeito preenchido. Nessa parte do trabalho, ainda são analisadas as correlações existentes entre a mudança no uso do infinitivo

peçoal e outras modificações lingüísticas no PB que foram constatadas por diversos pesquisadores.

Finalmente, no sexto capítulo, são expostos os pontos centrais da discussão geral e as conclusões sobre o infinitivo pessoal no PB que esta pesquisa proporcionou observar a partir de uma abordagem diacrônica.

CAPÍTULO 1

2 MUDANÇA LINGUÍSTICA

As línguas humanas não são estáticas e permanentes, apesar dos falantes terem tal impressão. Essa percepção da realidade pode ser explicada devido ao fato de as mudanças no uso da língua apresentarem-se lentamente, sem atingir o todo da língua, mas apenas suas partes, possibilitando, assim, a continuidade da interação verbal entre os falantes.

No entanto, há situações que possibilitam perceber a mudança lingüística, como, por exemplo, quando os falantes deparam-se com textos antigos, escritos em sua língua. Nesses casos, a realidade da mudança torna-se mais visível.

Em nosso trabalho, abordamos tal realidade ao discutir os contextos lingüísticos que teriam favorecido as alterações no uso do infinitivo pessoal no PB. Com esse objetivo, utilizamos a fundamentação teórico-metodológica discutida neste capítulo.

Primeiramente, veremos como a lingüística histórica vem tratando, desde seu surgimento, seu objeto de estudo: a mudança lingüística. Num segundo momento, a mudança será focalizada a partir da abordagem gerativa e da abordagem sociolingüística variacionista. Depois de discutidas essas teorias lingüísticas, consideradas normalmente como divergentes, apresentaremos nossa proposta de pesquisa que consiste na convergência de tais teorias para o estudo histórico das línguas, conforme proposto pelo modelo da variação paramétrica. Finalmente, será apresentado o diferente ritmo da mudança na fala e na escrita, expondo ainda os problemas enfrentados pela pesquisa diacrônica devido a essa diferença.

2.1 Mudança lingüística: o objeto de estudo da Lingüística Histórica

A mudança das línguas, no eixo do tempo, é o foco da Lingüística Histórica desde o surgimento dessa disciplina, no final do século XVIII. Durante esse tempo, a mudança

foi vista a partir de diferentes perspectivas, sendo considerada ora como índice de degeneração da língua ora como indicadora do progresso lingüístico. Segundo aqueles que a encaravam negativamente, as línguas antigas, ao serem comparadas com as línguas contemporâneas, encontravam-se em estágios superiores de desenvolvimento devido ao maior número de distinções gramaticais no nível morfológico que eram apresentadas por aquelas (cf. Faraco (1998) expõe ao abordar a perspectiva dos estudiosos da língua no início do século XIX). Num segundo momento, a mudança foi vista de modo oposto: ela indicaria o progresso da língua que caminharia na direção de formas mais aperfeiçoadas e simplificadas, proporcionando menor esforço ao falante (cf. Jespersen, 1894 *apud* Faraco, 1998).

Atualmente, entre os lingüistas, há uma nova forma de considerar a mudança: ela não é considerada negativa nem positiva, mas é vista de modo "neutro", ou seja, refere-se a um processo de mudanças graduais e coerentes, possibilitando, assim, o uso comunicativo da língua por parte de seus falantes em qualquer época. Portanto, a mudança pode ser vista, conforme afirma Faraco (1998, p. 50), como "um remodelar contínuo da língua".

Independentemente das diferentes formas de ver a mudança em cada época, pode-se afirmar que, desde os primeiros estudos históricos sobre as línguas, foi percorrido um caminho relevante nesse aspecto. Dessa forma, segundo Faraco (1998), a lingüística histórica pode ser dividida em dois grandes períodos: o primeiro inicia-se em 1786 – ano em que Willian Jones destacou as semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego – e vai até a publicação do manifesto dos neogramáticos em 1878, período em que ocorreu a consolidação do método comparativo. O segundo período tem início em 1878 e estende-se até os dias de hoje, possuindo duas linhas para a observação da mudança: uma imanentista, que aborda a focalização de fatores internos à língua; e a outra, integrativa, que relaciona os fatores lingüísticos da mudança ao contexto social dos falantes, enfatizando os aspectos externos à língua.

A partir dessas duas grandes linhas de estudos lingüísticos, várias teorias podem ser consideradas como mais ligadas a um ou a outro grupo, variando, assim, a concepção de linguagem de cada uma, que determinará os diferentes métodos e o modo pelo qual a mudança é vista e abordada. Surgidas no século XX, há duas teorias que podem ser representativas de cada grupo e que trouxeram muitas contribuições aos estudos lingüísticos: a Teoria Gerativa, considerada imanentista, e a Sociolingüística, de cunho integrativo. A seguir serão abordadas essas duas correntes e suas concepções de mudança.

2.2 Mudança: a Abordagem Sociolingüística Variacionista

A sociolingüística, que tem em Labov um de seus representantes significativos, é caracterizada por abordar a língua como uma realidade heterogênea observando-a a partir da correlação entre os fatores lingüísticos e os sociais. Ou seja, toda língua é considerada um conjunto heterogêneo de variedades, sendo estas os resultados de diferentes experiências históricas, sociais e culturais de cada grupo de falantes que as utiliza.

Ao abordar a mudança lingüística, a teoria variacionista novamente enfatiza tal heterogeneidade, considerando-a a raiz de toda a mudança. Esta, segundo tal perspectiva teórica, ocorre de maneira gradual, passando por um período de transição em que duas ou mais variedades se confrontam, coexistem como variantes; o aparecimento de uma variante vai predominando sobre a outra, até o momento em que uma prevalece e a outra desaparece, ocasionando, assim, a mudança (cf. Tarallo, 1986).

Para explicar esse processo, os pesquisadores observam o encaixamento estrutural e o encaixamento social. Por meio do encaixamento estrutural, busca-se descrever os contextos lingüísticos favorecedores da mudança e detectar as possíveis reações em cadeia, isto é, as mudanças lingüísticas que estariam influenciando outras. Além dos fatores estruturais, também é apresentado o encaixamento social, no qual são examinadas as relações entre as estruturas da língua e o contexto social dos falantes. Dessa forma, a sociolingüística assume que a língua possui especificidades estruturais, mas que não é autônoma, pois pode modificar-se a partir de fatores externos.

Além disso, a teoria variacionista também possui uma nova perspectiva para a realidade do estudo histórico das línguas: a mudança em tempo aparente. Essa abordagem consiste em detectar o aspecto histórico da mudança a partir de uma amostra sincrônica. Ou seja, por meio da observação das variantes utilizadas por falantes de diferentes faixas etárias, é possível captar uma mudança em progresso, que permite apreender as forças que atuam no momento presente e que teriam atuado no passado, conforme é apresentado pelo princípio da uniformidade, adotado pelo modelo sociolingüístico (cf. Tarallo, 1986).

Após a identificação de uma mudança em curso, o pesquisador deve acompanhá-la em tempo real, utilizando-se para isso de fontes históricas que permitam observar

as variantes em seus aspectos estruturais e sociais. Esse procedimento auxiliará a compreender o processo histórico visualizado no recorte sincrônico. Tanto na abordagem em tempo real como em tempo aparente, a teoria variacionista propõe a realização de amplos levantamentos de dados lingüísticos, apresentados pela comunidade de fala. Dessa forma, pode-se definir o processo de difusão da mudança, pois, de acordo com pesquisas sociolingüísticas, ela difunde-se lentamente no início, ganha velocidade na metade e torna-se mais lenta no final; conhecida como mudança em "S" (cf. Tarallo, 1986; Chagas, 2004).

Além disso, são enfatizadas as motivações sociais envolvidas nesse processo, como, por exemplo, as avaliações positivas ou negativas, feitas pelos falantes da comunidade, quanto às variações em estudo. Para a abordagem em tempo aparente, há inúmeros meios de detectar essa avaliação, pois o pesquisador ainda tem a oportunidade de contato com os falantes. No entanto, quando a pesquisa é em tempo real, referente a um período muito longo, não há tantas possibilidades nesse aspecto. Normalmente, são utilizados os comentários de gramáticos e estudiosos da época, que podem refletir a atitude social quanto às variantes e ainda confirmar, quando a mudança for estigmatizada, se esta se encontrava em curso, visto que a comunidade já possuía consciência de que ela estava ocorrendo.

A partir dessas considerações, observamos que o núcleo dos estudos históricos das línguas, na perspectiva da teoria variacionista, é a complexa correlação entre o social e o estrutural. Portanto, diferencia-se da teoria gerativa, também conhecida por focalizar o estrutural. No próximo item, ocupamo-nos de sua discussão sobre a mudança.

2.3 Mudança: a Abordagem Gerativa

Segundo a teoria dos Princípios e Parâmetros (P&P), proposta por Chomsky (1981), todo falante é possuidor de uma Gramática Universal (GU), formada por um conjunto de número finito de princípios e parâmetros, que rege as línguas naturais e que é responsável pela aquisição da linguagem. Os princípios referem-se a propriedades invariáveis e inatas dos seres humanos, sendo comuns a todas as línguas. Os parâmetros, por sua vez, são os responsáveis pela variação interlingüística. Estes funcionam a partir de valores paramétricos que não estão

marcados inicialmente, mas que serão marcados durante a aquisição da linguagem, por parte da criança. Esta, ao entrar em contato com estruturas lingüísticas próprias de uma gramática, marcará, de modo binário (evidência positiva ou negativa), os valores paramétricos referentes à língua à qual está exposta.

A teoria P&P permite compreender a faculdade da linguagem em seus diversos aspectos, como a aquisição da linguagem, a variação interlingüística e a mudança diacrônica de uma determinada língua. Para a investigação desse último aspecto, a teoria de mudança diacrônica (com base gerativista), apresentada por Lightfoot (1999), tem se mostrado relevante, revelando que a mudança na língua está relacionada à mudança na fixação de parâmetros. Segundo o autor, a criança que está adquirindo a linguagem forma sua gramática a partir dos princípios da GU e dos dados do *input*, que acionarão a marcação dos parâmetros referentes à língua que ela está adquirindo. Porém, durante esse processo, poderão aparecer estruturas superficiais "ambíguas" gramaticalmente, isto é, estruturas que permitem mais de uma análise para a marcação de um parâmetro. Portanto, se a criança acionar um valor paramétrico diferente daquele presente na gramática de seus pais ou de outro falante com o qual estava em contato, sua gramática interna terá uma configuração diferente, mesmo sendo superficialmente semelhante à gramática de seus pais. Dessa forma, terá ocorrido uma reanálise por parte da criança.

Inicialmente, essas diferenças são imperceptíveis nas representações superficiais, no entanto, podem aprofundar-se com o tempo, sendo encontradas com maior freqüência na língua externa devido ao conjunto de reanálises. Com o aumento dessas novas estruturas no *input*, as crianças estarão em contato com os dados robustos, modificando-se, assim, suas experiências detonadoras. Dessa forma, tais estruturas gramaticais novas vão, gradativamente, substituindo as antigas no *input*, contribuindo para que a nova geração marque o valor de um parâmetro de modo diferente daquele marcado pela geração anterior e proporcionando, assim, uma mudança paramétrica (cf. Lightfoot, 1999).

A partir dessas considerações, são observadas duas perspectivas que contrastam a teoria gerativa da teoria variacionista. A primeira teoria afirma que a mudança paramétrica não é gradual e que ocorre durante a aquisição de linguagem por parte da criança. A teoria variacionista, por sua vez, considera a mudança como gradual, sendo ocasionada em qualquer período da vida de um falante.

Essa diferença pode ser explicada pelas diferentes perspectivas ao abordar a mudança de uma língua. A sociolinguística propõe a mudança como gradual, pois a observa, enfatizando o uso comunicativo da língua que os falantes, crianças ou adultos, fazem constantemente e que seria prejudicado se as alterações linguísticas não fossem graduais. Por outro lado, a teoria gerativa, ao abordar a mudança, não focaliza o uso social da língua, pois as diferenças apresentadas nesse âmbito podem afetar apenas a experiência detonadora da criança, mas não mudam a gramática interna já adquirida pelo adulto. Portanto, como os parâmetros são binários e não é possível um "meio termo" para sua marcação, a mudança é vista como catastrófica. Dessa forma, um adulto, ao usar uma forma linguística inovadora, está modificando sua fala, mas não sua gramática (cf. Lightfoot, 1999).

Além dessas distinções, há um problema enfrentado pela pesquisa diacrônica de base gerativista. Enquanto os sociolinguistas sentem dificuldades em detectar, num estudo diacrônico, as avaliações positivas ou negativas de seus falantes quanto a determinada estrutura linguística, os gerativistas também deparam-se com uma questão similar. Como obter julgamentos de gramaticalidade, com o intuito de chegar à gramática internalizada do falante, se não há mais falante dessa época? A solução seria, conforme propõe Cyrino (1997), considerar, como fonte de evidência positiva, os dados encontrados no *corpus* diacrônico.

Expusemos as discussões sobre a mudança linguística a partir da teoria gerativa e da sociolinguística variacionista, mostrando que elas divergem em muitos pontos. No entanto, na próxima seção, buscaremos relacioná-las a partir de um novo programa de pesquisa histórica conhecida pelo rótulo de "variação paramétrica" ou "sociolinguística paramétrica".

2.4 Um Novo Olhar Sobre a Mudança: a Variação Paramétrica

A proposta do modelo da “variação paramétrica”, conhecida também pelo rótulo de “sociolinguística paramétrica”, trouxe muita polêmica nos centros de estudos linguísticos no Brasil. Entre os questionamentos que são feitos quanto a essa proposta, está o seguinte: como compatibilizar a sociolinguística e a teoria gerativa, tendo em vista seus fundamentos teóricos e metodológicos?

Ramos (1999, p.84) busca demonstrar que essa correlação de teorias é possível e faz a seguinte afirmação:

(...) a indissociabilidade entre o social e o lingüístico em Labov tem se mostrado muito mais independente do que se poderia prever e (...) a incorporação da mudança lingüística, como o objeto de estudo da lingüística chomskiana, fez rever a natureza do dado, o estatuto da quantificação e também o estatuto teórico de fenômenos variáveis.

Segundo a autora, apesar de Labov defender a impossibilidade de não considerar a influência dos fatores sociais nos lingüísticos, ele possibilita observar ambos fatores independentemente. Esse aspecto metodológico poderia ser confirmado, de acordo com Ramos (1999), pelo fato de o livro de Labov, *Principles of Linguistic Change*, estar dividido em dois volumes, um para abordar os fatores lingüísticos e o outro para os fatores sociais.

Além disso, Tarallo e Kato (1989 *apud* Ramos, 1999) destacam que há diferentes momentos do “fazer sociolingüístico”. Um momento seria o da descrição dos dados. O outro seria o momento da análise dos dados, no qual o pesquisador procura, por meio de generalizações, ultrapassar os limites do intralingüístico para atingir o interlingüístico. De acordo com os autores, tais momentos da teoria da variação podem ser nomeados “parâmetros sociolingüísticos”. Assim, conforme afirma Tarallo e Kato (1989 *apud* Ramos, 1999, p. 84-85),

O nome do fenômeno não importa; importa, sim, reconhecer, por exemplo, que, independentemente de traços genealógicos de natureza histórica e/ou geográfica, de tempo e de espaço, as línguas podem convergir em determinadas partes de sua gramática, revelando movimentos sincronizados e espelhados aos quais os gerativistas preferem denominar de propriedades paramétricas.

Nesse momento, os autores separam os resultados da análise e sua interpretação teórica, porque o termo estava sendo considerado pré-teoricamente, conforme afirma Ramos (1999). Porém, num segundo momento, Tarallo, Ramos e Nunes (1990 *apud* Ramos 1999, p.87) propõem “tratar a variação intra-lingüística a partir de hipóteses estruturais fortes inspiradas no modelo inter-lingüístico, o chomskiano”, pois tal modelo permitiria uma abordagem estrutural mais sofisticada quanto às hipóteses diacrônicas.

Com a proposta da variação paramétrica, são vinculados o aparato teórico chomskiano e a metodologia quantitativa da sociolingüística. Vale ressaltar que este último elemento encontra de certo modo um espaço na teoria da mudança diacrônica, de base gerativista, pois, segundo Lightfoot (1999), a frequência de determinada estrutura nos dados pode indicar os tipos de mudança e ainda permite identificar os dados “detonadores” de fixação de parâmetro. Portanto, um tratamento quantitativo dos dados pode confirmar as hipóteses teóricas levantadas.

Finalmente, ressaltamos que essa proposta não consiste numa nova teoria da linguagem, mas num novo método de pesquisa histórica. Por meio do modelo da variação paramétrica, os estudos históricos podem utilizar dados reais para observar a sistematicidade – quantitativamente comprovada (cf. a metodologia da sociolingüística variacionista) – com o intuito de verificar hipóteses estruturais fortes sobre a mudança lingüística e as propriedades abstratas da gramática (cf. proposto pelo modelo gerativo).

Buscamos, a partir dessas considerações, justificar nossa escolha teórico-metodológica, tendo em vista que estamos desenvolvendo um estudo histórico sobre o infinitivo pessoal e, que, portanto, o modelo da variação paramétrica possibilita abordar esse tópico gramatical com mais precisão.

No próximo item, abordaremos a mudança vista na língua escrita e na falada; discussão relevante para uma pesquisa diacrônica que se utiliza primordialmente de textos escritos.

2.5 A Mudança Lingüística na Fala e na Escrita

Numa sociedade que se utiliza da escrita, a imagem de estabilidade lingüística possui, como ponto de referência para muitos falantes, a norma padrão apresentada pelas gramáticas normativas e utilizada em contextos formais de fala e, principalmente, de escrita. As gramáticas conseguem “controlar” um pouco mais a escrita em tais contextos, mas não exercem a mesma força na fala, visto que nesta o “policiamento lingüístico” constante torna-se mais difícil. Essa diferença pode ser explicada pela própria natureza de cada uma: a língua escrita é relativamente mais conservadora que a língua falada, pois aquela realiza-se por meio de uma

forma mais duradoura que o som, permitindo ao falante exercer maior controle sobre ela. Devido a essa diferença, as inovações e mudanças numa língua sempre se iniciam na fala, demorando um tempo maior para serem aceitas pela escrita.

Segundo Tarallo (1986), as mudanças têm início na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários; chegam na fala informal de grupos mais altos; posteriormente, atingem situações formais de fala até que, finalmente, ocorrem na escrita. No entanto, é preciso ressaltar que os próprios textos escritos possuem diferenças entre eles, além disso, alguns apresentam maior proximidade do oral que outros.

Para a teoria gerativa, o interessante é abordar a fala, pois é por meio desta que a criança adquire a linguagem e é ela que proporciona à criança uma estrutura gramatical propícia à reanálise. Dessa forma, é interessante trabalhar com dados orais. No entanto, em uma pesquisa diacrônica, isso torna-se inviável, pois não existe esse tipo de material disponível quando abordamos séculos mais recuados.

Portanto, em nosso estudo sobre o infinitivo pessoal, buscamos textos que não apresentem uma grande distância entre a língua falada e a língua escrita. A seleção de cartas de leitores tem se mostrado significativa nesse aspecto. Além disso, assumimos que os falantes não poderiam ter mudado muito a sintaxe da língua escrita se quisessem ser compreendidos por outros falantes da época. Intentamos, assim, contornar essa restrição apresentada aos estudos históricos.

2.6 Considerações Finais

A mudança lingüística foi abordada, nesse capítulo, com diferentes perspectivas: a partir da história da disciplina lingüística histórica, percebemos que nosso trabalho enquadra-se num novo contexto de pesquisa ao abordar a sintaxe do PB, observando como algo natural a mudança no uso do infinitivo pessoal. Além disso, também focalizamos as concepções de mudanças, apresentadas pela sociolingüística variacionista e pela teoria gerativa; duas correntes teóricas que convergiram para um mesmo ponto: a proposta da variação paramétrica. É esse novo programa de pesquisa histórica que adotamos em nosso trabalho, pois

ele permite verificar hipóteses teóricas, tendo, como suporte para tal verificação, os resultados quantitativos da mudança.

Finalmente, discutimos as diferenças entre a língua falada e a língua escrita no que se refere à mudança, visto que é uma discussão relevante, pois nossa pesquisa utiliza um *corpus* de origem escrita: as cartas de leitores.

No próximo capítulo, mostraremos as controvérsias e os consensos que envolvem o infinitivo pessoal, especificando, em alguns momentos, ao abordarmos o infinitivo flexionado. Com esse intuito, apresentaremos as diferentes definições do infinitivo pessoal, as divergências nas prescrições das gramáticas normativas no que se refere a esse tópico gramatical e, finalmente, as explicações quanto à origem do infinitivo flexionado.

CAPÍTULO 2

3 O INFINITIVO PESSOAL: controvérsias e consensos

O infinitivo pessoal no PB tem trazido muita polêmica entre os estudiosos desse tópico gramatical, pois não apresentam um consenso quanto às definições de tal infinitivo, às prescrições normativas para seu uso e à origem do infinitivo flexionado.

Neste capítulo, discutiremos, inicialmente, os diferentes conceitos dos infinitivos impessoal e pessoal dados por diversos gramáticos e outros estudiosos da linguagem.

Num segundo momento, serão expostas as prescrições para o uso do infinitivo, fornecidas por diversas gramáticas normativas. Assim, atentaremos para o fato de que nem estas concordam com as mesmas prescrições, pois há variação nas regras quanto ao uso obrigatório do infinitivo pessoal, uso obrigatório do infinitivo impessoal e seus usos facultativos.

A seguir, apresentaremos a polêmica discussão sobre a origem do infinitivo flexionado do PB. Esse debate sempre divide as opiniões em duas: (i) o infinitivo flexionado teria derivado do pretérito imperfeito do subjuntivo latino; (ii) a sua origem estaria no infinitivo românico comum, com o acréscimo de desinências número-pessoais.

Portanto, intentamos, neste capítulo, discutir as controvérsias e os consensos que cercam esse tópico tão polêmico: o infinitivo pessoal.

3.1 Definições do Infinitivo

Um dos pontos controvertidos sobre o infinitivo é de ordem conceitual e terminológica. Os gramáticos e os estudiosos não são unânimes ao definirem o infinitivo, o infinitivo impessoal e o infinitivo pessoal.

As definições dadas ao infinitivo pelos estudiosos podem ser enquadradas, de um modo geral, em alguma das três formas de abordá-lo, conforme exemplificam os conceitos apresentados por Said Ali (1964), Câmara Jr. (1986) e Xavier & Mateus (1992).

Said Ali (1964, p. 173) apresenta a seguinte definição: “o infinitivo designa a ação ou estado, de modo geral. É a **forma verbal** de que nos utilizamos quando fazemos abstração do sujeito e do tempo da realização dos sucessos”. (grifo nosso)

Camara Jr. (1986, p. 146), por sua vez, conceitua o infinitivo como uma “**forma verbo-nominal** que corresponde à apresentação do processo em si mesmo em vez de sê-lo em função de um dado momento da sua realização, como nas formas verbais propriamente ditas.” (grifo nosso)

Xavier & Mateus (1992, p. 214), por outro lado, definem o infinitivo como sendo “uma **forma nominal do verbo** que corresponde à apresentação do processo em si mesmo e não à de um dado momento da sua realização, como nas formas verbais não nominais”. (grifo nosso)

Ao abordar as três designações, observamos que o infinitivo é considerado, respectivamente, como “forma verbal”, “forma verbo-nominal” e “forma nominal do verbo”. Assim, são constatados os diferentes aspectos enfatizados por cada estudioso, salientando ora o aspecto nominal do infinitivo (cf. Xavier & Mateus, 1992), ora seu caráter verbal (cf. Said Ali, 1964), ou ainda unindo essas duas características do infinitivo (cf. Câmara Jr., 1986). Apesar dessas diferenças, notamos que há semelhanças entre elas. As três definições expõem o fato de o infinitivo diferenciar-se das formas verbais finitas por apresentar o processo verbal em si mesmo, sem indicar o momento em que foi realizado.

Novamente, não é encontrado um consenso ao conceituar o infinitivo impessoal. A maioria dos gramáticos e estudiosos (Cunha & Cintra, 1985; Câmara Jr. 1986; Cegalla, 1991; Nicola & Infante, 1999) enfatiza o plano sintático do infinitivo impessoal ao defini-lo como sendo aquele que não tem sujeito. Por outro lado, há aqueles que o caracterizam a partir do aspecto morfológico, ou seja, o infinitivo é considerado impessoal quando não apresenta flexão número-pessoal (cf. Said Ali, 1964; Melo, 1970). Ao observar os conceitos registrados nas gramáticas, encontramos novamente definições que buscam unir as duas perspectivas ao afirmarem que o infinitivo impessoal é aquele que não possui sujeito, nem flexão (cf. Kury, 1972; Rocha Lima, 1974).

As controvérsias continuam ao definir o infinitivo pessoal, que novamente é abordado a partir de sua morfologia e/ou sintaxe.

Said Ali (1964), Melo (1970) e Xavier & Mateus (1992) não diferenciam o infinitivo pessoal e o flexionado. Segundo os autores, o infinitivo é pessoal quando apresenta flexão de pessoa e número.

Por outro lado, a maioria dos autores considera o infinitivo como pessoal, quando este apresenta sujeito, independentemente de apresentar ou não flexão (cf. Barros, 1960; Almeida, 1969; Rocha Lima, 1974; Cunha & Cintra, 1985; Câmara Jr. 1986; Cegalla, 1991; Nicola & Infante, 1999).

Kury (1972), por sua vez, considera diversos modos pelos quais o infinitivo pessoal pode apresentar-se: o infinitivo com o sujeito apenas; o infinitivo apenas com a flexão; o infinitivo com sujeito e com flexão. O autor ainda diferencia-se dos outros autores por apresentar, como pessoal, uma outra forma de infinitivo, considerada impessoal pelos gramáticos consultados. Segundo Kury (1972, p. 70), na frase “... as flores dormem sem *saber* / que doce aroma trescalando estão”, o infinitivo *saber* pode ser definido como pessoal. Com o intuito de justificar sua afirmação, o autor explica que “o infinitivo *saber* é pessoal, uma vez que possui sujeito da 3ª pessoa do plural (elas, oculto, referente a flores), mas não assume, como seria possível, a forma flexionada correspondente, *saberem*.”

A partir dessas considerações de ordem conceitual e terminológica, constatamos que realmente o infinitivo possibilita controvérsias entre os autores que se dispõem a defini-lo. Porém, as polêmicas não se limitam às definições, elas também abrangem as prescrições normativas quanto ao uso do infinitivo pessoal ou impessoal, conforme veremos a seguir.

3.2 O Uso dos Infinitivos Pessoal e Impessoal Segundo a Gramática Normativa

A tradição gramatical normativo-prescritiva, por ser valorizada pela sociedade e, conseqüentemente, pela escola, sempre exerceu uma influência no uso da língua por parte dos falantes que possuem a preocupação de usar as formas lingüísticas prestigiadas.

Porém, com o advento da Lingüística Moderna, houve uma ruptura no modo de abordar a gramática da língua. Esta passou a ser observada não apenas em sua variedade padrão escrita, mas também em outras variedades lingüísticas, apresentadas pela língua falada. Assim, a gramática deixou de ser vista a partir de uma perspectiva normativa, sendo abordada descritivamente pelos lingüistas. No entanto, apesar dessa mudança nos centros científicos e das contestações feitas à gramática normativa, esta ainda continua valorizada pelos grupos socioeconômicos dominantes da sociedade e serve como objeto de ensino nas escolas destinadas a toda a população. Portanto, mesmo sabendo que as prescrições normativas não conseguem “policiar” totalmente a língua usada pelos falantes, elas podem, porém, exercer influências no uso lingüístico das pessoas, em alguns contextos comunicativos, e no modo como determinadas variantes são prestigiadas ou estigmatizadas.

Dessa forma, torna-se interessante observar quais as prescrições apresentadas pelas gramáticas normativas no que se refere à determinada variante lingüística; no nosso caso, o emprego dos infinitivos pessoal e impessoal.

Além disso, num estudo histórico, como o nosso, esse levantamento de regras prescritivas pode colaborar com a pesquisa, pois conforme afirma Tarallo (1986, p. 71):

As gramáticas poderão fornecer dados substanciosos ao analista. Os comentários dos gramáticos do período histórico em estudo refletirão o conceito de norma prescritiva da época, isolando indiretamente variantes consideradas estigmatizadas pela comunidade.

Tendo em vista essas considerações, faremos uma exposição das prescrições quanto aos infinitivos pessoal e impessoal, apresentadas por diversos gramáticos, abordando ainda as controvérsias entre eles. Com esse intuito, consultamos doze autores: Said Ali (1957, 1964); Barros (1960); Maurer Jr. (1968); Bueno (1968); Almeida (1969); Melo (1970); Kury (1972); Rocha Lima (1974); Cunha & Cintra (1985); Bechara (1985); Sacconi (1990); Cegalla (1991). Além desses autores, também pesquisamos no *Manual de Redação e Estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo*. Assim, torna-se interessante observar as instruções gramaticais passadas por um manual jornalístico, pois nosso *corpus* é formado a partir de cartas de leitores, publicadas em jornais brasileiros.

Antes de expor as prescrições quanto ao uso dos infinitivos pessoal e impessoal, gostaríamos de destacar que estas variam conforme os autores, apresentando, às vezes, muitas diferenças em suas elaborações. Para exemplificar, podemos citar Bechara (1985) e Melo (1970); o primeiro estipula duas regras para o uso do infinitivo impessoal, enquanto o segundo propõe oito regras. No que se refere ao infinitivo pessoal, Rocha Lima (1974) apresenta uma regra, mas Sacconi (1990) levanta onze. Quanto ao emprego facultativo de ambos infinitivos, Bueno (1968) propõe um caso e Maurer (1968), por sua vez, treze casos. Além disso, há variações, conforme o autor, no modo de nomear o infinitivo, sendo chamado de flexionado e não flexionado por alguns (Rocha Lima, 1974; Cegalla, 1991; Cunha & Cintra, 1995; entre outros) ou infinitivo pessoal e impessoal por outros (Barros, 1960; Bueno, 1968; Sacconi, 1990; entre outros).

Dessa forma, notamos que não há consenso entre os autores que abordam o infinitivo. Portanto, as prescrições normativas, que serão expostas a seguir, não são apresentadas de modo unânime em todas as gramáticas, mas foram coletadas a partir de diversas delas.

3.2.1 O Emprego do Infinitivo Impessoal / Não Flexionado e suas Exceções de Acordo com a Gramática Normativa

Entre os casos nos quais deve ser empregado o infinitivo impessoal / não flexionado, estão os seguintes:

a-) infinitivo com valor de imperativo (regra apresentada por oito autores).

Ex.: E Deus responde: Marchar! (Cunha & Cintra, 1985, p.474)

b-) infinitivo que exprime um fato de modo geral, sem referi-lo a um sujeito; equivalente a um substantivo. (apresentada por oito autores).

Ex.: Viver é lutar. (Kury, 1972, p.69)

c-) infinitivo pertencente a uma locução verbal.

Ex.: Devemos dizer sempre a verdade. (Bueno, 1968, p.334)

Todos os autores citaram essa regra, no entanto, alguns apresentaram-se mais flexíveis do que outros. Barros (1960), Cunha & Cintra (1985) e o *Manual do Estado de S. Paulo* não apresentam exceção a essa regra, mas todos os outros propõem a seguinte exceção:

- O infinitivo pode apresentar flexão, numa locução verbal, quando está afastado do seu auxiliar.

Ex.: *Possas tu, descendente maldito / de uma tribo de nobres guerreiros, / implorando cruéis forasteiros, / seres presa de vis Aimorés.* (Melo, 1970, p.294)

d-) infinitivo dependente de verbos causativos ou sensitivos.

Ex.: Mande-as esperar. (Cegalla, 1991, p.496)

Vejo-os sair. (Cegalla, 1991, p.496)

Essa regra também foi abordada por todos os autores, mas novamente houve controvérsias. Barros (1960), Bueno (1968) e o *Manual do Estado de S. Paulo* avalizam essa regra sem propor exceção, que, por sua vez, é apresentada pelo restante dos autores da seguinte forma:

- O infinitivo pode ser flexionado quando seu sujeito é um substantivo que serve ao mesmo tempo de complemento ao verbo causativo ou sensitivo.

Ex.: Ouvimos os sinos clamarem. (Kury, 1972, p.73)

e-) infinitivo que, regido da preposição *de*, tem sentido passivo e se emprega como complemento de um adjetivo, substantivo ou verbo. (regra apresentada por dez autores)

Ex.: Ossos duros *de* roer. (isto é, *de serem roídos*); (Melo, 1970, p.289)

Novamente, há exceções. Cegalla (1991) propõe, nesse caso, a flexão do infinitivo que possui a voz reflexiva (Ex.: Eles são incapazes *de se* ajudarem). Said Ali (1964), por sua vez, apresenta tal regra como sendo facultativa, dependendo do intuito comunicativo do falante, conforme exemplifica a seguinte afirmação do autor:

Precedido da preposição *de* e dependente do verbo, adjetivo ou substantivo que designem sentimento, o infinitivo denotador da causa determinante tomará a forma não flexionada se o sentido é bastante claro e não houver intuito de fazer valer a ênfase (...). Desde, porém, que possa haver qualquer equívoco ou se queira mostrar que a pessoa a quem o verbo no infinitivo se refere é ou deve ser vivamente afetada pelo sentimento, toma o infinitivo a forma pessoal. (...) O infinitivo regido da preposição *de*, quando usado como complemento especificador ou delimitador de uma noção expressa por substantivo ou adjetivo, tem a forma impessoal se se considera a ação em abstrato. Havendo porém conveniência ou necessidade de referir a ação em especial ao sujeito, recorre-se ao infinitivo flexionado” (Said Ali, 1964, p. 178 – 179).

f-) o infinitivo, regido da preposição *a*, que equivale a um particípio presente latino ou a um gerúndio.

Ex.: (...) flores *a recender* cheiros (= flores recedentes); (Almeida, 1969, p.490)

Os santos *a pregar* pobreza... (*a pregar* = pregando); (Almeida, 1969, p.499)

Tal regra para o emprego do infinitivo impessoal foi citada por oito autores. No entanto, um deles, Maurer Jr. (1968), considera facultativo o uso da forma flexionada ou não flexionada nesses casos.

g-) o infinitivo, regido de qualquer preposição, que está constituído como complemento de substantivo ou adjetivo.

Ex.: Estâncias de propósito fabricadas *para hospedar* os peregrinos. (Almeida, 1969, p.499)

A regra foi apresentada por três autores. Almeida (1969) e o *Manual do Estado de S. Paulo* consideram apenas a forma impessoal nesse caso, mas Maurer (1968) já considera tal uso facultativo, podendo apresentar as duas formas de infinitivo.

h-) o infinitivo com preposição que apareça depois de um verbo na voz passiva.

Ex.: Os jornalistas foram forçados *a sair* da sala de aula. (Martins, 1990, p.186)

Essa regra foi citada apenas pelo *Manual do Estado de S. Paulo*.

i-) o infinitivo impessoal é usado quando não houver nenhuma dúvida acerca do sujeito do infinitivo. (regra citada apenas por Sacconi, 1990)

Ex.: Éramos pontuais em cumprir nossos deveres. (Sacconi, 1990, p.250)

j-) o infinitivo impessoal é usado quando o sujeito do infinitivo é idêntico ao do verbo regente. (apresentada por Sacconi (1990) e Cegalla (1991)).

Ex.: Acreditamos estar com a razão. (Sacconi, 1990, p.251)

3.2.2 O Emprego do Infinitivo Pessoal/Flexionado de Acordo com a Gramática Normativa

Apesar das controvérsias quanto às definições do infinitivo pessoal (cf. a seção 2.1), os gramáticos concordam ao mostrarem as formas flexionadas do infinitivo, conforme expõe o quadro 1:

Pessoa do discurso	Infinitivo
1ª PS (eu)	Ter
2ª PS (tu)	Teres
3ª PS (ele/ela)	Ter
1ª PP (nós)	Termos
2ª PP (vós)	Terdes
3ª PP (eles/elas)	Terem

Quadro 1 – As flexões do infinitivo conforme a gramática normativa

A 2ª pessoa do singular e as pessoas do plural apresentam desinências de pessoa e número, porém, a 1ª e a 3ª pessoa do singular não apresentam desinências flexionais próprias.

A seguir, serão expostas as regras referentes ao uso do infinitivo pessoal/flexionado, sendo citados os seguintes casos em que devem ser usados, conforme a gramática tradicional:

a-) quando o infinitivo tem sujeito próprio, diferente do sujeito do verbo principal, pode ocorrer a flexão se o sujeito estiver no plural. (regra proposta por quatro autores)

Ex.: Vivi o melhor que pude, sem me faltarem amigos. (Rocha Lima, 1974, p.383)

O primeiro a elaborar essa regra foi Jerônimo Soares Barbosa (1803 *apud* Said Ali, 1957), considerado também o primeiro gramático que propôs regras para o uso do infinitivo flexionado. A regra elaborada por Barbosa recebeu muitas críticas de vários autores, como Said Ali (1957) e Almeida (1969), pois prescrevia o uso do infinitivo pessoal/flexionado apenas quando o sujeito do infinitivo fosse diferente do sujeito do verbo principal.

Apesar das críticas, tal regra ainda é prescrita por gramáticos atuais (Sacconi, 1990; Cegalla, 1991).

b-) quando o infinitivo tem sujeito próprio explícito, pode ou não ser diferente do sujeito do verbo principal. (apresentada por seis autores).

Ex.: Estudamos para nós vencermos na vida. (Bechara, 1999, p.286)

Essa regra constitui-se de modo oposto àquela citada anteriormente, pois amplia o emprego do infinitivo pessoal/flexionado, sem limitá-lo às ocorrências de infinitivo com sujeito diferente daquele apresentado pelo verbo principal.

c-) o infinitivo não tem sujeito expreso, mas refere-se a um agente determinado, não indicado no contexto. (citada por três autores).

Ex.: Ao amanhecer do outro dia convidava a Candinha a dar um pulo à Contagem, para trazerem uns cajus. (Kury, 1972, p.72)

d-) usa-se o infinitivo pessoal/flexionado para evitar duplicidade de sentido, sendo necessário por questão de clareza. (proposta por nove autores).

Ex.: Ele nos acompanhará para não atrairmos suspeita. (Cegalla, 1991, p.498)

e-) usa-se o infinitivo flexionado quando se quer dar à frase maior ênfase ou harmonia. (citada por nove autores)

Ex.: Em pouco, os vi saírem juntos, a cavalo. (Cegalla, 1991, p.498)

A partir dessa regra tão abrangente, percebemos que, na verdade, os gramáticos não conseguem estipular as prescrições para o uso do infinitivo pessoal/flexionado, pois uma regra que regule o uso do infinitivo conforme a ênfase ou harmonia torna-se muito subjetiva.

f-) usa-se o infinitivo flexionado quando o sujeito do infinitivo é indeterminado ou paciente. (apresentada por cinco autores)

Ex.: Vi levarem- na para longe. (indeterminado); (Kury, 1972, p.72)

Bem antes de se tingirem de rosa e laranja as bandas do céu ... (paciente); (Cegalla, 1991, p.498)

g-) o infinitivo flexionado é usado quando for pronominal ou se exprimir reciprocidade ou flexibilidade de ação. (citada por quatro autores).

Ex.: Sugiro que vocês saiam para se entenderem lá fora. (Sacconi, 1990, p.248)

Entrem para se vestirem. (Sacconi, 1990, p.248)

h-) o infinitivo flexiona-se quando ele é o sujeito. (regra proposta apenas pelo *Manual do Estado de S. Paulo*)

Ex.: O morrerem pela pátria é sina de alguns soldados. (Martins, 1990, p.186)

i-) quando o infinitivo está empregado como sujeito com sentido determinado, e não de modo vago, vai para a forma pessoal.

Ex.: Não é propósito nosso descrevermos uma corrida de touro. (Bueno, 1968, p.337)

Essa regra foi citada apenas por Bueno (1968) e delimita, de certa forma, a regra em (h).

j-) o infinitivo fica na forma flexionada quando ele aparece depois da combinação *ao* (preposição + artigo). (cf. Said Ali (1957) e Sacconi (1990)).

Ex.: Ao chegarmos, encontramos tudo sujo. (Sacconi, 1990, p.249)

l-) o infinitivo vem flexionado quando está regido de qualquer das seguintes preposições: *até, para, por, com, em, sem, sobre, antes de, depois de, em vez de, além de*.

Ex.: Alguns o tinham visto meses atrás, sem lhe guardarem bem a fisionomia. (Maurer, 1968)

A regra foi apresentada por seis autores, dos quais quatro (Said Ali, 1957; Maurer, 1968; Bueno, 1968; *Manual do Estado de S. Paulo*) consideram-na facultativa, podendo ser apresentado o infinitivo flexionado ou não flexionado nesses casos. Segundo os autores, a anteposição do infinitivo ao verbo regente pode determinar a preferência pela forma flexionada.

A partir da exposição das regras normativas referentes aos infinitivos pessoal e impessoal, notamos que realmente os gramáticos não apresentam consenso quanto ao emprego do infinitivo; fato que pode ser confirmado pelas seguintes citações:

Por maior número de regras e sub-regras que queiramos reunir, numerosos exemplos e de excelentes escritores fogem a elas ou as contradizem abertamente. A causa principal está em ser (...) o infinitivo um *idiotismo* da nossa língua e todos os idiotismos, por isso mesmo que o são, não podem ser submetidos a regras fixas e determinadas. (Bueno, 1968, p. 337)

Até hoje não foi possível aos gramáticos formular um conjunto de regras fixas, pelas quais se regesse o emprego de uma ou outra forma (*infinitivo pessoal e impessoal*). A cada passo infringem os escritores alguns preceitos tidos por definitivos; e isso porque, ao lado das razões de ordem gramatical, e interferindo nelas, alçam-se muitas vezes ao primeiro plano certas condições reclamadas pela clareza, ênfase e harmonia de expressão. (Rocha Lima, 1974, p. 380) (grifo nosso)

Em matéria tão complexa e controvertida, como é o emprego do infinitivo português, não se podem traçar regras absolutas e infalíveis. A maioria das que esboçamos traduzem apenas tendências da língua moderna no uso do infinitivo, nada tendo, portanto, de rigorosas. (Cegalla, 1991, p. 499)

Tendo em vista tais comentários, observamos que os próprios gramáticos confessam a impossibilidade de formular regras definitivas para o emprego do infinitivo. Há ainda autores (Cunha & Cintra, 1985; Cegalla, 1991) que preferem usar o termo “tendências” quanto ao uso de cada forma infinitiva. Portanto, confirmamos que o infinitivo pessoal é um assunto polêmico que tem proporcionado muita discussão, como a abordada a seguir, referente à origem do infinitivo flexionado.

3.3 A Origem do Infinitivo Flexionado

A presença do infinitivo é comum a todas as línguas, mas o que pode diferenciá-las, nesse aspecto, é a possibilidade de uso do infinitivo pessoal ou impessoal, flexionado ou não-flexionado. Há línguas nas quais ocorre a pessoalidade do infinitivo, porém, a presença de morfologia de flexão nessa forma verbal é um fenômeno característico do português, aparecendo nos mais antigos documentos da língua portuguesa. Tal fenômeno ocorreu em pouquíssimas línguas, como o húngaro, o galego, o mirandês e um dialeto italiano do sul, o napolitano, e, neste último, tal infinitivo esteve presente apenas em documentos do século XV e, esporadicamente, do século XVI.

Por ser uma peculiaridade da língua portuguesa, diversos estudiosos, como Otto (1889 *apud* Maurer, 1968), Vasconcelos (1900 *apud* Coutinho, 1976), Maurer (1968), Martins (1999), Pires (2001) e outros, dedicaram-se a explicar a origem do infinitivo flexionado. Nesse aspecto, há opiniões divergentes que se dividem em duas. De um lado, há aqueles que afirmam ter o infinitivo flexionado derivado do imperfeito do subjuntivo latino. De outro, estão os que atribuem a sua origem ao infinitivo românico comum, com o acréscimo das desinências de número e pessoa, podendo ter sido confundido, por analogia, com formas finitas do verbo,

particularmente com algumas formas do futuro do subjuntivo. A seguir são apresentadas as discussões propostas por esses estudos.

3.3.1 Os Primeiros Estudos Sobre a Origem do Infinitivo Flexionado

Entre aqueles que defendem a hipótese da origem do infinitivo flexionado a partir do imperfeito do subjuntivo latino, podemos citar os seguintes pesquisadores: Rodrigues (1913 *apud* Maurer, 1968), Gamillscheg (1913 *apud* Maurer, 1968), Martins (1999) e Pires (2001).

De acordo com Rodrigues (1913 *apud* Maurer, 1968), sua hipótese fundamenta-se basicamente em duas afirmações: i) apesar do imperfeito do subjuntivo ter se perdido na maior parte da România, ele conservou-se no português, pelo menos até o século XVI; ii) as desinências do imperfeito do subjuntivo desligaram-se deste e juntaram-se ao presente do infinitivo, originando, assim, o infinitivo flexionado. Dessa forma, este teria surgido a partir de uma criação analógica

Gamillscheg (1913 *apud* Maurer, 1968), por sua vez, concorda com a hipótese de que o infinitivo flexionado tenha sido resultante do imperfeito do subjuntivo. No entanto, o autor acredita que o infinitivo românico comum também exercera influência. Assim, o caráter pessoal seria explicado pela origem a partir do imperfeito do subjuntivo e a influência do infinitivo comum se daria no fato de a forma infinitiva flexionada poder ser empregada como qualquer substantivo. Segundo o autor, há um fato relevante para entender como esse subjuntivo poderia ter sido interpretado como forma pessoal do infinitivo: no latim medieval e nas primeiras fases das línguas românicas, as conjunções eram omitidas freqüentemente com os verbos de percepção, de petição, de interrogação e nas orações finais. Portanto, essas ocorrências seriam um caminho para que surgisse o infinitivo flexionado a partir do subjuntivo.

Martins (1999) e Pires (2001) também defendem a hipótese de que o infinitivo flexionado tenha se originado do imperfeito do subjuntivo, porém, abordam essa origem a partir da perspectiva da teoria gerativa, diferenciando-se, assim, dos outros pesquisadores citados, que

realizaram um estudo histórico-descritivo. Quanto às considerações levantadas pelos autores, elas serão retomadas posteriormente na seção 2.3.2.

No que se refere à teoria da origem da forma infinitiva flexionada a partir do imperfeito do subjuntivo, cabe ressaltar que há diversas críticas feitas a essa hipótese. Maurer (1968), ao discordar dessa teoria, afirma que há várias dúvidas quanto ao fato de o imperfeito do subjuntivo ter existido em português até o século XVI. Para fundamentar seu posicionamento, ele questiona a ocorrência do imperfeito do subjuntivo nos diplomas medievais da Lusitânia, argumentando que o fato de esta forma verbal aparecer nesses diplomas e nos escritos dos tabeliães portugueses, tão acostumados a usar o latim, não significa que esta construção estava presente na linguagem popular. Além disso, conforme o autor, o hipotético imperfeito do subjuntivo, em português, aparece esporadicamente e é tardio nos textos, demonstrando, talvez, que tal subjuntivo seria uma ocorrência lingüística que teria sido resultado de uma evolução natural do infinitivo flexionado ou de uma confusão, por parte dos latinistas eruditos, com o imperfeito do subjuntivo latino. Maurer (1968) ainda questiona o caráter modal que era atribuído ao hipotético imperfeito do subjuntivo no português, levantando diversos argumentos com esse intuito: i) o subjuntivo pode ser regido por diversas conjunções; no entanto, nas construções encontradas com o imperfeito do subjuntivo, apenas a conjunção *que* apareceu, sendo, às vezes, precedida de preposição; ii) tal forma verbal não se ligava diretamente à conjunção. Portanto, há a hipótese de que o verbo não dependia da conjunção por ele ser uma forma nominal, regida pela preposição; iii) normalmente, havia repetição da conjunção *que* nas orações integrantes que estavam afastadas da conjunção que as introduzia. No entanto, as ocorrências dessas orações com o imperfeito do subjuntivo não apresentavam essa repetição; iv) quando o imperfeito do subjuntivo estava coordenado a uma outra forma verbal finita, ele vinha freqüentemente regido por uma preposição; fato que poderia confirmar seu caráter nominal.

Num segundo momento, Maurer (1968) contrapõe a sintaxe do imperfeito do subjuntivo latino e a do infinitivo flexionado, afirmando que aquele só se empregava em algumas das funções nas quais o infinitivo flexionado era empregado e ainda não aparecia naquelas funções mais características desse infinitivo. Entre as orações citadas como aquelas que apresentam amplamente o infinitivo flexionado, encontram-se as adverbiais causais, temporais, concessivas e finais. Porém, no latim, o subjuntivo aparecia apenas nas finais e concessivas, ao passo que, nas temporais e causais, o indicativo era mais utilizado. Outro aspecto levantado pelo

autor refere-se ao fato de que a conjunção *ut* era omitida freqüentemente antes do imperfeito do subjuntivo no latim, em orações completivas; no entanto, nessas orações, o português antigo não apresentava infinitivo flexionado. Já nas orações finais, a conjunção *ut* não era omitida, mas o emprego do infinitivo flexionado em tais orações era usual no português. A partir dessas considerações, o autor intenta confirmar sua hipótese de que a forma flexionada do infinitivo não se originou do imperfeito do subjuntivo latino.

Porém, apesar de refutar essa teoria sobre a origem do infinitivo flexionado, Maurer (1968) reconhece que pode ter ocorrido uma certa confusão entre essas duas formas verbais em alguns escritores dos séculos XV e XVI, contribuindo, assim, para a ocorrência do infinitivo flexionado em casos nos quais a sintaxe requeria um subjuntivo e não um infinitivo. Isso poderia ser explicado, segundo o autor, devido à semelhança semântica de ambas as construções. Para essa dupla possibilidade de interpretação, os escritos dos tabeliães teriam contribuído, pois estes apresentavam uma mistura de latim e português. A partir disso, ele considera que a forma verbal chamada de imperfeito do subjuntivo latino, presente nos escritos dos tabeliães, era, na verdade, o infinitivo flexionado português; hipótese que seria confirmada pelo fato de tal forma verbal poder vir regida por preposição. Finalmente, o autor afirma que o imperfeito do subjuntivo nunca existiu no português, pois, nos casos em que recebia esse nome, tratava-se de construções irregulares de infinitivo que ocorriam em orações que possibilitavam dois tipos de subordinadas: a subjuntiva ou a infinitiva.

No que se refere à hipótese da origem do infinitivo flexionado a partir do infinitivo românico comum, seus defensores enfatizam que a diferença primordial entre ambos é o fato de que o infinitivo flexionado pode apresentar sujeito próprio e flexão, afastando-se, assim, da forma nominal do verbo; porém, ainda apresenta semelhanças sintáticas com o infinitivo comum. Entre os diversos defensores dessa hipótese, pode-se citar os seguintes: Otto (1889 *apud* Maurer, 1968), Vasconcelos (1900 *apud* Coutinho, 1976), Maurer (1968).

Segundo Otto (1889 *apud* Maurer, 1968), o fator que teria desencadeado o surgimento do infinitivo flexionado seria a existência de infinitivo com sujeito pronominal nominativo; este sujeito teria sido substituído pelas desinências verbais próprias da forma infinitiva flexionada.

Vasconcelos (1900 *apud* Coutinho, 1976, p. 279), por sua vez, explica como teria ocorrido tal mudança:

A uma frase como “*ter saúde é bom*” (infinitivo impessoal), corresponde “*ter eu saúde é bom*” e “*ter ele saúde é bom*”, ficando pois iguais a forma impessoal e a empregada na 1ª e 3ª pessoas; as expressões “*ter eu*” e “*ter ele*”, em que a princípio o “*ter*” se empregou impessoalmente, foram depois sentidas (consideradas) como pessoais; ora de “*ter eu*” e “*ter ele*”, saía muito naturalmente, por analogia, “*teres tu*”, e, no plural, “*termos nós*”, “*terem eles*” e “*terdes vós*”.

Segundo o autor, além desse processo citado, havia outro elemento que poderia ter influenciado: a analogia com o futuro do subjuntivo nos verbos regulares, pois as formas verbais deste e do infinitivo flexionado são idênticas.

De acordo com Maurer (1968), a existência das formas do futuro do subjuntivo, no português, seria um dos fatores primordiais que permitiram o desenvolvimento do infinitivo flexionado nessa língua, mas não possibilitaram, por exemplo, tal ocorrência no espanhol, língua românica que não apresenta igualdade entre as formas do futuro do subjuntivo e as do infinitivo flexionado. Ele enfatiza também o fato de o infinitivo pessoal ser um elemento muito importante para o desenvolvimento da flexão nessa forma verbal. Segundo o autor, o infinitivo com sujeito explícito é uma criação românica, que pode ter surgido ainda no latim vulgar, após o desenvolvimento do infinitivo preposicionado; hipótese que parece justificar-se pelo fato dessas duas mudanças lingüísticas terem sido disseminadas em um grande número de línguas e dialetos falados em toda a România.

Maurer (1968) ainda acrescenta que existe uma relação especial entre o infinitivo preposicionado e o infinitivo com sujeito próprio, pois aquele favoreceria o aparecimento deste, principalmente, em orações nas quais a falta do sujeito do infinitivo possibilitaria interpretações equivocadas. Assim, ao tornar-se pessoal, o infinitivo perdeu muito do seu caráter primitivo de forma nominal, podendo apresentar também características de formas finitas do verbo (como a flexão de número e pessoa). Esse processo é explicado pelo autor a partir de quatro etapas referentes a tal mudança:

1ª) O aparecimento do infinitivo preposicionado no latim vulgar.

2ª) O aparecimento de sujeito (marcado pelo caso nominativo) do infinitivo; essa oração infinitiva normalmente era preposicionada.

3^a) O desenvolvimento de desinências de pessoa e número nas formas infinitivas que apresentavam um sujeito nominativo; mudança resultante da analogia feita com formas finitas do verbo (como o futuro do subjuntivo).

4^a) A extensão gradativa da forma flexionada a construções nas quais se usava primitivamente o infinitivo invariável.

A partir dessas considerações, notamos que há diferentes modos de abordar a origem do infinitivo flexionado e diversas argumentações que buscam sustentar cada hipótese. Além dos estudos histórico-descritivos sobre tal origem, também há explicações para esse fenômeno lingüístico que se baseiam numa outra perspectiva teórica, a gerativa, mas que utilizam uma abordagem histórica para a explicação da mudança lingüística, conforme apresentamos na próxima seção.

3.3.2 A Origem do Infinitivo Flexionado Segundo a Abordagem Gerativa

Martins (1999) aborda as duas principais hipóteses sobre a origem da forma flexionada do infinitivo no português. Quanto à hipótese baseada no infinitivo comum, a autora levanta os possíveis argumentos que poderiam ser considerados a favor dessa teoria: i) o fato de certas línguas, que apresentam infinitivo flexionado, também poderem apresentar outras formas não-finitas flexionadas, como o particípio e o gerúndio. Por exemplo, o gerúndio flexionado ocorreu em alguns dialetos modernos portugueses, galegos e no napolitano antigo, neste também ocorreu o particípio flexionado. Além disso, a autora levanta a hipótese de haver uma relação entre o infinitivo flexionado e o aparecimento das outras formas não-finitas com flexão, pois estas só poderiam ter surgido após a existência do infinitivo flexionado (conforme observado nos dialetos portugueses e galegos); ii) além de haver dúvidas sobre a existência do imperfeito do subjuntivo no português, conforme apontado por Maurer (1968), essa forma verbal, no latim, não era muito usada, pois suas funções eram exercidas pelo mais-que-perfeito do subjuntivo latino já no século III; iii) a ocorrência de sujeitos nominativos de infinitivos não-flexionados proporcionaria um ambiente favorável ao aparecimento do infinitivo flexionado.

Além dessa primeira hipótese, Martins (1999) também explora a segunda teoria referente à origem dessa forma verbal (baseada na hipótese do imperfeito do subjuntivo). Com esse intuito, ela focaliza as diferenças apresentadas pelo infinitivo flexionado na transição do português antigo para o moderno, particularmente o fato de que era possível, no português antigo, a ocorrência de orações independentes com infinitivo flexionado, porém, no português moderno, essa construção é agramatical. Segundo a autora, esses dados indicam que o infinitivo flexionado, no português antigo, era uma forma com características mais finitas se comparada com a mesma forma atualmente. Portanto, seria plausível considerar a hipótese de que o imperfeito do subjuntivo (forma finita) transformou-se no infinitivo flexionado (forma não-finita) de maneira gradual.

Pires (2001), por sua vez, está de acordo com a teoria que defende a origem do infinitivo flexionado a partir do imperfeito do subjuntivo latino, presente particularmente nas orações finais, pois nestas o imperfeito não havia sido substituído pelo mais-que-perfeito do subjuntivo latino, substituição que havia ocorrido em outros contextos sintáticos (cf. Wireback, 1994 *apud* Pires, 2001).

Num segundo momento, Pires (2001) propõe uma explicação para a origem do infinitivo flexionado, baseando-se na teoria de aquisição de linguagem, proposta por Lightfoot (1999), segundo a qual a criança, durante a aquisição de linguagem, busca *pistas*, no *input* (dados lingüísticos primários), para determinar as propriedades específicas da língua que está adquirindo. A partir dessas considerações, Pires (2001) faz o seguinte questionamento: quais pistas teriam desencadeado a mudança na gramática das crianças, falantes do português antigo, possibilitando que tal gramática passasse a possuir infinitivo flexionado, considerando que antes não o possuía?

Com o objetivo de responder essa pergunta, o autor levanta considerações sobre a aquisição de traços sintáticos por parte de crianças dessa época. No português antigo, as orações subjuntivas apresentavam um complementizador (C) realizado lexicalmente (com traço [+Modo]) e recebiam especificação de modo; dessa forma, diferenciavam-se das orações infinitivas que não apresentavam esses elementos (cf. Martins, 1999). Assim, para que as crianças identificassem uma oração com especificação de modo, seria necessário encontrar a seguinte pista no *input*: [C + Modo]. Quanto às propriedades flexionais das formas verbais, as crianças

procuravam, no *input*, as seguintes pistas para marcar a concordância verbal realizada ou não realizada fonologicamente: [T [+ Agr]] ou [T [- Agr]]¹, respectivamente.

A partir dessas considerações, Pires (2001) sugere que as pistas para marcação de modo e de concordância verbal seriam independentes durante o processo de aquisição de linguagem, fato que poderia ser confirmado pela própria ocorrência do infinitivo flexionado no português. Segundo o autor, as crianças teriam encontrado no *input* orações finais com o imperfeito do subjuntivo, pois estas, no latim, haviam perdido o complementizador *ut* (elemento essencial para a marcação de modo), mas ainda encontravam pistas para marcar a morfologia de flexão do verbo. Dessa forma, novas gerações teriam reanalisado o imperfeito do subjuntivo como infinitivo flexionado, dada a falta de propriedades do modo subjuntivo e a presença de concordância verbal realizada lexicalmente, que vinha unida à forma infinitiva do verbo.

O autor também levanta um possível obstáculo para sua hipótese: a especificação de Tempo do imperfeito do subjuntivo poderia não ter possibilitado a reanálise do imperfeito como infinitivo flexionado. Porém, Pires (2001) refuta esse argumento, mostrando que o imperfeito do subjuntivo latino podia ser usado, na última fase do latim, com o traço de passado ou não-passado. Isso era possível, porque o mais-que-perfeito do subjuntivo havia substituído o imperfeito, sendo, assim, a principal forma verbal usada para indicar o modo subjuntivo no passado. Portanto, com a especificação de tempo enfraquecida, o imperfeito do subjuntivo poderia ser reanalisado como infinitivo flexionado pelas novas gerações.

Ao discutir o questionamento feito sobre as pistas que possibilitaram a origem do infinitivo flexionado, o autor ainda explica que, tendo em vista a teoria de aquisição de linguagem baseada em pistas, não é possível considerar que a forma flexionada do infinitivo tenha se originado do infinitivo comum a partir do aparecimento de sujeitos nominativos lexicais, conforme argumentam os defensores da hipótese do infinitivo comum. Entre os argumentos levantados por Pires (2001) para refutar essa hipótese, estão os seguintes: i) o fato de o infinitivo poder apresentar sujeito nominativo realizado fonologicamente não possibilitaria que os falantes estendessem a morfologia de flexão de outras formas verbais finitas para os infinitivos, pois, de acordo com a teoria de aquisição baseada em pistas, estas devem ser identificadas localmente por serem encontradas em domínios sintáticos simples; ii) o fato de o sujeito nominativo precisar ser checado por caso não explica o aparecimento da morfologia flexional nos infinitivos. Segundo o

¹ T refere-se a *tempo* e Agr (do inglês, *agreement*) refere-se à *concordância*.

autor, no latim e no desenvolvimento inicial das línguas românicas, ocorriam sujeitos lexicais, que certamente eram checados por caso, mas que não apresentavam infinitivo flexionado, assim, o caso estaria sendo marcado por outros mecanismos; (iii) o português antigo não apresentava altas ocorrências de sujeitos lexicais com infinitivos (cf Wireback, 1994 *apud* Pires, 2001), portanto, uma pequena parcela não poderia desencadear uma mudança lingüística. A partir dessas considerações, Pires (2001) conclui que o infinitivo com flexão não poderia ter se originado do infinitivo comum se essa mudança for observada por meio da teoria adotada em seu trabalho. Portanto, segundo a perspectiva do autor, a hipótese do imperfeito do subjuntivo explicaria, de modo mais satisfatório, a origem do infinitivo flexionado.

3.4 Considerações Finais

As informações abordadas neste capítulo permitem-nos afirmar que o infinitivo é um assunto polêmico por apresentar diferentes opiniões referentes às suas definições, às regras estabelecidas pela gramática normativa e à origem do infinitivo flexionado.

Como vimos, os conceitos dados ao infinitivo pessoal e impessoal variam conforme o autor, estando a ênfase ora no plano morfológico da (não) flexão, ora no aspecto sintático referente à presença/ausência do sujeito do infinitivo.

Além disso, as divergências continuam ao observarmos as regras estipuladas pelas gramáticas normativas. Muitas preferem falar em “tendências” no uso do infinitivo pessoal, visto que nenhum gramático conseguiu elaborar regras definitivas para tal uso.

Portanto, a partir dessas considerações, podemos levantar a hipótese de que a gramática normativa não tem conseguido exercer muita influência no “uso correto” do infinitivo por parte dos falantes que se preocupam com a tradição gramatical. Assim, se as próprias gramáticas propõem regras divergentes, as pessoas também não podem se pautar numa regularidade referente ao uso padrão dessa forma gramatical, facilitando, portanto, usos diversificados do infinitivo pessoal.

Não é uma questão atual a falta de segurança dos falantes no que se refere ao uso padrão do infinitivo flexionado. Said Ali (1957, p.55-56) mostra-nos que isso é um assunto antigo:

Houve, como se sabe, um tempo em Portugal, em que os poetas escreviam as suas obras parte em português, e parte em espanhol, língua que lhes era bastante familiar. Pois bem; todos eles, exceptuando unicamente Camões, cometeram o erro de empregar o infinitivo flexionado em espanhol, como se também o castelhano conhecesse semelhante forma.

Daí não se infira que naquela época, ou em outra qualquer, estivesse tão em voga o uso do infinitivo pessoal no seio na nossa língua a ponto de já não discernirem os escritores os casos que exigem rigorosamente a forma sem flexão daqueles em que podiam socorrer-se da forma flexionada.

Para o autor, esse episódio demonstra a força do infinitivo flexionado, que era usado pelos portugueses até em línguas que não possuíam tal forma verbal. No entanto, esse fato pode demonstrar que sempre faltou certa segurança dos falantes sobre as condições de ocorrência do infinitivo flexionado conforme a norma padrão. Atualmente, isso não é diferente, pois os falantes ainda possuem dúvidas nesse aspecto, como podemos comprovar pelo seguinte trecho de um artigo do gramático Pasquale, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 15 de julho de 2004:

No último dia 13 de junho, o caderno *Mais!* Pediu a algumas personalidades que arrolassem as “dez coisas para fazer antes de morrer”. O item sete da lista do historiador José Murilo de Carvalho era exatamente este: “Aprender a flexionar o infinitivo”.

Novamente, percebemos que o infinitivo pessoal, especificamente o flexionado, tem sido um assunto polêmico não apenas para os estudiosos que buscam explicar sua origem e os gramáticos que tentam prescrever seu uso. Ele também apresenta-se como controverso aos falantes do português.

No próximo capítulo, continuamos a discutir sobre o infinitivo pessoal e o flexionado, abordando diversas pesquisas atuais que têm se ocupado desse tópico gramatical.

CAPÍTULO 3

4 PESQUISAS SOBRE O INFINITIVO PESSOAL: diferentes perspectivas

O infinitivo pessoal do português sempre possibilitou muitas discussões entre os gramáticos e, atualmente, entre os lingüistas. Para os primeiros, não há consenso quanto ao “uso correto” dessa forma verbal. No que se refere aos lingüistas, este tópico gramatical tem sido o objeto de estudo de muitas pesquisas de diferentes linhas teóricas, proporcionando variadas análises mesmo dentro de uma mesma teoria.

Tendo em vista tal diversidade, este capítulo objetiva mostrar uma pequena parcela de estudos que vêm sendo realizados sobre o infinitivo pessoal a partir de diferentes perspectivas.

A maior parte das resenhas, neste capítulo, referem-se a estudos que utilizam a teoria gerativa como fundamentação. Tais estudos abordam diversas áreas e não se ocupam apenas do PB, mas também debruçam-se sobre o infinitivo pessoal no PE. Como, por exemplo, o estudo de Raposo (1987) que focaliza o infinitivo flexionado e com sujeito preenchido no PE, explicando o fenômeno a partir da teoria apresentada por Chomsky (1986). Martins (no prelo) também se ocupa do infinitivo no PE, analisando a mudança entre o português moderno e o antigo quanto ao tipo de completiva infinitiva selecionada por verbos ECM².

Cabe acrescentar que os estudos de Martins (1999) e Pires (2001), apresentados no segundo capítulo, também expõem considerações relevantes sobre a origem do infinitivo flexionado no PE.

Há ainda estudos comparativos, como o de Luz (1998) que compara o comportamento do infinitivo flexionado no PB e no PE.

² Os verbos ECM (Exceptional Case Marking) são caracterizados por apresentarem uma marcação excepcional de caso. Ou seja, numa marcação canônica de caso, o verbo, como núcleo lexical, atribui caso acusativo ao seu complemento. Porém, a marcação excepcional de caso distingue-se da canônica por envolver um núcleo lexical (um verbo ou uma preposição) regendo argumentos de outro núcleo (cf. Miotto, 2000). Ex.: O João viu-a chorar. (o pronome *a* é sujeito do infinitivo, mas não está marcado com o caso nominativo, pois o verbo ECM *ver* marcou tal pronome com o caso acusativo)

O trabalho de Schaff (2001), por sua vez, ocupa-se do PB, observando a aquisição da linguagem, especificamente a aquisição da flexão do infinitivo por parte de crianças de Florianópolis e Porto Alegre. Botelho Pereira & Roncarati (1993) também abordam o PB, focalizando as propriedades sintáticas e semânticas que permitem o uso do sujeito nominativo ou oblíquo em construções infinitivas.

Além desses trabalhos que se baseiam na teoria gerativa, também apresentamos o trabalho de Gorski (2000) que utiliza a teoria variacionista para explicar a atual redução no uso do infinitivo pessoal no PB.

A partir dessa breve exposição, notamos que o infinitivo pessoal é um assunto bastante discutido em diferentes áreas, proporcionando muitas pesquisas, cujos resultados são relatados a seguir.

4.1 Considerações Sobre o Infinitivo Pessoal no PE - Raposo (1987)

A partir da teoria apresentada por Chomsky (1986), Raposo (1987) analisa a distribuição e as propriedades sentenciais de complementos com o infinitivo flexionado em PE. Com esse objetivo, o autor discute os parâmetros da gramática universal envolvidos na existência desse tipo de construção no PE, explicando-o a partir da teoria do caso. Entre as construções analisadas com infinitivo flexionado, estão as orações que exercem as seguintes funções: oração subjetiva e complementos subcategorizados por vários tipos de predicados (factivos, epistemológicos e declarativos³).

Segundo o autor, dois aspectos devem ser ressaltados quanto às sentenças infinitivas flexionadas em PE: morfologicamente, a flexão infinitiva pessoal em PE é marcada por [+AGR], porém, não possui distinção de tempo; sintaticamente, as orações infinitivas aproximam-se das orações têmicas devido à presença de sujeito lexical, por outro lado, também se aproximam das orações infinitivas não-flexionadas, pois, como estas, só podem aparecer em orações encaixadas e não ocorrem como oração matriz ou independente.

³ As seguintes orações exemplificam os predicados factivos, epistemológicos e declarativos, respectivamente: Eu *lamento* os deputados terem trabalhado pouco; Eu *penso* os deputados terem trabalhado pouco; Eu *afirmo* os deputados terem trabalhado pouco. (Raposo, 1987, p.87)

Ao abordar os parâmetros envolvidos na existência das construções com infinitivo flexionado, dois parâmetros são citados, um morfológico e outro sintático: o parâmetro da flexão e o parâmetro do sujeito nulo. O parâmetro da flexão possui a seguinte representação de INFL⁴: [[+/- T], (AGR)]. Dessa forma, observa-se que o infinitivo flexionado é marcado por [[-T] AGR], tendo os traços de AGR realizados fonologicamente em PE.

O parâmetro do sujeito nulo, por sua vez, poderia indicar que AGR possui as especificações de número, pessoa e, opcionalmente, caso. Em línguas que não apresentam sujeito nulo, a especificação de caso não seria possível. No que se refere ao infinitivo flexionado e sua relação com a teoria do caso, Raposo (1987) afirma que para AGR da encaixada poder atribuir o caso nominativo ao seu sujeito lexical, torna-se necessário que AGR seja regido e tenha marcação de caso pelo INFL da matriz.

Com base em tais pressupostos, o autor discute cada contexto sintático em que as orações com infinitivo flexionado aparecem, observando as propriedades particulares de cada uma delas.

O primeiro contexto diz respeito à oração subjetiva que é exemplificada abaixo:

(1) [_{IP} Eles aprovarem a proposta] será difícil.

Dessa forma, o autor analisa a sentença infinitiva em (1) como uma projeção máxima de N, sendo, assim, um NP (do inglês *noun phrase*, sintagma nominal). Essa análise estaria fundamentada na existência dos traços nominais do infinitivo, que ainda poderia apresentar [+AGR] como um núcleo nominal. O sujeito lexical do infinitivo seria licenciado a partir da marcação de caso a esse NP pela INFL da matriz. O caso percola (sobe) até I° da sentença infinitiva e, após receber caso, [+AGR] torna-se apta a atribuir caso nominativo ao sujeito lexical *eles*.

A representação de (1) é dada em (2):

⁴ O termo *INFL* (do inglês, *inflection*) refere-se à flexão.

(2) [CP[IP [NP=IP eles [I Agr]₁ aprovar a proposta]] [I Infl₂ será difícil]]]

Num segundo momento, são abordadas as orações infinitivas flexionadas que exercem a função de complementos subcategorizados de verbos factivos (exemplificado em (3)), epistemológicos e declarativos. Os verbos factivos subcategorizam projeções máximas nominais, diferenciando-se, assim, dos epistemológicos e declarativos. Portanto, segundo o autor, uma projeção máxima IP, cujo núcleo é um infinitivo flexionado, poderia ser subcategorizado e selecionado pelos predicados factivos.

(3) Nós lamentamos [IP eles terem recebido pouco dinheiro].

A análise para (1) é estendida a (3), ou seja, novamente a infinitiva é interpretada como uma projeção nominal. O verbo *lamentar* a rege e atribui caso, este percola até o núcleo I^o, tornando-o apto a atribuir caso nominativo ao sujeito lexical. Segundo o autor, esse tipo de sentenças não teria um nóculo CP devido às características da seleção dos verbos factivos, pois estes verbos subcategorizam construções nominais. A representação em (4) remete à sentença em (3):

(4) Nós lamentamos [NP=IP eles [I Agr] ter recebido pouco dinheiro]].

No que se refere aos complementos subcategorizados de verbos epistêmicos e declarativos, estes diferenciam-se dos verbos factivos, pois não subcategorizam NPs, portanto, eles não tomam IP=NP e necessitam do complementizador, subcategorizando, assim, CPs. Outro aspecto interessante é o fato de o núcleo do CP conter um operador abstrato de tempo nos complementos de verbos desse tipo, tornando, assim, a sentença infinitiva temporalmente independente da matriz. Devido à presença de CP, IP não é regido pelo verbo da matriz, tornando, assim, necessário o movimento do verbo até CP pois, dessa forma, a concordância pode ser regida pelo verbo da matriz, recebendo, então, caso que possibilitará, por sua vez, atribuir caso nominativo ao seu sujeito. Em (5) há um exemplo desse tipo de construção e sua respectiva representação, em (6):

(5)Eu penso/afirmo [terem os deputados trabalhado pouco].

(6)Eu penso/afirmo[CP[C' [C/T [I Agr]_i]][IP os deputados [I' t_i VP]]]

A partir dessas considerações, observamos que Raposo (1987) enfatiza os seguintes aspectos referentes ao infinitivo flexionado e à presença de seu sujeito: (i) AGR do infinitivo só poderá atribuir caso nominativo ao sujeito se ela tiver recebido caso de um regente externo; (ii) há dois parâmetros que estão relacionados a esse fenômeno lingüístico: o parâmetro da flexão e o parâmetro do sujeito nulo. Cabe acrescentar que o autor afirma que uma língua com infinitivo flexionado que apresenta sujeito nominativo, realizado lexicalmente, é uma língua de sujeito nulo.

Assim, o autor discute as análises das orações infinitivas flexionadas do PE, utilizando, com esse objetivo, os pressupostos teóricos apresentados por Chomsky (1986).

Para finalizar, ressaltamos a importância que o estudo de Raposo (1987) representa aos pesquisadores que se propõem investigar o infinitivo pessoal, grupo do qual fazemos parte. O trabalho de Raposo (1987) mostrou-se relevante às conclusões do presente trabalho, pois, segundo o autor, as línguas que apresentam infinitivo flexionado são línguas “pro-drop” (com marcação positiva do parâmetro de sujeito nulo). Portanto, essas considerações auxiliam na análise de nossa pesquisa, tendo em vista que o PB vem perdendo o infinitivo flexionado como também sua marcação positiva para o parâmetro do sujeito nulo (cf. discussão no capítulo 5).

4.2 A Mudança no Uso do Infinitivo Flexionado no PE - Martins (no prelo)

Neste trabalho, Martins (no prelo) destaca que há diferenças entre o português europeu moderno e o português europeu antigo no que se refere às completivas infinitivas. Entre tais diferenças, estão as seguintes:

(i) atualmente, é possível usar infinitivo flexionado ou simples em completivas de verbos causativos ou sensitivos; porém, no português antigo, não era possível o emprego do infinitivo com flexão nesses casos, construção que só apareceu a partir do século XVI. Ex.: Mandeí/Vi os policiais prender(em) o ladrão. (Nessa oração, o infinitivo sem flexão é possível no português moderno e era no antigo, porém, a forma flexionada não era gramatical no português antigo.)

(ii) no português antigo, as completivas infinitivas de verbos ECM apresentavam alçamento de clítico, que se movia para uma posição adjacente ao verbo da oração matriz, e não era possível operadores de negação no domínio da encaixada (Ex.: O médico não o mandou beber vinho / *O médico mandou-o não beber vinho). No português moderno, entretanto, alçamento de clítico é opcional e os operadores de negação ocorrem nas completivas infinitivas;

(iii) as completivas de alguns verbos de controle e elevação também sofreram mudanças a partir do século XVI: a negação e a cliticização ocorrem na encaixada, porém, não há a possibilidade de flexão do infinitivo nessas construções.

A partir dessas observações, a autora levanta a hipótese de que, no português antigo, as completivas infinitivas de verbos ECM, de controle e de elevação apresentavam uma estrutura reduzida, como se pode supor pelo fato de não permitirem negação, cliticização e flexão no domínio da encaixada.

Para explicar o que teria desencadeado essas mudanças nas completivas, Martins (no prelo) aborda as estruturas coordenadas que apresentavam, no português antigo, orações independentes com infinitivo flexionado. Essas construções eram usuais na época apesar de não serem usadas no português moderno. Segundo a autora, isso poderia ter proporcionado uma configuração de ambigüidade, que teria desencadeado a mudança. Ou seja, quando uma oração independente apresentava infinitivo flexionado com sujeito elíptico, essa oração poderia ser considerada como encaixada ao verbo da outra oração, propiciando, assim, no século XVI, que verbos ECM apresentassem completivas com infinitivo flexionado em contextos de coordenação e elipse.

Para exemplificar sua hipótese, a autora utiliza as seguintes sentenças:

- (1) mandamos peytar à parte aguardente C maravedis e o prazo ficar en sa forteleza.
- (2) mandamos peytar à parte aguardente C maravedis e [-] o prazo ficar en sa forteleza.
- (3) mandamos peytar à parte aguardente C maravedis e os prazos ficarem en sa forteleza.

De acordo com a análise de Martins (no prelo), em (1), as duas orações são independentes, apresentam coordenação por meio da conjunção *e* e o infinitivo *ficar* ocorre na forma pessoal, na 3ª pessoa do singular. A sentença (2), por sua vez, também é considerada uma estrutura de coordenação, porém, apresenta, na segunda oração, a elipse do verbo *mandamos* e o infinitivo *ficar* não possui o traço [+ INFL]. Finalmente, como o infinitivo apresentava, no português antigo, flexão realizada fonologicamente, seria possível formular a sentença em (3) e interpretar o infinitivo flexionado independente como sendo um infinitivo encaixado a um verbo ECM elíptico (cf. (3)). Portanto, essa reanálise quanto ao infinitivo possibilitaria a ocorrência de infinitivo flexionado como completivas de verbos ECM.

A partir disso, a autora questiona o que não teria permitido que os verbos de controle e elevação selecionassem completivas com infinitivos flexionados, pois, com esses verbos, também aparecia a estrutura ambígua apresentada com os verbos ECM. Martins (no prelo) responde esse questionamento, afirmando que essa reanálise não ocorreu com os verbos de controle e elevação, porque estes não permitem a ocorrência de um sujeito autônomo na oração encaixada.

Finalmente, a autora ressalta a correlação existente entre as orações independentes com infinitivo flexionado e o aparecimento deste como complemento de verbos ECM no português antigo. Segundo a autora, há um indício na própria história da língua: as orações independentes com infinitivo flexionado desaparecem dos registros na mesma época em que os verbos ECM começam a selecionar completivas com infinitivo flexionado.

O estudo de Martins (no prelo) colabora com as pesquisas sobre o infinitivo pessoal, pois possibilita compreender seu funcionamento a partir da história da língua.

4.3 Um Estudo Comparativo: o Infinitivo Flexionado no PB e no PE - Luz (1998)

Neste trabalho, Luz (1998) focaliza as propriedades do infinitivo flexionado no PB, diferenciando o comportamento do infinitivo flexionado (IF), presente na gramática do PB e do PE. Também são observadas as diferenças entre estes e o infinitivo flexionado do galego. Com esse intuito, é feita a análise, tendo, como fundamento teórico, a Teoria da Regência e Ligação, proposta por Chomsky (1981). De acordo com Luz (1998), todas as construções de infinitivo flexionado no PB são CPs plenos e, dessa forma, Agr define as propriedades de licenciamento de sujeito.

Segundo o autor, em PB, PE e galego, os infinitivos flexionados não possuem os elementos de INFL que especificam as distinções de tempo, porém, contêm aqueles que especificam as distinções de concordância número-pessoa. Nas três línguas, tais estruturas não podem aparecer como orações independentes ou matrizes, cabendo apenas a possibilidade de serem orações encaixadas. Entre os contextos sintáticos em que aparecem, estão: oração subjetiva, complemento subcategorizado por certos predicados, oração adjunta, oração predicativa, infinitivo subcategorizado por nome ou adjetivo. No entanto, as línguas citadas anteriormente apresentam algumas diferenças no que se refere ao uso de tal infinitivo nesses contextos. A seguir são apresentadas tais semelhanças e diferenças que foram levantadas pelo autor:

a) A estrutura de oração subjetiva

Em PB e PE, o sujeito do IF pode ser pré-verbal, porém, em galego, isso não é possível:

(1) a. Será difícil *eles aprovarem a proposta*. (português)

b. Non está claro *aprobármolo exame*. (galego)

c. Non está claro [CP [C [C aprobármos i] [IP pro [I [ti] [VP ti o exame]]]]] (cf. Longa, 1994 *apud* Luz, 1998)

Seguindo a análise de Longa (1994 *apud* Luz, 1998) para a explicação do infinitivo flexionado no galego, Luz (1998) observa que, na representação da S-estrutura, V, que geralmente está no nóculo VP, é alçado para a posição de núcleo de IP, pegando os traços de INFL desse modo. Porém, esse movimento não é o bastante, porque o INFL da oração encaixada não é regido e não pode receber caso nessa posição. Por isso, [V+I] deve ser alçado ao núcleo de CP. Nessa posição, o INFL da encaixada será regido e marcado por traços de caso pelo INFL da matriz. Assim, o INFL da encaixada poderá marcar caso ao seu sujeito lexical, quando estiver presente. Se não houvesse esse movimento V-to-C, o INFL da oração encaixada não poderia ser regido nem marcado por caso e assim, não marcaria caso ao seu sujeito lexical. O INFL poderia ser regido por V se um IP fosse postulado, mas a estrutura com a barra IP não explicaria a ordem VS.

b) A estrutura de complemento subcategorizado por certos predicados

Os verbos da matriz que subcategorizam o infinitivo flexionado variam em cada língua: no PB, há os verbos epistêmicos, declarativos, factivos e volitivos; no PE, os mesmos verbos do PB, com a exceção dos verbos volitivos; no galego, apenas os verbos declarativos subcategorizam infinitivo flexionado. Cabe ainda observar que há diferenças quanto à posição do sujeito do infinitivo flexionado com cada tipo de verbo da matriz e em cada língua. No PB, o sujeito pode aparecer em posição pré-verbal ou pós-verbal com todos os tipos de verbos citados acima. No PE, apenas os verbos factivos permitem as duas posições do sujeito, enquanto o restante permite apenas a pós-verbal. No galego, apenas a posição pós-verbal é permitida.

Abaixo há alguns exemplos:

(2) Eu *penso terem os deputados trabalhado pouco*. (com verbo epistêmico)

(3) Eu *lamento os deputados terem trabalhado pouco*. (com verbo factivo)

(4) Eu *afirmo terem os deputados trabalhado pouco*. (com verbo declarativo)

(5) a. O mestre *afirmou facérmo-las cousas*. (galego)

b. O mestre afirmou [CP [C' [C facermos i] [IP pro [I' [ti] [VP ti as cousas]]]]] (cf. Longa, 1994 *apud* Luz, 1998)

Novamente, o autor cita a proposta de Longa (1994), que explica as estruturas de complementos subcategorizados da mesma forma que as orações subjetivas. Porém, segundo Luz (1998), postular uma projeção IP para essas estruturas não é o bastante, pois se a projeção é postulada, IP e I não poderiam ser governados por V. Assim, não haveria explicação para a impossibilidade da ordem SV nas construções com infinitivo flexionado do galego e do PE (nos contextos que não permitem tal ordem).

c) A estrutura de preposição + infinitivo flexionado

Longa (1994 *apud* Luz, 1998) propõe os seguintes aspectos que poderiam explicar essas estruturas:

- (i) o *status* categorial: IP *vs.* CP;
- (ii) a posição do sujeito: pré ou pós infinitivo flexionado;
- (iii) a posição dos clíticos: ênclise *vs.* próclise.

De acordo com essa proposta, o PB e o galego possuem a projeção de infinitivo flexionado como IP e CP. Como um IP, em (6a) e (6c), as sentenças poderiam ser analisadas como não apresentando a presença de projeção CP, porque a ordem SV sugere que [V+INFL] não está em C. Por sua vez, como um CP, em (6b) e (6d), há o alçamento de INFL para C, assim, Agr é marcada pelos traços de caso e, conseqüentemente, poderá marcar caso para seu sujeito lexical. Cabe ressaltar ainda que, em galego, apenas na estrutura em (6c) é possível a ocorrência de sujeito pré-verbal:

- (6) a. De os meninos fazerem... (PB)
- b. De fazerem os meninos... (PB)
- c. De os nenos faceren... (galego)
- d. De faceren os nenos... (galego)

Longa (1994 *apud* Luz, 1998) ainda explica que há preposições que agem como complementizadores. Portanto, nesse caso, espera-se que ocorra próclise, pois o clítico deve

ocupar a 2ª posição num CP. Dessa forma, segundo Luz (1998), no PB, as preposições das construções com infinitivo flexionado podem ser consideradas complementizadores, pois a próclise é mais usada, diferenciando-se do PE, no qual a ênclise é usual.

A seguir há algumas estruturas com preposição + infinitivo flexionado:

➤ oração adjunta

No PB, as orações infinitivas adjuntas podem aparecer na posição inicial ou final. A primeira posição é possibilitada pela construção com preposição, porém, a segunda forma é mais usada. Em (7a) e (7b), há exemplos em PB e galego, respectivamente:

(7) a. Fizeram-no *para trabalharem felizes*.

b. Fixérono *para traballaren ledos*.

➤ oração predicativa

No PB, as orações infinitivas predicativas, da mesma forma que as anteriores, podem aparecer na posição inicial ou final, sendo ainda a segunda forma mais usada. Alguns exemplos em PB e galego, respectivamente:

(8) a. Isto não é *para você recolher*.

b. Isto non é *para te recolleres*.

➤ infinitivo subcategorizado por nome ou adjetivo

Essas estruturas trazem preposição, pois N e A não podem marcar caso estrutural ao seu complemento. A seguir alguns exemplos:

(9) a. Admitiu o feito *de fazerem a tarefa*. (PB)

b. Estades desexosos *de rematárde-lo traballo*. (galego)

d) posição dos clíticos

O autor também levanta algumas diferenças entre o PB, o PE e o galego quanto à posição dos clíticos em construções com infinitivo flexionado: a ênclise e a próclise são permitidas no PB e no galego. Porém, no PE, a ênclise não ocorre nessas construções, conforme apresentado por Luz (p.11, 1998):

- | | | |
|------------------------|-----------------|----------|
| (10) a. nos entenderem | entenderem-nos | (PB) |
| b. nos entenderem | *entenderem-nos | (PE) |
| c. nos entenderen | entenderennos | (galego) |

Em sua conclusão, Luz (1998) expõe que o infinitivo flexionado do PB teria um comportamento diferente do PE, pois, para o autor, todos os infinitivos flexionados do PB seriam CPs plenos, diferenciando-se, assim, do infinitivo flexionado do PE, que não pode ser considerado assim, conforme a análise de Raposo (1987 *apud* Luz 1998).

4.4 O Infinitivo Flexionado e a Aquisição da Flexão Verbal em PB - Schaff (2001)

Schaff (2001), em sua tese de doutorado, teve como objetivo abordar o processo de aquisição da linguagem pela criança, especificamente a aquisição da flexão do infinitivo no PB. Com esse intuito, o autor descreveu e analisou a fala de nove crianças com idade entre 2 a 8 anos (três crianças de Florianópolis e seis de Porto Alegre), observando a relação entre a idade da criança e o surgimento das flexões de pessoa e número [+AGR], de tempo [+T] e do modo subjuntivo, focalizando a aquisição da flexão do infinitivo. O autor realizou essa pesquisa, tentando confirmar ou refutar a seguinte hipótese: o infinitivo flexionado é incorporado à gramática da criança durante a mesma época em que ela adquire a categoria funcional IP [+AGR] referente aos verbos finitos de orações subordinadas.

O pesquisador utilizou, como fundamentação para sua pesquisa, a Teoria da Regência e Ligação (Chomsky, 1981), a Teoria Sintática de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), e o Programa Minimalista (Chomsky, 1993). Tal teoria assume o inatismo como idéia principal para a aquisição da linguagem, porém, há divergências quanto ao curso da aquisição da

linguagem. Segundo Schaff (2001), alguns seguem a hipótese continuísta e outros preferem a teoria maturacionista. A primeira postula as seguintes idéias: a inviolabilidade dos princípios da Gramática Universal (GU); as gramáticas precoces das crianças podem produzir construções próprias de uma língua natural que nem sempre são encontradas no *input*; a gramática precoce da criança e a gramática do adulto seguem os mesmos princípios presentes na GU; existem fases, mas não um ordenamento sistemático, podendo, assim, ocorrer a passagem instantânea do estágio S_0 para o estágio S_S ; etc. A teoria maturacionista, por sua vez, proporciona as seguintes afirmações: os princípios só estarão disponíveis quando houver o amadurecimento do sistema neurológico, assim, torna-se possível a ocorrência de construções que não estão de acordo com a GU quando ainda não ocorreu tal amadurecimento; há fases distintas que são ordenadas hierarquicamente (Ex.: estágio do balbucio, 5-6 meses de idade; estágio de uma palavra, a partir dos 12 meses; estágio de duas palavras, 1 ano e 2 meses; estágio de multipalavras, a partir de 2 anos); etc.

Tendo em vista essas duas linhas de pesquisa, Schaff (2001) afirma ter escolhido a teoria maturacionista para sua investigação, pois acredita que essa teoria permite uma melhor descrição e explicação do parâmetro do infinitivo flexionado. Porém, ao discutir sobre a teoria de aquisição da concordância sujeito-verbo [+AGR], a ser utilizada em sua pesquisa, ele também aborda aspectos da teoria continuísta, como a idéia de que as crianças, nos estágios de uma ou duas palavras, produzem construções consideradas pré-funcionais apenas na aparência, pois sua estrutura sintática é complexa e equivale às orações finitas. Dessa forma, percebemos que o autor utiliza idéias referentes às duas linhas teóricas, pois a teoria maturacionista, escolhida inicialmente pelo autor, postula a impossibilidade de determinar se as palavras podem ser entendidas como sentença no estágio de uma palavra.

Outros pressupostos teóricos, discutidos pelo autor, referem-se à aquisição da concordância sujeito-verbo [+AGR] e à aquisição de tempo [+T]. Segundo Meisel (2000, *apud* Schaff, 2001), a noção de concordância sujeito-verbo é considerada adquirida quando a criança é capaz de usar como sujeito as três pessoas do singular. A primeira flexão verbal que surge é [+AGR], sendo os morfemas número-pessoais relevantes para a concordância sujeito-verbo, pois eles possibilitam o movimento do NP para Spec de IP e o movimento de V para o núcleo I, tornando possível a concordância e a atribuição de caso nominativo ao NP sujeito. Quanto ao tempo, ele faz parte da categoria funcional IP que seria dividida em AgrP e TP (cf. Pollock, 1989

apud Schaff, 2001). Ao abordar a aquisição da categoria funcional [+T], Schaff (2001) afirma que tal aquisição é posterior à categoria [+AGR], porém, declara que esses processos podem acontecer simultaneamente. Para o autor, a categoria TP é considerada adquirida quando os tempos presente, pretérito perfeito e futuro já foram incorporados à gramática da criança.

Os resultados da pesquisa de Schaff (2001) mostraram que as crianças, desde os dois anos e três meses, já haviam adquirido a categoria funcional [+AGR], pois já aplicavam as três pessoas do singular em sentenças, conforme a proposta de Meisel (2000 *apud* Schaff, 2001). Os dados também revelaram que, na mesma época, já haviam adquirido os três tempos verbais básicos: presente, passado e futuro, refletindo, assim, a aquisição de [+T], que, segundo o autor, estaria ligada ao emprego do infinitivo flexionado. Ao observar a aquisição dos modos verbais, o pesquisador constatou que as crianças adquirem primeiramente o indicativo; o subjuntivo só aparece quando elas começam a construir sentenças mais complexas, porém, sua frequência é baixa, talvez devido ao *input*, pois os adultos também o empregam raramente.

O autor ainda salienta o fato de o emprego do infinitivo estar condicionado ao processo de subordinação, pois o infinitivo normalmente ocorre em orações subordinadas, portanto, a categoria CP também é relevante nesses casos. Segundo Schaff (2001), a aquisição da categoria CP ocorre após a aquisição da categoria IP devido à complexidade daquela, pois, para construir estruturas com CP, a criança precisaria adquirir a noção de interdependência entre oração matriz e encaixada, e apropriar-se de palavras gramaticais, como as preposições e conjunções, para determinadas estruturas sintáticas. Porém, o autor ressalta que é interessante observar que crianças com gramáticas precoces constroem sentenças-raízes infinitivas declarativas, diferenciando-se, assim, da gramática dos adultos que não permite esse tipo de sentenças-raízes infinitivas (apesar de permitir outras, como a interrogativa do seguinte exemplo: “*Desistirem do jogo? Nem pensar*”). Portanto, o autor questiona: como explicar esse fenômeno? Ele responde tal questionamento, explicando que as sentenças-raízes declarativas são estruturas truncadas, ou seja, CPs não plenos ou simples VPs infinitivos, desprovidos de categorias funcionais (cf. Rizzi, 1993 *apud* Schaff, 2001).

Para explicar a marcação de caso nominativo aos sujeitos do infinitivo sem a presença de [+T] e [+AGR], Schaff (2001) cita Rizzi (1993) que, por sua vez, levanta a possibilidade de o filtro de caso não estar totalmente operativo nesse estágio ou o sujeito exposto estaria ocorrendo topicalizado nessas construções. Além disso, o autor afirma que tais sentenças

construídas pelas crianças são indícios de que alguns princípios da GU ainda não estão ativados, modificando-se tais construções com a maturação.

Schaff (2001) ainda ressalta que o infinitivo em português pode ocorrer na forma impessoal ou pessoal. Quando impessoal, em orações subordinadas, PRO (NP nulo na posição de especificador de um verbo não-finito) ocupa a posição de sujeito da oração infinitiva. As orações infinitivas com infinitivo pessoal, por sua vez, possuem pro (NP nulo na posição de especificador de um verbo que pode apresentar AGR) ou NP lexical na posição de sujeito. Neste último caso, o NP e o infinitivo podem ser marcados pela concordância. Porém, o infinitivo flexionado não é atribuidor de caso ao seu sujeito por ter o traço [+N]. Segundo Raposo (1987, *apud* Schaff, 2001), o traço [+AGR] do infinitivo flexionado já indicaria pessoa, número e, em línguas “pro-drop”, o Caso. Mas, em orações com infinitivo flexionado (menos as estruturas ECM), essa propriedade precisaria percolar da oração matriz até o núcleo I de IP da oração com infinitivo flexionado, para que assim [+AGR] atribua caso nominativo ao sujeito, em Spec de IP. Porém, em estruturas ECM, o atribuidor de caso está fora da oração infinitiva.

Tais estruturas ECM ocorrem com verbos causativos, perceptivos e com a preposição *para*, que selecionam diferentes tipos de complementos infinitivos. Esses elementos gramaticais podem c-selecionar os seguintes complementos: o IP infinitivo [-AGR], (exemplificado em (1a)); o CP nulo, que seleciona IP infinitivo [+AGR] (exemplificado em (2), no qual há marcação canônica de caso nominativo aos sujeitos das orações infinitivas); as estruturas ECM (exemplificadas em (3)). Segundo o autor, nas estruturas ECM, o IP infinitivo [-AGR] é considerado impessoal e não pode marcar caso nominativo ao seu sujeito, além disso, por não possuir a projeção máxima de CP, a oração infinitiva precisaria de uma regência de fora (o verbo da matriz ou a preposição), como nos exemplos (3a) e (3b).

- (1) a. Ela pediu [PP para [IP PRO sentar]].
- (2) a. A professora deixou [CP 0 [IP eu sair da aula]].
- b. Ela pediu [PP para [CP 0 [IP tu sentares]]].
- (3) a. Ela pediu [PP para [IP ti sentar]].
- b. A professora deixou- [IP me sair da sala].

Segundo Raposo (1987, *apud* Schaff, 2001), a oração infinitiva precisa conter [+AGR] para o sujeito lexical sobreviver; a única forma de infinitivo [-AGR] com sujeito ocorre em estruturas ECM. Porém, conforme Schaff (2001) afirma a partir de seus resultados, há exemplos de estruturas que não estão de acordo com a afirmação de Raposo (1987), pois, no PB, há sujeitos lexicais que não teriam, à primeira vista, um atribuidor de caso, no entanto, tais estruturas são gramaticais no PB. Em (4), há um exemplo citado por Schaff (2001):

(4) Qui mais tem aí *pa nós botá* aqui?

Segundo Schaff (2001, p. 15), podem ser plausíveis as seguintes explicações para a não-aplicação da regra de concordância sujeito-infinitivo: “(i) o processo de fixação do parâmetro ainda está em curso; (ii) influência do *input*: os adultos também não aplicam sempre a regra de concordância sujeito-infinitivo; (iii) fatores externos como problemas de processamento, limitações de memória, etc; (iv) a criança aplica regência ECM em todos os verbos causativos, perceptivos e preposição *para*, pois não adquiriu ainda os clíticos e pronomes oblíquos, ou só parcialmente”

Além disso, os resultados do autor mostraram que as crianças de sua pesquisa utilizam o infinitivo pessoal e impessoal desde os dois anos e quatro meses. Segundo ele, construções subordinadas infinitivas (com infinitivo impessoal) poderiam ser incorporadas à gramática precoce antes da aquisição de categorias funcionais, pois teriam “uma estrutura simples e primária”. Entre tais construções mais frequentes nos dados foram encontradas as orações subordinadas infinitivas com papel de complemento verbal (objeto direto), como em (5), e de adjunto adverbial de fim, em (6).

(5) _{PRO} Qué [_{PRO} *botá água*].

(6) Esse caminhão é, é do menino, [_{PP} *pra eles andarem*]

Ao concluir seu estudo, Schaff (2001) afirma que, apesar de só terem encontrado uma ocorrência de infinitivo flexionado no *corpus* observado (frase em (6)), a criança brasileira estaria optando pelo parâmetro positivo do infinitivo flexionado. Para o autor, os indícios para tal opção positiva estariam em alguns elementos referentes às orações infinitivas,

como o sujeito nulo do infinitivo flexionado e a pessoalidade do infinitivo, quando não há correferência entre o sujeito da matriz e o do infinitivo.

Assim, o autor observa que, nas entrevistas, o sujeito nulo só não ocorreu com uma das crianças pesquisadas, enquanto o infinitivo com sujeito preenchido obteve 87 ocorrências, sendo a maior frequência na primeira (42 ocorrências) e terceira (36 ocorrências) pessoas do singular, contextos que não permitem a marcação morfológica da flexão do infinitivo. As nove construções restantes referiam-se à segunda pessoa do singular, primeira e terceira pessoas do plural, que, apesar de serem contextos favorecedores de flexão, apenas apresentaram uma ocorrência de infinitivo flexionado na terceira pessoa do plural.

As explicações, dadas por Schaff (2001), para a escassez de infinitivo flexionado no *corpus* referem-se a uma tendência devido ao *input* para a não-flexão do infinitivo e o apagamento do [r] final dessa forma verbal. A partir desse quadro, o autor conclui que, apesar de o infinitivo flexionado ter ocorrido apenas uma vez, o sujeito nulo e a pessoalidade do infinitivo são indicadores de que o parâmetro do infinitivo flexionado continua “ativo”.

No entanto, ao compararmos as conclusões apresentadas por Schaff (2001) e por Gorski (2000), notaremos diferentes perspectivas quanto ao resultado encontrado. Em ambas pesquisas, a maioria dos casos de infinitivo pessoal estava em contexto de não-correferência. Tal resultados, para Gorski (2000), proporciona um indício de que está ocorrendo uma redução no uso do infinitivo pessoal, que está sendo mais usado para indicar a descontinuidade do tópico referencial. Schaff (2001), por outro lado, acredita que esse resultado favorece a hipótese de que o parâmetro do infinitivo flexionado continua “ativo”. Portanto, por meio dessa comparação, vemos que resultados similares podem ser interpretados de diferentes maneiras.

4.5 Os Sujeitos Nominativo e Oblíquo em Orações Infinitivas no PB - Botelho Pereira & Roncarati (1993)

As autoras estudaram as orações infinitivas introduzidas por *para*, que possuíam sujeito marcado pelo caso nominativo ou oblíquo no PB, especificamente na fala padrão e não-padrão carioca. Com esse objetivo, utilizaram, para o dialeto padrão, suas intuições

como falantes e, para o não-padrão, examinaram três entrevistas de falantes cariocas, dos quais alguns possuíam o primeiro grau completo e outros ainda não haviam concluído este nível de escolaridade. Apesar de tal escolha metodológica, as autoras afirmam que a análise não teria a abordagem sociolingüística, mas seguiria a teoria gerativa. Elas levantaram a hipótese de que a marcação de caso oblíquo ao sujeito do infinitivo é um exemplo de ECM devido a uma reanálise de *para* como complementizador, guardando, porém, suas propriedades atribuidoras de caso.

Os exemplos a seguir ilustram os dois casos estudados:

(1) Isto é *para eu fazer*.

(2) Isto é *para mim fazer*.

Segundo Botelho Pereira & Roncarati (1993), (1) e (2) aparecem na gramática de falantes do dialeto padrão e não-padrão, porém, (2) é mais difundido na fala não-padrão, tanto em termos de frequência como em diversidade de contextos sintáticos em que aparece. Assim, os exemplos dados demonstram que há diferentes marcações de caso para o sujeito do infinitivo, sendo o primeiro nominativo e o segundo oblíquo.

Para explicar as estruturas acima, elas citam os estudos de Lobato (1988) e Rocha (1989), para os quais a presença de [+AGR] no núcleo de INFL explicaria a atribuição de caso nominativo ao sujeito. Afirmam também que a gramática do português requer que COMP subcategorize o núcleo de INFL, permitindo [+AGR] ou [-AGR]. A partir dessas considerações, explicam as estruturas em (1) e (2). Em (1), a oração infinitiva está contida em um PP encabeçado por *para*; [+AGR] está presente no núcleo de INFL, concordando com [+AGR] em COMP. Assim, o sujeito da infinitiva recebe o caso nominativo devido à regência por INFL, que é seu regente mais próximo. Já em (2), a preposição *para* pode ter sido reanalisada como um possível núcleo para COMP (complementizador), subcategorizando [-AGR] no núcleo de INFL. Dessa forma, *para* seria um complementizador com propriedades lexicais, como a atribuição de caso oblíquo ao SN que rege, sendo também o regente atribuidor de caso mais próximo do sujeito do infinitivo.

Com o intuito de discutir melhor essa questão, são dados outros dois exemplos, com o verbo *dar* que requer argumento benefactivo, que aparece seguido de apenas uma seqüência *para+SN*, seguida, por sua vez, de infinitivo, conforme exposto em (3). O objetivo,

neste caso, é decidir se a seqüência *para+SN*, nesta sentença, é um SP benefactivo ou a seqüência *para+sujeito do infinitivo*.

(3) Não dá mais pra mim jogar.

Se optar por SP benefactivo, a estrutura (4a) será representativa de tal escolha; mas se escolher a seqüência *para+sujeito do infinitivo*, então (4b) a representará:

- (4) a. Não dá mais pra mim [e jogar]
 b. Não dá mais e [pra [mim jogar]]

Para (4a), Botelho Pereira & Roncarati (1993, p.28) dão a seguinte explicação: “a categoria vazia seria pro se for infinitivo flexionado ou PRO se for infinitivo impessoal. A interpretação da categoria vazia é contudo problemática. Não pode ser por controle do dativo, visto que ali o pronome dentro do SP não c-comanda a categoria vazia. Além disto, o SP benefactivo não pode estar não-adjacente à oração infinitiva, como numa construção de topicalização envolvendo controle”. A estrutura em (4b), por sua vez, não oferece problemas, pois ali o benefactivo aparece sem expressão lexical e é acompanhado de oração infinitiva introduzida por *para*. Finalmente, as autoras concluem que o *para* pode ter dois usos nesses contextos sintáticos, sendo preposição ou complementizador, conforme as ilustrações abaixo:

- (5) a. Não dá mais e [PP pra [CP [+AGR] [IP eu [+AGR] jogar]]]
 b. Não dá mais e [CP pra [IP mim [-AGR] jogar]]

Assim, as autoras concluem que as gramáticas dos falantes brasileiros estariam reanalisando a preposição *para* como complementizador, em alguns contextos sintáticos, e esta reanálise só estaria ocorrendo com *para*, fato que comprovaria sua hipótese.

4.6 Uma Abordagem Sincrônica Para a Redução no Uso do Infinitivo Pessoal - Gorski (2000)

Gorski (2000) aborda a variação no emprego do infinitivo pessoal no PB, particularmente na fala de informantes de Florianópolis, tendo como perspectiva teórica a Teoria da Variação. Com esse intuito, a autora selecionou 24 informantes estratificados por sexo, idade e escolaridade. Quanto às variáveis lingüísticas, foram observadas as seguintes: estatuto sintático da oração infinitiva, (não) correferência, (in)determinação do sujeito, pessoa e forma do sujeito. Cabe ressaltar ainda que a autora classifica, como infinitivo pessoal, o infinitivo que possui sujeito exposto e/ou flexão número-pessoal.

Apesar de ter controlado variáveis sociais e lingüísticas, Gorski (2000) discute, nesse trabalho, apenas os resultados das variáveis lingüísticas.

Ao observar a (não) correferência entre o sujeito do infinitivo e o sujeito do verbo da matriz, a autora acreditava que seria um fator relevante a influenciar o aparecimento do infinitivo pessoal, devido a diversos fatores, como: a hipótese sobre a (des)continuidade do tópico frasal (quando há continuidade do tópico referencial, apaga-se a marca do referente; porém, quando não há tal continuidade, o referente é marcado formalmente); a normatização gramatical (o infinitivo só pode apresentar sujeito próprio quando este é diferente do sujeito da oração principal); hipótese da regularização do infinitivo (baixa ocorrência de sujeito exposto, sendo o aparecimento deste condicionado pela não-correferência). A autora constatou que o infinitivo está se constituindo um inibidor da presença de sujeito, pois apenas 29% das construções apresentaram sujeito preenchido, o sujeito exposto não referencial apresentou 0,83 de peso relativo e o sujeito exposto correferencial, por sua vez, exibiu 0,19. Tais dados possibilitariam confirmar a hipótese sobre a (des)continuidade do tópico frasal, pois, conforme o percentual citado, a correferência mostrou-se inibidora da expressão do sujeito do infinitivo, enquanto, em construções não referenciais, houve inclinação para o preenchimento do sujeito. Porém, Gorski (2000) considera esse resultado um indício de que está ocorrendo uma regularização do infinitivo como impessoal, pois foram encontrados muitos casos de infinitivos que seriam favorecedores de preenchimento de sujeito, por estarem em contextos de não-correferência, mas que não

apresentaram sujeito preenchido (construções infinitivas não correferenciais: 46% com sujeito não expresso; 54% com sujeito expresso).

Quanto à pessoa e forma do sujeito, estas não se mostraram relevantes para o preenchimento ou não do sujeito. A distribuição das formas encontradas está exposta, por ordem de frequência, no quadro 2:

<i>Forma:</i>	SN (P3)	>	a gente	>	ele	>	eu	>	mim	>	eles	>	SN (P6)	>	tu, nós, se	>	você	>	ti
%	24		19		17		8		7		5,5		4,5		12 (4 cada)		2,5		0,5

Quadro 2 – Pessoa e forma do sujeito do infinitivo

No que se refere à (in)determinação semântica do sujeito, esta foi considerada relevante na expressão ou não do sujeito do infinitivo. Constatou-se que o sujeito semanticamente indeterminado influencia o não preenchimento de sujeito (0,33 de peso relativo), enquanto o sujeito determinado possibilita o seu preenchimento (0,66 de peso relativo). Como sujeitos indeterminados, foram classificados alguns sintagmas nominais (*o pessoal, o cara, a pessoa, todo mundo*), pronomes indefinidos (*nada, ninguém, todos, alguém*) e os pronomes *a gente, tu* e *você*, quando empregados semanticamente indeterminados. Gorski (2000, p.105) ainda levanta a seguinte hipótese: “o não preenchimento de sujeitos identificáveis no discurso, a par de colocar em realce a situação codificada pelo verbo, pode ser uma estratégia discursiva de atribuir ao sujeito uma certa indeterminação”; como exemplifica a sentença “Ela ficou internada e foi necessário *tomar* sangue”, citada por Gorski (2000, p.105).

O estatuto sintático da oração infinitiva, por sua vez, foi observado com o intuito de verificar quais os contextos favorecedores e inibidores do preenchimento do sujeito. A hipótese era a de que as construções com verbos causativos e as subordinadas substantivas apresentariam maior quantidade de expressão do sujeito, pois estas possuem normalmente a não-correferência, e aquelas por apresentarem verbos semanticamente manipulativos. As orações adverbiais, por outro lado, não apresentariam muito sujeito expresso devido à correferência normalmente presente nessas construções. Tais hipóteses foram confirmadas pelos resultados da pesquisa que mostraram os seguintes contextos favorecedores do preenchimento do sujeito: as construções com verbos causativos e perceptivos, que foram amalgamadas com as orações

subjetivas, apresentaram 0,86 de peso relativo; as orações subordinadas substantivas objetivas (in)diretas com 0,63 de peso relativo. Quanto aos contextos desfavoráveis ao preenchimento, há as orações adverbiais, que foram amalgamadas com as completivas nominais, apresentando 0,40 de peso relativo. A autora ainda destaca as seguintes construções que apresentaram “um comportamento mais neutro” quanto à influência no preenchimento do sujeito: as orações predicativas (peso relativo: 0,55) e as construções do tipo *dar para –infinitivo* (peso relativo: 0,49). A partir desse resultado, Gorski (2000) pôde confirmar que realmente os verbos perceptivos e causativos influenciam o preenchimento do sujeito do infinitivo, com exceção do verbo *mandar* que, de acordo com a autora, mostrava-se com características de auxiliar do infinitivo nos dados analisados, conforme exemplifica (1):

(1) Ele *mandou fazer* um painelão de arroz.

Quanto ao estatuto sintático, ainda são feitas algumas observações referentes às orações substantivas que apresentam um comportamento diferente conforme o seu tipo. As substantivas completivas de verbos causativos e sensitivos favorecem o sujeito exposto, pois são construções nas quais o agente do verbo principal “manipula” o sujeito do infinitivo (cf. (2)). As substantivas subjetivas, por sua vez, também favorecem o preenchimento de sujeito, por serem orações que apresentam uma situação descrita, tendo, na oração principal, a opinião avaliativa sobre o conteúdo da oração subjetiva (cf. (3)). Quanto às substantivas predicativas, estas funcionam como atributo do sujeito da oração matriz, restringindo a referência (cf. (4)). As completivas nominais, por sua vez, possuem grande vinculação sintático-semântica entre o complemento e o nome que o seleciona, restringindo, dessa forma, a intercalação de um sujeito exposto (cf. (5)). As adverbiais também dificultam a ocorrência do sujeito do infinitivo por apresentarem correferência (cf.(6)). Assim, observa-se que a configuração semântica dessas orações também exerce influência na expressão do sujeito do infinitivo.

(2) Ele comprou dois cachos de bananas e *fez ela comer* todinha.

(3) Ele disse que era bom *nós levar* ela pro hospital.

(4) O dever da gente é o ano todo, toda Sexta-feira *não comer*.

(5) Quando começa a tomar um refrigerante, dá vontade *de fumar*.

(6) Ele está aguardando o próximo vestibular *pra ver* se passa.

Finalmente, a autora conclui que os falantes de Florianópolis utilizam pouco o infinitivo pessoal, tendo em vista que os dados mostraram que o infinitivo foi flexionado em apenas 8% dos casos que poderiam apresentar flexão e, além disso, o sujeito foi preenchido em apenas 29% das ocorrências, não se registrando preenchimento de sujeito em 46% dos casos de não-correferência (fator que seria um favorecedor do preenchimento). Gorski (2000) conclui, portanto, que esse resultado está indicando uma regularização do infinitivo como forma impessoal.

4.7 Considerações Finais

A partir da exposição desses trabalhos, notamos que o infinitivo pessoal é um assunto bastante discutido em diferentes áreas de pesquisa, proporcionando muitos resultados interessantes.

Raposo (1987) analisa a distribuição e as propriedades dos complementos sentenciais com infinitivo pessoal do PE. O autor afirma que a maioria dessas construções pode ser explicada pelo fato de que AGR, em seu nó INFL, deve ser marcador de caso nominativo ao sujeito lexical do infinitivo. Ele ainda ressalta a hipótese de que as línguas com infinitivo flexionado são línguas de sujeito nulo.

Martins (no prelo), por sua vez, também aborda o PE, porém, focaliza os aspectos diacrônicos no uso do infinitivo flexionado. Seu estudo indicou haver uma mudança na seleção feita por verbos ECM, que, no português antigo, não selecionavam infinitivo flexionado como complemento, mas que passaram a selecioná-lo no português moderno. Segundo a autora, essa diferença pode ser explicada pela reanálise feita, pela qual as orações independentes com infinitivo flexionado foram interpretadas como orações encaixadas a verbos ECM elípticos.

Há ainda o estudo comparativo de Luz (1998), que focalizou o PB e o PE, demonstrando que as propriedades do infinitivo flexionado comportam-se modo diferente em

cada língua. Segundo a análise desenvolvida, todas as construções de infinitivo flexionado do PB são CPs plenos, e neste contexto Agr define as propriedades de licenciamento de sujeito.

Na área da aquisição da linguagem, temos a pesquisa de Schaff (2001), que estudou a aquisição da flexão do infinitivo em crianças de Florianópolis e Porto Alegre, observando a relação entre a idade da criança e o surgimento das flexões de pessoa e número [+AGR]. Segundo o autor, o infinitivo flexionado é incorporado à gramática da criança durante a mesma época em que ela adquire a categoria funcional IP [+AGR] referente aos verbos finitos de orações subordinadas.

Botelho Pereira & Roncarati (1993) também abordaram o PB, mas com o intuito de analisar as propriedades sintáticas e semânticas que permitem o uso do sujeito nominativo ou oblíquo em construções infinitivas com *para* na fala padrão e não-padrão do Rio de Janeiro. De acordo com as autoras, o uso do caso oblíquo como sujeito de infinitivo seria um exemplo de Marcação Excepcional de Caso, devido à reanálise de *para* como complementizador, estando tal reanálise mais avançada na fala não-padrão carioca. Esse tópico é relevante para os estudos sobre o infinitivo pessoal regido de preposição, pois traz uma discussão relevante sobre o assunto.

Finalmente, há o estudo de Gorski (2000) que, ao realizar uma pesquisa sincrônica sobre o infinitivo pessoal, constatou que o seu uso vem se reduzindo entre os falantes do PB. A autora ainda levanta a hipótese de que o infinitivo estaria caminhando para a regularização no uso da forma impessoal do infinitivo no PB contemporâneo.

Ao finalizarmos este capítulo, ressaltamos que, apesar de haver estudos diacrônicos sobre o infinitivo pessoal no PE, não conhecemos, até o momento, tal iniciativa em relação ao PB. Portanto, intentamos, com o presente trabalho, contribuir com as investigações históricas sobre o PB. No próximo capítulo, iniciamos a apresentação de nossa pesquisa.

CAPÍTULO 4

5 METODOLOGIA

Nossa pesquisa foi iniciada com o intuito de examinar sistematicamente um fenômeno lingüístico observado no cotidiano dos falantes e já constatado em estudos sincrônicos: a redução no uso do infinitivo pessoal no PB contemporâneo (cf. Gorski, 2000), principalmente no que se refere ao infinitivo flexionado no PB coloquial (cf. Pires, 2001). A partir dessa constatação, consideramos que seria interessante observar esse tópico gramatical por meio de uma abordagem diacrônica para que pudéssemos compreender a mudança nesse aspecto. Além disso, ao abordarmos dados diacrônicos, podemos determinar os contextos lingüísticos favoráveis e desfavoráveis ao aparecimento do infinitivo com marcas pessoais (presença de sujeito preenchido e/ou presença da flexão) no decorrer dos séculos XIX e XX, período abordado em nossa pesquisa. Assim, também poderemos relacionar essa mudança a outras ocorridas no PB.

Tendo em vista esses objetivos, foi iniciada a constituição do *corpus* a partir de cartas de leitores dos séculos citados. Num segundo momento, foi feita a codificação dos dados para serem rodados pelo programa estatístico Varbrul e, finalmente, foram realizadas a descrição e a análise dos resultados. Os procedimentos utilizados em cada etapa são descritos a seguir.

5.1 Constituição do *Corpus*

O *corpus* é formado a partir de cartas de leitores coletadas de jornais brasileiros dos séculos XIX e XX, referentes aos estados do Paraná e de São Paulo.

As cartas do século XIX foram disponibilizadas pelo projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB). Entre os objetivos do projeto PHPB, estão os seguintes: coletar e organizar *corpora* com variados tipos de textos manuscritos e impressos referentes ao PB; realizar estudos sobre a história social e a mudança lingüística no PB. Portanto, conforme ressalta Mattos e Silva (2002, p.18), tal projeto é interdisciplinar, pois

(...) engloba estudos propriamente lingüísticos, com interpretações que não priorizam uma teoria única e seu conseqüente método; engloba o trabalho filológico, propriamente dito, ou seja, e edição de textos para uso em análise lingüística e, por fim, deverá interrelacionar fatos sócio-históricos da história brasileira, como embasamento essencial para a reconstrução da sócio-história lingüística do português brasileiro, na sua formação nesses passados quinhentos anos.

Portanto, consideramos relevante utilizar, em nosso trabalho, as cartas de leitores coletadas pelo projeto PHPB, visto que este, na seleção e organização do *corpus*, segue critérios que intentam contribuir com as pesquisas diacrônicas sobre o PB.

As cartas do século XX, por sua vez, foram coletadas de jornais do Paraná e de São Paulo, disponíveis no Centro de Documentação, Pesquisa e História (CDPH), localizado na Universidade Estadual de Londrina. Para este século, também utilizamos as cartas de leitores dos jornais *Folha de Londrina* e *Folha de São Paulo*, disponíveis na internet.

Foi escolhido esse tipo de texto por ele não ser necessariamente muito formal, visto que, nesses dois séculos, diferentes pessoas escreviam ao jornal para fazer comentários sobre diversos assuntos, refletindo, assim, a língua da sua época. Sabemos que um *corpus* formado por material de língua escrita não pode ser considerado como representante fiel da língua falada, pois há diferenças entre a fala e a escrita, como também pode haver um maior “policiamento lingüístico” na escrita. No entanto, ao realizarmos um estudo diacrônico, abordando séculos mais recuados, deparamo-nos com esse problema, pois não há registros de fala dessas épocas, sendo necessária a utilização de textos escritos. (cf. discussão apresentada na seção 1.5). Portanto, nossa pesquisa buscou contornar esse obstáculo ao selecionar as cartas de leitores. Além disso, tais cartas mostraram-se significativas para a pesquisa, pois possibilitaram a identificação de mudanças referentes ao infinitivo pessoal.

A partir dessas cartas, foram coletadas 2.200 orações que apresentavam ocorrências do infinitivo pessoal e impessoal, sendo divididas da seguinte maneira: 550 orações da primeira metade do século XIX; 550 referentes à segunda metade do século XIX; 550 orações para a primeira metade do século XX; 550 orações da segunda metade do século XX. Depois de coletadas, as orações foram codificadas, tendo em vista as variáveis independentes, para que

pudessem ser processadas pelo programa Varbrul, conforme apresentaremos nas próximas seções.

5.2 Apresentação da Pesquisa

Neste trabalho, apresentamos inicialmente a distribuição dos dados, referentes ao infinitivo em suas formas pessoal e impessoal, com cada grupo de fatores. Num segundo momento, há a distribuição e a análise da variação entre o infinitivo apenas flexionado e o infinitivo com sujeito preenchido a partir dos mesmos grupos utilizados na distribuição geral, observando ainda outros aspectos que não haviam sido vistos na distribuição total dos dados. Tais grupos são citados a seguir.

5.2.1 Estabelecimento das Variáveis

5.2.1.1 Variável Dependente

Inicialmente, os dados foram divididos de duas formas: o infinitivo pessoal (com o sujeito preenchido ou com a desinência número-pessoal) e o infinitivo impessoal (sem marcas pessoais realizadas foneticamente). No entanto, focalizamos o infinitivo pessoal com o intuito de observar a variação entre o infinitivo apenas flexionado e o infinitivo com sujeito preenchido (este pode ou não apresentar a flexão se o sujeito estiver no plural). Portanto, essas duas formas de infinitivo pessoal constituem a variável dependente.

Nosso objetivo, ao focalizar essa variação no uso do infinitivo pessoal, é confirmar ou refutar a hipótese de que a pessoalidade do infinitivo, no PB contemporâneo, tem ocorrido principalmente por meio da presença do sujeito. A ocorrência do infinitivo apenas com a desinência número-pessoal, por sua vez, teria diminuído atualmente. Tais hipóteses estão

fundamentadas em pesquisas atuais que abordam a perda da concordância verbal em algumas variedades da língua portuguesa e a tendência ao preenchimento do sujeito no PB (cf. Berlinck, 1989; Duarte, 1996; entre outros).

Assim, tencionamos observar se houve mudanças no modo como as marcas pessoais do infinitivo se apresentam no século XIX e no século XX.

5.2.1.2 Variáveis Independentes.

Após o estabelecimento das variáveis dependentes, foram formuladas hipóteses sobre os contextos lingüísticos que estariam influenciando a variável dependente na ocorrência de uma ou de outra variante. Com o objetivo de confirmar ou refutar tais hipóteses, realizamos a análise, observando as seguintes variáveis:

- a) tipo de completiva infinitiva.

Para essa variável independente foram selecionados os fatores a seguir:

- completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz o complemento de um verbo.

Ex.: A tarefa consiste *em determinar* a derivada das três funções. (Duarte, 2003, p.622)

- completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz o complemento de um nome.

Ex.: Elas têm medo *de perder* o avião. (Duarte, 2003, p.623)

- completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz o complemento de um adjetivo.

Ex.: Os alunos estão *receosos* de *terem* uma má classificação no exame.
(Duarte, 2003, p.625)

- completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz um adjunto oracional.

Ex.: Eu entrei em casa *sem* os meninos *verem*. (Raposo, 1987, p.88)

- completiva infinitiva na função de argumento interno de um verbo volitivo ou outro verbo de controle de sujeito.

Ex.: Os teus primos *querem passar* férias conosco? (Duarte, 2003, p.625)

- completiva infinitiva na função de argumento interno de um verbo factivo avaliativo, declarativo ou epistêmico.

Ex.: O júri *criticou* os candidatos não *terem* referido a sua participação em projectos de investigação. / O júri *anunciou* não *preencherem* três candidatos as condições legalmente fixadas /O João *pensa devermos* nós dar-lhe a notícia em primeira mão. (Duarte, 2003, p. 627)

- completiva infinitiva seleccionada por um auxiliar modal.

Ex.: Os alunos *devem entregar* os trabalhos amanhã (Duarte, 2003, p.646)

- completiva infinitiva na função de argumento externo de um copulativo ou de outro verbo.

Ex.: Os miúdos *terem* chegado cedo a casa surpreendeu-nos. (Duarte, 2003, p.624)

- completiva infinitiva na função de predicativo do sujeito.

Ex.: A aposta foi *nadarem* até a outra margem do rio.

Ao abordar esse grupo de fatores, buscamos abarcar todas as ocorrências de completivas infinitivas para que assim fosse possível examinar acuradamente os tipos de completivas que favorecem ou desfavorecem o uso do infinitivo pessoal, especificamente cada variante pela qual ele se apresenta.

Acreditávamos que os contextos favoráveis ao infinitivo pessoal seriam aqueles nos quais o infinitivo servia como complemento de verbos causativos, sensitivos, factivos avaliativos, declarativos ou epistêmicos, visto que, nesses casos, o sujeito do verbo da matriz pode apresentar-se diferente do sujeito da completiva infinitiva, favorecendo, assim, a presença do sujeito expresso do infinitivo e/ou a flexão. Além disso, intentávamos observar se haveria diferenças diacrônicas no modo como cada variante do infinitivo pessoal ocorria em cada período de tempo, exercendo diferentes funções gramaticais especificadas em cada fator desse grupo.

b) Referência do sujeito do infinitivo

Os seguintes fatores foram escolhidos para compor essa variável independente:

- infinitivo, cujo sujeito é correferencial ao sujeito da oração matriz.

Ex.: Hoje *eu* me arrependo de não *ter eu ido* contar para ele. (Gorski, 2000, p.106)

- infinitivo, cujo sujeito não é correferencial ao sujeito da oração matriz.

Ex.: *O governo* admite *eles venderem* os imóveis à pessoa. (Gorski, 2000, p.98)

- infinitivo que já exerce a função de sujeito do verbo principal ou que complementa algum elemento que exerce tal função. O sujeito do infinitivo, preenchido ou nulo, possui referência determinada nesse caso.

Ex.: Hoje é mais difícil *uma mãe permitir* que um filho fume. (Gorski, 2000, p.102)

- referência arbitrária do sujeito do infinitivo.

Ex.: *Punir* as pessoas na frente dos outros é feio. (Gorski, 2000, p.104)

Por meio desse grupo, buscamos confirmar a hipótese de que a não-correferência entre o sujeito da matriz e o sujeito do infinitivo seria um fator favorável ao uso do infinitivo pessoal, visto que haveria descontinuidade do tópico referencial (cf. Gorski, 2000). Por outro lado, há o intuito de observar se ocorrem casos atuais de infinitivo, que não apresentam marcas pessoais realizadas foneticamente, mesmo estando em contextos de não-correferência. Esse resultado poderia reforçar a hipótese sobre a redução do uso do infinitivo pessoal no PB contemporâneo. Além disso, focalizaremos as variantes apresentadas pelo infinitivo pessoal em função desse grupo, com o intuito de detectar diferenças nesse aspecto.

c) distância da completiva infinitiva em relação ao elemento que ela complementa.

Nesse grupo, foram selecionados dois fatores:

- completiva infinitiva contígua ao elemento que ela complementa.

Ex.: Não há jeito de *fazer Sarney parar* de querer tirar proveito pessoal da eleição.

- completiva infinitiva distanciada do elemento que ela complementa.

Ex.: Ficam *convidados* todos os contribuintes devedores de impostos municipais *a efetuarem* os respectivos pagamentos.

Observando as prescrições da gramática normativa, notamos que esta justifica o uso do infinitivo pessoal, em contextos nos quais só seria usada a forma impessoal, se aquele estivesse distante do item que o seleciona como complemento, como, por exemplo, em construções com auxiliar modal e infinitivo pessoal. Portanto, intentamos observar se, na distribuição total dos dados, esse grupo de fatores será relevante como também para a variação nas formas pessoais do infinitivo.

- d) posição da completiva infinitiva em relação ao verbo da matriz.

Foram selecionados os fatores a seguir:

- completiva infinitiva antes do verbo da matriz.

Ex.: *Além de termos* que pagar mensalmente o plano de saúde, somos compelidos a pagar honorários médicos por fora.

- completiva infinitiva após o verbo da matriz.

Ex.: É muito triste saber que a vida dessas pessoas depende de outras vidas *para amenizar* sua situação.

Com esse grupo, tencionávamos observar se a seguinte prescrição da gramática normativa poderia refletir, de certa forma, o uso real dos falantes no que se refere ao infinitivo pessoal: as orações infinitivas, antepostas à matriz, podem influenciar o aparecimento do infinitivo pessoal.

e) número infinitivo

Há dois fatores que formam esse grupo:

- forma singular do infinitivo.

Ex.: Existe também o fato de hoje em dia não se poder sair às ruas da cidade.

- forma plural do infinitivo.

Ex.: Para a minha pessoa sobraram algumas insinuações que provei *serem* mendazes.

Esse grupo não foi observado na distribuição total dos dados, visto que ele aborda apenas os casos de infinitivo pessoal. Ao escolhermos essa variável, queríamos examinar, por meio do cruzamento com o grupo *pessoa e número do sujeito do infinitivo*, se haveria ocorrências de infinitivos sem flexão, mas que apresentavam sujeito expresso no plural. Dessa forma, tais casos poderiam reforçar a hipótese sobre a redução no uso do infinitivo flexionado.

Finalmente, há uma outra variável independente que foi observada, sendo considerada extralingüística:

f) Período de tempo

Foram selecionados quatro fatores para esse grupo:

- 1ª metade do século XIX (1800 a 1850)
- 2ª metade do século XIX (1851 a 1900)
- 1ª metade do século XX (1901 a 1950)
- 2ª metade do século XX (1951 a 2000)

Por meio dessa variável, buscamos examinar os contextos favoráveis e desfavoráveis ao infinitivo pessoal, em cada período de tempo, e ainda salientar a mudança da língua nesse aspecto, comparando o uso lingüístico de cada época.

Além de utilizarmos as variáveis independentes citadas anteriormente, também examinamos, à parte, algumas características do infinitivo com sujeito preenchido, como as seguintes: pessoa e número do sujeito, tipo de sujeito e posição do sujeito.

Finalmente, após a seleção da variável dependente e das variáveis independentes, foi feita a codificação dos dados para que estes pudessem ser rodados pelo programa Varbrul, instrumento relevante aos estudos lingüísticos que utilizam, além da análise qualitativa, a quantitativa. Na próxima seção, discutiremos um pouco mais sobre esse programa estatístico.

5.3 Varbrul: um Relevante Instrumento de Análise Lingüística Quantitativa.

Os programas do pacote computacional Varbrul proporcionam aplicações estatísticas aos dados lingüísticos coletados pelos pesquisadores, fornecendo informações referentes à influência que cada fator está exercendo na realização da variável dependente.

No entanto, para podermos realizar a análise com o Varbrul, é necessário utilizar alguns procedimentos anteriormente. Inicialmente, precisamos definir a variável dependente e as variáveis independentes, ligadas à variação lingüística que está sendo estudada. Num segundo momento, os dados são coletados e codificados de modo a poderem ser rodados pelo Varbrul. Na codificação, cada fator recebe um símbolo que pode ser qualquer um dos caracteres presentes no teclado do computador, com exceção da “/” (barra inclinada), “.” (ponto final) e “(” (parêntese de abrir), pois estes possuem significados especiais para o programa. Assim, cada ocorrência das variantes receberá uma codificação que abordará fatores apresentados em todos os grupos que representam as variáveis independentes. A codificação a seguir exemplifica esse procedimento:

(p5Nuo4 - “Infelizmente, nesse período em que aqui estamos (5 anos), vimos *esse respeito e confiança se acabarem.*”

p = infinitivo com marca pessoal expressa

5 = completiva infinitiva na função de argumento interno de um verbo sensitivo

N = infinitivo com sujeito não-correferencial ao sujeito da oração matriz

u = completiva infinitiva contígua ao elemento que ela complementa

o = completiva infinitiva após o verbo ao qual está ligada

4 = 2ª metade do século XX

Após a codificação das ocorrências, os dados estão prontos para serem rodados. Primeiramente, o Varbrul proporciona informações para uma análise unidimensional, ou seja, ele apresenta o número de ocorrências e o percentual de cada variante em relação a cada fator especificado nas variáveis independentes. Num segundo momento, são dadas informações para uma análise multidimensional, ou seja, são processados os pesos relativos de cada fator em relação à variável dependente. Dessa forma, possibilita-se a observação dos fatores que favorecem a variante em estudo, no nosso caso, o infinitivo pessoal.

De acordo com Brescancini (2002), na análise multidimensional, o programa realiza muitos níveis de análises como o *step up* e do *step down*. Com o *step up*, os diversos níveis de análise abordam desde a comparação entre o *input* e cada variável independente, até comparações sucessivas entre os diferentes grupos de fatores, proporcionando o peso relativo de cada fator e o(s) grupo(s) mais significativo(s) no que se refere à ocorrência da variável dependente. O *step down*, por sua vez, ocorre de forma similar ao *step up*, no entanto, diferencia-se deste por apresentar o(s) grupo(s) menos significativo(s) para a variável. Em nossa pesquisa, foram utilizadas a análise unidimensional e a multidimensional.

Finalmente, por meio do aplicativo *cross tabulation*, o grupo período de tempo foi cruzado com cada grupo de fatores com o intuito de observar como cada variável independente influenciava na ocorrência do infinitivo pessoal no decorrer do tempo.

Após termos os resultados numéricos, proporcionados pelo Varbrul, iniciamos a análise, pois o programa Varbrul apenas fornece informações estatísticas sobre os dados, mas a análise linguística cabe a nós, pesquisadores.

5.4 Considerações Finais

Neste capítulo, fornecemos informações metodológicas que constituem o alicerce de nossa pesquisa. Relatamos e justificamos a escolha do *corpus*; expusemos a variável dependente, as independentes e as hipóteses que sustentaram as escolhas dessas variáveis. Finalmente, tratamos do Varbrul, programa estatístico relevante aos estudos lingüísticos que, como o nosso, abordam a diacronia da língua.

CAPÍTULO 5

6 O INFINITIVO PESSOAL: uma análise diacrônica

Neste capítulo, discutiremos os dados referentes ao uso do infinitivo pessoal no PB, observando os contextos lingüísticos envolvidos em seu uso bem como as mudanças referentes a esse tópico gramatical.

Primeiramente, mostraremos a distribuição do infinitivo pessoal e impessoal no *corpus*. Num segundo momento, focalizaremos a forma pessoal, abordando a variação entre o infinitivo com sujeito preenchido e o infinitivo apenas flexionado. Finalmente, relacionaremos nossos resultados a outras mudanças lingüísticas verificadas por pesquisas que abordam o PB. A seguir passamos à distribuição dos dados.

6.1 A Distribuição dos Dados no *corpus*: o infinitivo pessoal e o impessoal

O objetivo desta seção é expor a distribuição dos dados referentes ao infinitivo com marcas pessoais expressas e o infinitivo sem tais marcas, conhecidos respectivamente como pessoal e impessoal. Apesar das controvérsias que envolvem essas terminologias (cf. a discussão na seção 2.1.), assumimos, em nosso estudo, o termo *infinitivo pessoal* para nos referirmos ao infinitivo que apresenta sujeito e/ou desinência número-pessoal, ambos realizados foneticamente. O termo *infinitivo impessoal*, por sua vez, não se refere necessariamente ao infinitivo que não possui sujeito definido; em nosso trabalho, ele é utilizado como indicador de um infinitivo sem marcas pessoais expressas foneticamente. Após esses comentários, podemos iniciar a exposição da frequência das formas pessoais e impessoais do infinitivo no *corpus* de cada período dos séculos XIX e XX, conforme a tabela 1 apresenta.

Tabela 1 – Frequência dos infinitivos pessoal e impessoal nos séculos XIX e XX.

Variável dependente	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência
Pessoal	74/485	15%	82/447	18%	78/429	18%	40/477	8%
Impessoal	411/485	85%	365/447	82%	351/429	82%	437/477	92%

Inicialmente, selecionamos 2200 ocorrências que continham o infinitivo, sendo 550 ocorrências para cada período de tempo abordado. Porém, desse total, excluimos 362 ocorrências de infinitivo em locução verbal por apresentar apenas casos de infinitivo impessoal. Portanto, para cada período, foram utilizadas 485, 447, 429 e 477 ocorrências, respectivamente.

A partir da tabela 1, notamos a frequência de cada forma no *corpus*: nos dados dos três primeiros períodos, há um percentual próximo no que se refere às ocorrências do infinitivo pessoal em cada época (15%, 18%, 18%, respectivamente), ocorrendo o mesmo com a forma impessoal (85%, 82%, 82%, respectivamente). Na segunda metade do século XX, por outro lado, diminui o percentual de infinitivo pessoal nos dados desse período (8%), aumentando, por sua vez, o impessoal (92%).

Na próxima seção, é apresentada a distribuição dos dados de acordo com o grupo e o período abordado.

6.1.1 A Distribuição dos Dados Totais de acordo com os Grupos de Fatores

A distribuição das ocorrências de infinitivo pessoal e impessoal, no decorrer dos séculos XIX e XX, será exposta, tendo em vista os seguintes grupos: 1- tipo de completiva infinitiva; 2- referência do sujeito do infinitivo; 3- distância da completiva infinitiva em relação

ao elemento que ela complementa; 4- posição da completiva infinitiva em relação ao verbo da matriz; 5- período de tempo. A seguir apresentamos o primeiro grupo.

6.1.1.1 Tipo de Completiva Infinitiva

A tabela 2 apresenta quais os tipos de completivas infinitivas apareceram no *corpus* com a forma pessoal e com a forma impessoal em cada período dos séculos XIX e XX.

Tabela 2 – Frequência da completiva infinitiva pessoal em função do elemento que a seleciona no decorrer dos séculos XIX e XX.

Variável	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%
Selecionada por um verbo e regida de preposição	1/19	5%	1/18	6%	10/27	37%	1/35	3%
Selecionada por um nome e regida de preposição	15/64	23%	14/71	20%	20/76	26%	18/64	28%
Selecionada por um adjetivo e regida de preposição	1/14	7%	2/23	9%	2/21	10%	0/20	0%
Adjunto oracional introduzida por preposição	29/117	25%	36/122	30%	20/89	22%	9/110	8%

Verbo causativo ou sensitivo (infinitivo como argumento interno)	14/37	38%	20/39	51%	7/20	35%	6/8	75%
Verbo volitivo ou outro verbo de controle de sujeito (infinitivo como argumento interno)	0/57	0%	0/31	0%	0/48	0%	1/50	2%
Verbo factivo avaliativo, declarativo ou epistêmico (infinitivo como argumento interno)	5/17	29%	3/25	12%	6/35	17%	14/22	64%
Auxiliar modal	1/116	1%	1/89	1%	3/76	4%	0/90	0%
Copulativo ou outro verbo (infinitivo como argumento externo)	5/25	20%	5/27	19%	9/26	35%	1/70	1%
Copulativo (infinitivo como predicativo do sujeito)	3/19	16%	0/2	0%	1/11	9%	0/8	0%
TOTAL	74/485	15%	82/447	18%	78/429	18%	40/477	8%

Primeiramente, cabe ressaltar o modo como todas as tabelas apresentadas nesta seção estão organizadas. No item *número de dados/total*, o *número de dados* refere-se ao número de ocorrências apenas da forma pessoal com determinado fator e em um dado período. No item

total, é apresentada a quantidade total de ocorrências do infinitivo, em sua forma pessoal e impessoal, com determinado fator abordado e em determinado período do século. Por exemplo, na tabela 2, o fator *preposição ligada a um verbo* apresenta, na primeira metade do século XIX, 1/19 de número de dados/total, ou seja, há um caso de infinitivo pessoal com esse fator e 18 ocorrências são do infinitivo impessoal, totalizando 19 ocorrências desse fator nesse período. O percentual 5%, por sua vez, remete à frequência do infinitivo pessoal com esse fator e nesse período.

Antes de discutirmos a tabela 2, exemplificaremos os fatores desse grupo com os dados do *corpus*, conforme apresentamos a seguir:

(1) completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz o complemento de um verbo:

“Sim, deshumana parca, regozija-te de tua obra; pois que assim *determinou* o Ente Supremo, *de teres* poder sobre os fracos mortaes, que nada são perante ti” (segunda metade do século XIX).

(2) completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz o complemento de um nome:

“Ninguém poderá roubar o digno e honrado cidadão, que a empreendeu, a glória não só do que fez, mas também de ter mostrado *a possibilidade de se conseguirem mais sólidos resultados*” (primeira metade do século XIX)

(3) completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz o complemento de um adjetivo:

“Tendo encontrado nas terras da minha propriedade alguns cedros derrubados e *promptos para serem conduzidos* para logar ignorado (...) aviso aos infractores que tratarei de fazer punil-os de accordo com as leis”. (primeira metade do século XX)

(4) completiva infinitiva selecionada por preposição que introduz um adjunto oracional:

“Além de ainda *não existir registro oficial do comitê de campanha nem da candidatura*, como determina a legislação eleitoral, Fernando Henrique continua desempenhando integralmente seu mandato de senador” (segunda metade do século XX)

(5) completiva infinitiva na função de argumento interno de um verbo causativo ou sensitivo:

“São artigos como o de Walmor Macarini que ainda *fazem a gente lembrar* de um Natal cheio de luz.” (segunda metade do século XX)

(6) completiva infinitiva na função de argumento interno de um verbo volitivo ou outro verbo de controle de sujeito:

“Ficamos ansiosas *esperando a sexta-feira chegar*.” (segunda metade do século XX)

(7) completiva infinitiva na função de argumento interno de um verbo factivo avaliativo, epistêmico ou declarativo:

“*Declaramos ter-se extraviado a caderneta nº 363*.” (primeira metade do século XX)

(8) completiva infinitiva selecionada por um auxiliar modal:

“(…) á ella é que compete saber se *devem* ou não *serem demittidos* os seus empregados.” (segunda metade do século XIX)

(9) infinitivo na função de verbo principal de uma locução verbal:

“Não *venho fazer* declarações porque não pretendo dar satisfações a quem quer que seja.” (segunda metade do século XIX)

(10) completiva infinitiva na função de argumento externo de um copulativo ou de outro verbo:

“Todos forão tão uniformes nas demonstrações de seus jubilo, e de seus patrióticos sentimentos, que *era* impossível *notar-se* preferência alguma” (primeira metade do século XIX)

(11) completiva infinitiva na função de predicativo do sujeito:

“Mas a herdeira sua mãe, e avó do dicto secretário o Doutor Gabriel, nada achou, e por isso instituiu um processo no Juizo de Paz do Sul, e o resultado *foi jurarem as testemunhas* de modo que todos os indícios recahirão no dicto Doutor.” (primeira metade do século XIX)

Os exemplos dados buscam ilustrar cada fator presente no grupo 1, proporcionando ainda uma pequena amostra do nosso *corpus*.

Passemos à discussão da tabela 2.

O resultado dessa tabela demonstrou que, entre os contextos lingüísticos que apresentaram mais ocorrências de infinitivo com a forma impessoal no *corpus* dos períodos abordados, estão os seguintes: o auxiliar modal com infinitivo; verbo volitivo ou outro verbo de controle de sujeito que selecione o infinitivo como argumento interno; adjetivo que selecione o infinitivo; infinitivo na função de predicativo de sujeito; verbo que selecione o infinitivo introduzido por uma preposição (com exceção da primeira metade do século XX que apresentou 37% de ocorrências).

O infinitivo pessoal, por outro lado, ocorreu com maior percentual nos seguintes contextos: verbo causativo ou sensitivo que selecione o infinitivo como argumento interno; nome que selecione o infinitivo; adjunto oracional formado por preposição e infinitivo

(com exceção da segunda metade do século XX que apresentou 8% de ocorrências); copulativo ou outro verbo que selecione o infinitivo como argumento externo (com exceção da segunda metade do século XX que apresentou 1% de ocorrências).

É interessante observar que o infinitivo pessoal ocorreu com uma quantidade maior, nos quatro períodos, em contextos nos quais o verbo da matriz era causativo ou sensitivo, havendo maior frequência na segunda metade do século XX (75%). Segundo Gorski (2000), o fato de o infinitivo possuir sujeito diferente daquele apresentado por esses verbos pode facilitar o aparecimento de marcas pessoais que indiquem a descontinuidade do tópico referencial. Tal afirmação foi confirmada pelos dados encontrados em nosso *corpus*.

Segundo a pesquisadora Inês Duarte (2003), os verbos volitivos não selecionam no PE completivas infinitivas pessoais. Porém, segundo Luz (1998), o PB já possibilita tais construções pessoais. Nos dados do presente trabalho, essa estrutura ocorreu apenas na segunda metade do século XX. Tal ocorrência está citada no exemplo (6), que repetimos em (12):

(12) “Ficamos ansiosas *esperando a sexta-feira chegar*.” (segunda metade do século XX)

Além dos verbos citados anteriormente, também não esperávamos encontrar o infinitivo flexionado com os auxiliares modais. Entretanto, tais casos apresentaram-se nos três primeiros períodos de tempo abordados, sem nenhuma ocorrência no último período. Dos cinco casos ocorridos, quatro apresentaram uma característica em comum, estavam organizados da seguinte maneira: auxiliar modal + sujeito posposto no plural + infinitivo flexionado, nessa seqüência. Assim, percebemos que os falantes podem ter flexionado o infinitivo, porque o sujeito estava próximo deste. A outra ocorrência não apresenta o sujeito posposto, porém, o infinitivo flexionado não se encontra imediatamente unido ao modal, conforme (16). A seguir estão expostos esses dados encontrados no *corpus*:

(13) “(...) a arrecadação do imposto (...) será de 1º de Janeiro do anno p. vindouro em diante, realizada pelos Collectores Estadoaes, *devendo os mesmos senhores industriaes e commerciantes trazerem* os livros respectivos.” (primeira metade do século XX)

(14)“Avisa-se aos interessados que a 31 do corrente mez, finda o praso para a reforma de patentes de registro, sem multa, *devendo os senhores contribuintes fazerem* os respectivos pagamentos.” (primeira metade do século XX)

(15)“As propostas deverão ser apresentadas em envelopes fechados (...) *devendo serem abertas* e lidas na presença dos interessados.” (primeira metade do século XX)

(16)“(...) á ella é que compete saber se *devem* ou não *serem demittidos* os seus empregados.” (segunda metade do século XIX)

Segundo Gorski (2000), as completivas nominais possuem grande vinculação sintático-semântica entre o complemento e o nome que as seleciona, restringindo, assim, a intercalação de um sujeito expresso. Porém, o nosso *corpus* apresenta diversos casos dessa estrutura com infinitivo pessoal (cf. a tabela 2), sendo este expresso pela flexão e pelo preenchimento do sujeito. No entanto, notamos que 78% dessas construções ocorrem em contexto de não-correferência. Logo, podemos supor que há um maior uso dessa forma devido à descontinuidade do tópico referencial.

Quanto ao fator *infinitivo na função de argumento externo de um copulativo ou de outro verbo*, é interessante observar que houve 148 ocorrências desse fator no *corpus*, sendo 70 ocorrências, quase a metade, da segunda parte do século XX; período que apresenta, por outro lado, a menor frequência de infinitivo pessoal com esse tipo de estrutura (1%). Portanto, notamos que há diminuição no uso do infinitivo pessoal nesse contexto lingüístico, visto que, nessas estruturas, podem ocorrer o preenchimento de sujeito e a flexão, mas, apesar de aparecer a maior quantidade dessa construção na segunda metade do XX, esse período apresenta o menor número de infinitivo pessoal com essas construções. Os outros períodos, por sua vez, possuem os seguintes valores para o número total de ocorrências de infinitivo nessa estrutura e o percentual de infinitivo pessoal com essas construções: 25 ocorrências totais e 20%; 27 ocorrências e 19%; 26 ocorrências e 35%, respectivamente.

A seguir discutiremos o segundo grupo.

6.1.1.2 Referência do Sujeito do Infinitivo

Ao escolhermos tal grupo, a hipótese que tínhamos era a de que a não-correferência entre o sujeito da matriz e o sujeito do infinitivo influenciaria o uso da forma pessoal, visto que haveria descontinuidade do tópico referencial. Além disso, a normatização gramatical também prescreve o uso do infinitivo pessoal quando este possui sujeito diferente daquele apresentado pela matriz. Dessa forma, havia o intuito de verificar se ocorreria caso de infinitivo com sujeito não-correferencial ao sujeito da matriz, mas que, mesmo assim não apresentaria sujeito nem flexão. Portanto, ao abordar a mudança no uso do infinitivo pessoal, pretendia-se observar se houve modificações no modo como tal infinitivo expressa-se no decorrer do tempo, tendo em vista a referência de seu sujeito.

A partir da tabela 3, que expõe as ocorrências totais desse grupo, podemos confirmar nossa hipótese⁵, visto que a maior parte das ocorrências foi realizada em contextos de não-correferência, embora houvesse casos de infinitivos sem marcas pessoais expressas, mesmo estando em tal contexto.

Tabela 3 – Frequência da referência do sujeito do infinitivo pessoal em relação ao sujeito da matriz.

Variável	Nº de ocorrência/total	Frequência
Correferencial	55/1179	5%
Não-correferencial	188/322	58%
Infinitivo na função de sujeito da oração matriz	22/78	28%
Referência arbitrária	9/259	3%
TOTAL	274/1838	15%

⁵ Por meio do Varbrul, foi realizada uma rodada para observar o peso relativo dos grupos abordados com o intuito de verificar quais grupos influenciam o uso do infinitivo pessoal. Nesse aspecto, o grupo *referência do sujeito do infinitivo* foi considerado o mais significativo pelo Varbrul e o fator *não-correferência* desse grupo foi o mais significativo no uso do infinitivo pessoal, apresentando 0,914 de peso relativo. Dessa forma, confirmamos a hipótese de que tal contexto seria favorecedor à forma pessoal do infinitivo.

Os seguintes exemplos do *corpus* ilustram os dados classificados em cada fator desse grupo:

(17)infinitivo com sujeito correferencial ao sujeito da oração matriz:

“Aos referidos commentarios *devemos* o ensejo de *sermos honrados* com uma attenciosa e illustrativa carta” (primeira metade do século XX)

(18)infinitivo com sujeito não-correferencial ao sujeito da oração matriz:

“*Essa liderança vem*, acima de tudo, do fato *desse jornal ter* intellectuais brilhantes como Arnaldo Jabor” (segunda metade do século XX)

(19)infinitivo que exerce a função de sujeito do verbo principal ou que complementa algum elemento que exerce tal função:

“Para termos a correspondência de Curityba em 9 horas, *valeria* a pena o *senhor Director Regional transigir* um pouco.” (primeira metade do século XX)

(20)referência arbitrária do sujeito do infinitivo:

“Não basta *dizer-se* que são falsas estatísticas publicadas.” (segunda metade do século XIX)

A tabela 3 apresentou os percentuais totais, mas a tabela 4 proporciona a distribuição dos dados referentes a esse grupo de fatores em relação ao período em que ocorrem, conforme verificamos a seguir.

Tabela 4 – Frequência do sujeito do infinitivo pessoal (não) correferencial ao sujeito da matriz no decorrer dos séculos XIX e XX.

Variável	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de dados/t otal	%	Nº de dados/t otal	%	Nº de dados/t otal	%	Nº de dados/t otal	%
Correferencial	16/311	5%	23/289	8%	12/276	4%	4/303	1%
Não-correferencial	49/89	55%	52/84	62%	54/82	66%	33/67	49%
Infinitivo na função de suj. da oração matriz	7/23	30%	2/10	20%	11/19	58%	2/26	8%
Referência arbitrária	2/62	3%	5/64	8%	1/52	2%	1/81	1%
TOTAL	74/485	15%	82/447	18%	78/429	18%	40/477	8%

Ao examinarmos a tabela 4, notamos que novamente o fator *não-correferência* apresenta maior percentual de infinitivo pessoal nos dois séculos. O fator *infinitivo na função de sujeito da oração matriz* também possui um percentual maior desse tipo de ocorrências em todos os períodos (30%, 20% e 58%, respectivamente), com exceção da segunda metade do século XX (8%).

Cabe acrescentar que, entre as ocorrências de infinitivo com sujeito não-correferente ao sujeito da matriz, houve o seguinte percentual de infinitivo impessoal nesse contexto, em cada período de tempo: 45%, 38%, 34%, 51%, respectivamente. A partir desse resultado, notamos que há casos de infinitivo sem sujeito preenchido e sem flexão apesar da descontinuidade do tópico referencial, conforme o exemplo (21) demonstra.

(21) “Esta correspondência é registrada *por temer* o desvio.” (Segunda metade do século XX)

Na frase (21), o leitor que escreveu a carta é o sujeito, foneticamente nulo, do infinitivo *temer*. Mesmo não sendo correferente ao sujeito da oração matriz, o falante optou pelo não preenchimento do sujeito do infinitivo.

No entanto, há construções infinitivas presentes nos dados, cujo preenchimento de sujeito não seria possível apesar da não-correferência com o sujeito da matriz. Tais estruturas são conhecidas por construções de controle de objeto que se caracterizam pelo fato de o sujeito do infinitivo, foneticamente nulo, ter sua referência fixada pelo objeto da oração matriz (cf. Duarte, 2003). A frase (22) exemplifica tal construção.

(22) “Finalizando a carta, que tenho a honra de dirigir a Vossa Excelência, eu lhe peço perdão de sua extensão, certificando-lhe que o bom desejo que tenho pela conservação da grande reputação de Vossa Excelência foi que *me* indusio a *dirigir*-lhe estas linhas para que Vossa Excelência (...) não se exponha ao perigo certo e infallível de a perder.” (primeira metade do século XIX)

Em (22), o sujeito do infinitivo *dirigir* possui sua referência fixada pelo objeto da oração matriz: o pronome *me*. Esse é um exemplo de construção de controle de objeto, na qual o falante não realiza foneticamente o sujeito do infinitivo.

O fator *correferência*, por outro lado, mostrou-se com uma frequência pequena nos quatro períodos. O mesmo ocorre com o último fator da tabela (*sujeito com referência arbitrária*). Os dados que foram codificados com esse fator referem-se principalmente àqueles que apresentam o infinitivo e um sujeito representado pelo “se” (indicador de indeterminação do sujeito do infinitivo), conforme exemplificamos em (23). No que se refere às ocorrências de infinitivo impessoal com esse fator, podemos citar o exemplo (24).

(23) “Na ânsia de *se destinar* recursos à iniciativa privada, estão descapitalizando a Previdência Social de tal forma que os aposentados de hoje e aqueles que

vierem a se aposentar estarão correndo sérios riscos de não terem no futuro nem uma coisa e nem outra.” (segunda metade do século XX)

(24)“Declaro mais que não autorizei á quem quer que seja, a *fazer inserir* semelhante declaração no ‘Paranaense’ (...)”

Na próxima seção, discutiremos o terceiro grupo.

6.1.1.3 Distância da Completiva Infinitiva.

Inicialmente, quisemos examinar esse grupo devido às prescrições da gramática normativa sobre o favorecimento do infinitivo pessoal em construções nas quais este está distante do elemento que ele complementa. Além de intentar verificar essa afirmação, também havia o intuito de observar se houve mudanças nesse aspecto em cada período. Portanto, observamos os dados, tendo em vista também esse grupo, cujos resultados totais estão expostos na tabela 5⁶.

Tabela 5 – Distância entre o infinitivo pessoal e o elemento que ele complementa.

Variável	Nº de ocorrências / total	Frequência
Infinitivo contíguo ao elemento	205/1456	14%
Infinitivo distanciado do elemento	69/382	18%
TOTAL	274/1838	15%

Os dados em (25) e (26) exemplificam os fatores apresentados pela tabela 5.

⁶ Foi realizada uma rodada para observar o peso relativo do grupo *distância da completiva infinitiva* e foi observado que o fator infinitivo distanciado do elemento influenciou o uso do infinitivo pessoal, tendo apresentado 0,617 de peso relativo, valor considerado favorável a tal uso. Dessa forma, confirmamos nossa hipótese.

(25) completiva infinitiva contígua ao elemento que ela complementa:

“Aqui o velho levantou-se como admirado de *ver o rapazinho desenvolver-se* d’esta maneira.” (primeira metade do século XIX)

(26) completiva infinitiva distanciada do elemento que ela complementa:

“A arrecadação do imposto será de 1^a de Janeiro do anno p. vindouro em diante, realizada pelos Collectores Estadoaes, *devendo os mesmos senhores industriaes e commerciantes trazerem* os livros respectivos.” (primeira metade do século XX)

A ocorrência (26) exemplifica os dados que confirmam as informações apresentadas pela tabela 7: a distância entre o infinitivo e o elemento que ele complementa pode favorecer o uso do infinitivo pessoal, mesmo que tal elemento utilize, normalmente, a forma impessoal, como em (26), oração que possui um modal com infinitivo flexionado.

A seguir apresentamos a tabela 6 para expor a distribuição desses fatores em cada período.

Tabela 6 – Distância entre o infinitivo pessoal e o elemento que ele complementa no decorrer dos séculos XIX e XX.

Variável	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de dados/t otal	%	Nº de dados/t otal	%	Nº de dados/t otal	%	Nº de dados/t otal	%
Infinitivo contíguo ao elemento	52/376	14%	62/351	18%	55/345	16%	36/384	9%
Infinitivo distanciado do elemento	22/109	20%	20/96	21%	23/84	27%	4/93	4%
TOTAL	74/485	15%	82/447	18%	78/429	18%	40/477	8%

Ao observar a tabela 6, notamos que, nos três primeiros períodos, o percentual de ocorrências do infinitivo pessoal com o fator *infinitivo distante do elemento que ele complementa* é maior quando comparado com o outro fator (*infinitivo contíguo a tal elemento*). No entanto, na segunda metade do século XX, diminui no *corpus* o percentual de infinitivo pessoal com o fator *infinitivo distante do elemento que ele complementa*, aumentando com o outro fator. Portanto, há uma diferença na frequência desses fatores em quando comparamos o último período com os outros períodos dos séculos XIX e XX.

Abordaremos a seguir o último grupo de fatores.

6.1.1.4 Posição da Completiva Infinitiva

Ao selecionarmos esse grupo, tencionávamos observar se a prescrição da gramática normativa reproduzia o uso lingüístico real no que se refere ao infinitivo pessoal. Ou

seja, buscávamos detectar se as completivas infinitivas antepostas à matriz seriam favoráveis à forma pessoal e se isso ocorreria em todos os períodos.

Apesar de termos escolhido esse grupo, o programa Varbrul não o selecionou como significativo⁷. No entanto, mostraremos apenas a distribuição dos resultados totais desse grupo, expostos na tabela 7. Porém, não abordaremos a distribuição desse grupo, em cada período dos séculos XIX e XX, pelo fato de não ter sido considerado significativo nesse aspecto.

Tabela 7– Posição do infinitivo pessoal em relação ao verbo da matriz.

Variável	Nº de ocorrência / total	Frequência
Infinitivo anteposto	30/108	28%
Infinitivo posposto	244/1730	14%
TOTAL	274/1838	15%

Apesar do fator *infinitivo anteposto ao verbo da matriz* ter apresentado maior frequência (28%), ele não foi considerado significativo para o uso do infinitivo pessoal, conforme o Varbrul. Além disso, não houve nenhuma mudança relevante nesse aspecto durante os séculos XIX e XX. A seguir são apresentados alguns exemplos dos fatores da tabela 7:

(27) completiva infinitiva antes do verbo da matriz:

“Por *completar* o seu primeiro aniversário *o conceituado jornal Paraná Norte*, venho dar-lhe os meus sinceros parabéns.” (primeira metade do século XX)

(28) completiva infinitiva após o verbo da matriz:

⁷ Os pesos relativos apresentados pelo Varbrul indicam que os dois fatores não são significativos estatisticamente. O primeiro fator, *infinitivo anteposto ao verbo da matriz*, possui 0,571 de peso relativo, sendo considerado “neutro” para a aplicação do infinitivo pessoal. O segundo fator (*infinitivo posposto ao verbo da matriz*), por sua vez, expressa-se com 0,496 de peso relativo, valor considerado pouco favorável à forma pessoal. Por esse motivo, o programa Varbrul não selecionou esse grupo como significativo em termos estatísticos.

“Eu me desesperei *por faltarem as coisas mais necessárias.*” (segunda metade do século XX)

Finalizamos, assim, a distribuição dos dados do *corpus* dos séculos XIX e XX. Na próxima seção, discutiremos a análise que focaliza o infinitivo pessoal.

6.2 O Infinitivo com Sujeito Preenchido *versus* o Infinitivo apenas Flexionado.

6.2.1 A Variável Dependente.

Na análise, o infinitivo pessoal é focalizado com o intuito de verificar se há diferenças no modo como as marcas pessoais do infinitivo manifestam-se em cada período dos séculos abordados. Ou seja, buscamos confirmar nossa hipótese de que, no século XX, a forma pessoal do infinitivo ocorreria preferencialmente com a presença do sujeito e o infinitivo apenas flexionado teria uma frequência menor.

Tal hipótese está fundamentada nas mudanças ocorridas no PB, durante a transição do século XIX ao XX, referentes à simplificação das conjugações verbais e à tendência ao preenchimento do sujeito. Retomaremos essa discussão na seção 5.3.

A seguir apresentamos a tabela 8 que expõe as frequências totais das variantes no *corpus*. Cabe acrescentar que as tabelas desta seção estão organizadas da mesma forma daquelas apresentadas na seção anterior. No entanto, estas diferenciam-se apenas pelo fato de que o *número de dados* refere-se ao número de ocorrências do infinitivo com sujeito preenchido e, em *total*, temos a quantidade total de ocorrências do infinitivo pessoal que apresentou-se na forma do infinitivo apenas flexionado e do infinitivo com sujeito preenchido.

Tabela 8 – Frequência do infinitivo na forma pessoal com o sujeito e na forma pessoal com apenas a flexão verbal

Variável dependente	Nº de ocorrência / total	Frequência
Infinitivo com sujeito	171/269	64%
Infinitivo com flexão	98/269	36%

Antes de discutirmos a tabela 8, devemos salientar que, na distribuição dos dados, havia 274 ocorrências de infinitivo pessoal. Porém, na análise, foram retirados cinco dados que se referem às orações com infinitivo flexionado junto a um auxiliar modal. Essas construções foram excluídas por não apresentarem variação, visto que o infinitivo com sujeito preenchido não ocorre com o modal, sendo este encontrado apenas com o infinitivo flexionado.

Comparando as variantes apresentadas pela tabela 8, constatamos que o infinitivo com sujeito preenchido realmente alcançou maior frequência no *corpus* (64%). No entanto, como tal tabela expõe os resultados totais, torna-se relevante observar esses números divididos em cada período dos séculos XIX e XX para que possamos confirmar ou refutar a hipótese citada anteriormente. Portanto, a tabela 9 é utilizada com essa finalidade.

Tabela 9 – Frequência do infinitivo com sujeito preenchido e do infinitivo apenas flexionado no decorrer dos séculos XIX e XX

Variável dependente	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência
Infinitivo com sujeito	41/73	56%	53/81	65%	48/75	64%	29/40	72%
Infinitivo com flexão	32/73	44%	28/81	35%	30/75	36%	11/40	28%

A partir da tabela 9, notamos que a frequência do infinitivo flexionado se reduz no decorrer dos períodos abordados; o infinitivo com sujeito preenchido vai se tornando a forma mais utilizada para a expressão do infinitivo pessoal. Podemos observar essa diferença, comparando a primeira metade do século XIX e a segunda metade do século XX. Naquela, o infinitivo apenas flexionado e o infinitivo com sujeito preenchido ocorrem com frequências próximas: 44% e 56%, respectivamente. Na segunda parte do XX, no entanto, o infinitivo com flexão aparece em 28% das ocorrências, aumentando para 72% as ocorrências do infinitivo com sujeito exposto lexicalmente.

Tal resultado confirma nossa hipótese de que o infinitivo flexionado vem se reduzindo, dando lugar ao preenchimento do sujeito com o uso do infinitivo pessoal. Cabe ressaltar que esse resultado pode indicar a preferência pelo preenchimento do sujeito quando comparado com a marcação da desinência verbal do infinitivo, mas esses dados não indicam necessariamente que o infinitivo com sujeito preenchido está sendo muito usado pelos falantes, como ocorre com os verbos finitos. Os resultados do presente trabalho permitem constatar que, apesar do infinitivo com sujeito preenchido ser mais usado que o infinitivo flexionado, ainda há construções infinitivas que não preenchem o sujeito, mesmo quando estão em contextos de não-correferência. Esses dados podem indicar uma diferença em relação ao comportamento dos verbos finitos e dos infinitivos em relação ao preenchimento do sujeito, conforme discutiremos na seção 5.3.1.

A seguir abordamos as variáveis independentes que nos revelarão um pouco mais sobre as variantes.

6.2.2 As Variáveis Independentes⁸

Para analisarmos os contextos lingüísticos favorecedores da variável dependente, selecionamos os grupos de fatores já citados anteriormente: tipo de completiva

⁸ Há pesos relativos em todas as tabelas que expõem os valores totais referentes à variação entre o infinitivo com sujeito preenchido e o infinitivo apenas flexionado. Porém, não apresentaremos tais pesos nas tabelas que expõem os dados divididos por séculos, pois a quantidade de ocorrências com cada fator não possibilita encontrar o peso relativo com o programa Varbrul.

infinitiva, referência do sujeito do infinitivo, distância da completiva infinitiva e posição do infinitivo. Desses grupos, os dois últimos não apresentaram relevância estatística, não contribuindo, assim, com a variação. Portanto, seus resultados não serão discutidos.

Além dessas variáveis, também observamos um novo grupo: o número do infinitivo. Inicialmente, esse grupo foi selecionado com o intuito de verificar se haveria casos de sujeito no plural com infinitivo no singular. Assim, além de detectarmos essas ocorrências, também encontramos um resultado interessante e inesperado por meio dessa variável, conforme apresentamos na seção 5.2.2.3.

Passemos à discussão de cada variável independente.

6.2.2.1 Tipo de Completiva Infinitiva

Por meio dessa variável, buscamos examinar em quais tipos de completivas infinitivas cada variante do infinitivo pessoal ocorre.

Pudemos observar que os contextos lingüísticos, apresentados pelos fatores desse grupo, estão bem divididos no que se refere à influência de cada fator para cada variante, como podemos verificar na tabela 10 que expõe os resultados totais referentes aos dois séculos.

Tabela 10 – Frequência da completiva infinitiva com sujeito preenchido em função do elemento que a seleciona.

Variável	Nº de ocorrências/total	Frequência	Peso relativo
Preposição ligada a um verbo	4/13	31%	0,175
Preposição ligada a um nome	34/67	51%	0,213
Preposição ligada a um adjetivo	0/5	0%	0
Preposição que introduz um adjunto oracional	50/94	53%	0,449
Verbo causativo ou sensitivo (infinitivo como argumento interno)	46/47	98%	0,917
Verbo volitivo ou outro verbo de controle de sujeito (inf. Como argumento interno)	1/1	100%	Efeito categórico
Verbo factivo avaliativo, declarativo ou epistêmico (inf. como argumento interno)	17/18	94%	0,853
Copulativo ou outro verbo (infinitivo como argumento externo)	17/20	85%	0,264
Copulativo (infinitivo como predicativo do sujeito)	2/4	50%	0,291
TOTAL	171/269	64%	

Antes de discutirmos a tabela 10, cabe salientar que os casos de infinitivo pessoal com adjetivo e com verbos volitivos não foram retirados da análise por apresentarem efeito categórico, procedimento que foi utilizado com as ocorrências de infinitivo flexionado com auxiliar modal. Essa diferença é resultante do fato de ser possível a variação com aqueles fatores, mas não com este. Apesar do adjetivo só ter ocorrido com infinitivo apenas flexionado e o verbo volitivo ter aparecido somente com sujeito lexical no *corpus*, a variação seria possível nesses casos.

Portanto, esse resultado pode indicar que o fator *adjetivo que seleciona infinitivo pessoal* pode ser considerado como favorável ao uso do infinitivo flexionado. Por outro

lado, o fator verbo volitivo com completiva infinitiva pessoal favorece o uso do infinitivo com sujeito preenchido. Resta acrescentar que, mesmo apresentando efeito categórico com os dois fatores citados, houve poucas ocorrências de cada um deles no *corpus* (5 dados e 1 dado, respectivamente). Dessa forma, seria interessante confirmar esse resultado a partir de um número maior de ocorrências com esses fatores.

Analisando os dados expostos pela tabela 10, verificamos que há outros fatores que favorecem o uso do infinitivo com sujeito, conforme citamos a seguir: *verbo causativo ou sensitivo* (0,917 de peso relativo); *verbo factivo avaliativo, declarativo ou epistêmico* (0,853).

Nossos resultados são similares aos encontrados por Gorski (2000), que constatou a influência do fator *verbo causativo ou sensitivo* (0,86 de peso relativo) na expressão do infinitivo pessoal por parte de falantes de Florianópolis, conforme apresentamos no capítulo 3. Segundo a autora, os verbos causativos e sensitivos favorecem o uso da forma pessoal pelo fato de tais verbos terem normalmente sujeitos não-correferentes.

Essa mesma característica dos verbos causativos e sensitivos pode ser compartilhada pelos verbos factivos avaliativos, declarativos ou epistêmicos. Entre os verbos desse grupo que selecionaram o infinitivo pessoal no *corpus*, estão os seguintes: *declarar, saber, jurar, permitir, pedir, achar, julgar, autorizar, criticar*, entre outros.

O infinitivo flexionado, por sua vez, é favorecido nos seguintes contextos⁹: *verbo que seleciona infinitivo introduzido por preposição* (0,825 de peso relativo), *nome que seleciona o infinitivo* (0,787); *copulativo ou outro verbo que seleciona o infinitivo como argumento externo* (0,736); *infinitivo como predicativo do sujeito* (0,709).

O fator *preposição e infinitivo que formam um adjunto oracional*, por outro lado, não favorece nenhuma das variantes em particular. Seu peso relativo indica que ele é pouco favorável ao infinitivo com sujeito preenchido (0,449, cf. tabela 10), sendo “neutro” para a realização do infinitivo flexionado (0,551). No entanto, resta salientar que, entre as 50 ocorrências de infinitivo com sujeito preenchido nesse tipo de construção, há 38 ocorrências com

⁹ Os valores dos pesos relativos podem ser encontrados a partir da subtração dos valores apresentados pela variante *infinitivo com sujeito preenchido*, presente na tabela 10. Por exemplo: o fator *preposição ligada a um verbo* apresenta 0,175 de peso relativo no que se refere à influência desse fator com a variante *infinitivo com sujeito preenchido*. Portanto, ao subtrairmos esse valor (1,0 - 0,175= 0,825), encontraremos o peso relativo desse fator em relação à outra variante- *infinitivo apenas flexionado*. Dessa forma, cabe acrescentar que os pesos relativos do infinitivo flexionado, citados no texto, foram encontrados dessa maneira.

sujeito preenchido e sem desinência número-pessoal, conforme o exemplo (30). Dessa forma, nossos dados corroboram com os resultados encontrados por Schaff (2001).

Segundo Schaff (2001), Raposo (1987) afirma que a oração infinitiva precisa conter [+AGR] para o sujeito lexical sobreviver, ocorrendo a forma de infinitivo [-AGR] com sujeito unicamente em estruturas ECM. Porém, Schaff (2001) encontra, em seus resultados, exemplos de estruturas que não estão de acordo com a afirmação de Raposo (1987), pois, no PB, há sujeitos lexicais que não teriam, à primeira vista, um atribuidor de caso. No entanto, conforme afirma Schaff (2001), tais estruturas são gramaticais no PB, como no exemplo em (29), citado pelo autor.

(29) Qui mais tem aí *pa nós botá* aqui?

Em (30), citamos uma ocorrência dos nossos dados que mostra uma estrutura similar à oração (29) apresentada por Schaff (2001), ou seja, uma oração gramatical que apresenta infinitivo com sujeito preenchido, mas sem desinência número-pessoal.

(30) “Tendo-me aparecido (...) um senhor com um livro *para min assignar* e em seguida um senhor que dizem ser doutor Aristides Liberato que por mim assignou, (...) venho publicamente declarar que se foi procuração, o que me dizem talvez ter sido, fica sem efeito algum, (segunda metade do século XIX)

A frequência total dos dados em relação ao primeiro grupo foi apresentada anteriormente. Na tabela 11, apresentamos o resultado dos dados em cada século.

Tabela 11 – Frequência da completiva infinitiva com sujeito preenchido em função do elemento que a seleciona no decorrer dos séculos XIX e XX.

Variável	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%
Preposição ligada a um verbo	0/1	0%	0/1	0%	3/10	30%	1/1	100%
Preposição ligada a um nome	6/15	40%	7/14	50%	10/20	50%	11/18	61%
Preposição ligada a um adjetivo	0/1	0%	0/2	0%	0/2	0%	0/0	0%
Preposição que introduz um adjunto oracional	11/29	38%	19/36	53%	14/20	70%	6/9	67%
Verbo causativo ou sensitivo (infinitivo como argumento interno)	14/14	100%	19/20	95%	7/7	100%	6/6	100%
Verbo volitivo, ou outro verbo de controle de sujeito (infinitivo como argumento interno)	0/0	0%	0/0	0%	0/0	0%	1/1	100%
Verbo factivo avaliativo, declarativo ou epistêmico	5/5	100%	3/3	100%	6/6	100%	3/4	75%

(infinitivo como argumento interno)								
Copulativo ou outro verbo (infinitivo como argumento externo)	4/5	80%	5/5	100%	7/9	78%	1/1	100%
Copulativo (infinitivo como predicativo do sujeito)	1/3	33%	0/0	0%	1/1	100%	0/0	0%
TOTAL	41/73	56%	53/81	65%	48/75	64%	29/40	72%

A tabela 11 apresenta algumas informações interessantes sobre as ocorrências do infinitivo com sujeito preenchido e do infinitivo apenas flexionado no *corpus*. Notamos que o fator *adjetivo que seleciona infinitivo* só ocorre com infinitivo flexionado nos dados, não se registrando nenhuma ocorrência dele no último período. Por sua vez, o fator *adjunto oracional*, na primeira metade do século XIX, ocorreu em maior quantidade com o infinitivo flexionado (62%), mas, nos períodos do século XX, apresentou maior número referente ao infinitivo com sujeito preenchido (70% e 67%, respectivamente). Além disso, o infinitivo pessoal com verbo volitivo não havia ocorrido antes da segunda metade do século XX; período em que ele se expressa com o preenchimento do sujeito.

Analisando tais diferenças na expressão do infinitivo pessoal, notamos que, com o decorrer dos períodos abordados, apresenta-se uma tendência a diminuir o uso do infinitivo apenas flexionado, aumentando, assim, o preenchimento do sujeito do infinitivo quando os falantes querem utilizar a forma pessoal do infinitivo. Dessa forma, notamos diferenças da expressão do infinitivo pessoal no decorrer do tempo.

Discutiremos mais algumas diferenças entre as variantes na próxima seção.

6.2.2.2 Referência do Sujeito do Infinitivo

Essa variável independente nos proporcionou informações muito importantes quanto às variantes. A tabela 12 reproduz tais dados.

Tabela 12 – Frequência da referência do sujeito preenchido do infinitivo em relação ao sujeito da matriz.

Variável	Nº de ocorrências/total	Frequência	Peso relativo
Correferencial	3/50	6%	0,043
Não-correferencial	142/188	76%	0,654
Infinitivo na função de sujeito da oração matriz	17/22	77%	0,758
Referência arbitrária	9/9	100%	Efeito categórico
TOTAL	171/269	64%	

Para encontrar os pesos relativos, retiramos o fator *referência arbitrária* dessa rodada, pois ele apresentou efeito categórico. Porém, não o retiramos da análise por ser um fator que pode ocorrer com as duas variantes, apesar de termos encontrado, no *corpus*, apenas casos de infinitivo com sujeito preenchido.

Notamos que os três últimos fatores da tabela – *sujeito não-correferencial*, *infinitivo na função de sujeito da oração*, *referência arbitrária do sujeito* – ocorreram significativamente com a variante *infinitivo com sujeito preenchido*. Por outro lado, o fator *sujeito correferencial* influencia muito a variante *infinitivo apenas flexionado*.

Tendo em vista esse resultado, podemos relacioná-lo com a atual redução no uso do infinitivo flexionado. Para chegarmos a essa conclusão, observamos que, conforme a tabela 12 apresenta, o infinitivo flexionado ocorreu preferencialmente em contextos de correferência, com 94% e 0,957 de peso relativo (se o infinitivo com sujeito apresentou 6% de casos nesse contexto, o infinitivo flexionado, por sua vez, obteve 94%, valendo o mesmo raciocínio para o peso relativo).

Além disso, se observarmos a tabela 4, veremos que, na segunda metade do século XX, há apenas 1% de ocorrências do infinitivo pessoal em contexto de correferência, ou seja, diminui a frequência das construções propícias ao infinitivo flexionado e aumenta o número de infinitivo impessoal nesses contextos (99%, cf. tabela 4).

Portanto, esse resultado mostra a correlação existente entre a diminuição no uso de infinitivo pessoal em contexto de correferência e a redução no uso do infinitivo flexionado no PB contemporâneo.

A seguir proporcionamos os dados referentes às variantes, em cada período, a partir de sua distribuição com cada fator do grupo

Tabela 13 – Frequência da referência do sujeito preenchido do infinitivo em relação ao sujeito da matriz no decorrer dos séculos XIX e XX

Variável	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%	Nº de dados/total	%
Correferencial	2/16	12%	1/23	4%	1/12	8%	0/4	0%
Não-correferencial	34/49	69%	45/52	87%	38/54	70%	26/33	79%
Infinitivo como suj. da oração matriz	4/7	57%	2/2	100%	9/11	82%	2/2	100%
Referência arbitrária	2/2	100%	5/5	100%	1/1	100%	1/1	100%
TOTAL	41/73	56%	53/81	65%	48/75	64%	29/40	72%

A tabela 13 foi colocada nesta seção que também expõe a distribuição dos dados, porém, eles serão utilizados para a discussão desenvolvida na seção 5.3.1. Por esse motivo, não discutiremos sobre ela no momento, mas retornaremos aos seus resultados.

6.2.2.3 Número do Infinitivo

Conforme apresentamos na seção 4.2.2.2., quando selecionamos essa variável, tencionávamos detectar, por meio do cruzamento com outro grupo, se haveria casos de infinitivo no singular, cujo sujeito estaria no plural. Porém, esse grupo ultrapassou nossa expectativa, revelando-nos outros resultados interessantes, conforme notamos pela tabela 14.

Tabela 14 – Frequência do infinitivo com sujeito preenchido em função do número do infinitivo.

Variável	Nº de ocorrências/total	Frequência	Peso relativo
Singular	146/150	97%	0,909
Plural	25/119	21%	0,053
TOTAL	171/269	64%	

Esses dados revelam que o infinitivo com sujeito preenchido ocorre, de forma mais significativa, no singular (0,909 de peso relativo).

O infinitivo apenas flexionado, por sua vez, apresenta-se mais no plural (com 79% das ocorrências e 0,947 de peso relativo). Ele também aparece no singular, mas em apenas quatro ocorrências do século XIX, referentes à segunda pessoa do singular, conforme apresentamos nos dados em (31), (32), (33) e (34).

(31) “Quanta gloria vos não cabe, ó Povos, ó Tropa de São Paulo; quanta gloria não mereceis, quando além de que dificuldades, que vencestes, ainda acrece vosso desinteresse, e até mesmo vossa constancia em *sofreres* ingratidões.” (primeira metade do século XIX).

(32) “Elle bem sabe que o criar-se ahi huma universidade vos he devido, não como premio de hum serviço, mas em virtude de *reunires* todas as circunstancias pelas quaes sem nenhum delles vós a devias de ter.” (primeira metade do século XIX)

(33) “Sim, deshumana parca, regozija-te de tua obra; pois que assim determinou o Ente Supremo, de *teres* poder sobre os fracos mortaes, que nada são perante ti.” (segunda metade do século XIX)

(34) “Eu não te contaria isto se não soubesse que és valente, e que serias incapaz de ficar amedrontado, ao ponto de *abandonares* o lugar que mereceste, com inteira justiça.” (segunda metade do século XIX)

Cabe salientar que, nas orações (31) e (32), o infinitivo está na segunda pessoa do singular (*sofreres* e *reunires*, respectivamente), mas o sujeito do infinitivo está na segunda pessoa do plural, como podemos verificar pelos pronomes *vós*, *vos* e *vosso* que aparecem em tais orações.¹⁰

Tendo em vista que o infinitivo com desinências verbais no singular apareceu apenas nos dados do século XIX, podemos notar que aumenta a probabilidade do uso do infinitivo flexionado reduzir-se, visto que ele não ocorre em mais um contexto lingüístico no *corpus* do século XX: a segunda pessoa do singular. Além disso, seu uso vai se reduzindo também nas pessoas do plural, conforme será discutido na seção 5.3.2.

No que se refere às construções com sujeito no plural e infinitivo no singular, discutiremos esses casos na próxima seção.

6.2.3 Considerações Gerais sobre a Variante *Infinitivo com Sujeito*

Além de observarmos as variantes e suas variáveis independentes, também focalizamos o infinitivo com sujeito preenchido, abordando determinados aspectos deste, como os seguintes: tipo de sujeito; posição do sujeito; pessoa e número do sujeito.

Esses grupos foram observados com o intuito de expor as formas pelas quais o sujeito do infinitivo se realiza no PB. Porém, não puderam ser considerados como variáveis independentes na análise, pois esses grupos não podem ser encontrados com a variante *infinitivo apenas flexionado*.

A seguir há a frequência com que cada tipo de sujeito do infinitivo apareceu no *corpus*:

¹⁰ Agradeço à prof^a Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera por ter destacado esse fato e pelos comentários referentes a essa parte.

Tabela 15 – Freqüência do tipo de sujeito no infinitivo no decorrer dos séculos XIX e XX

Tipo de sujeito	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de ocorrên- cia /total	%	Nº de ocorrên- cia/total	%	Nº de ocorrên- cia/total	%	Nº de ocorrên- cia /total	%
Sintagma nominal	20/81	25%	18/81	22%	28/81	35%	15/81	18%
Pronome oblíquo	6/24	25%	10/24	42%	5/24	21%	3/24	12%
Sujeito Paciente	7/20	35%	8/20	40%	5/20	25%	0/20	0%
<i>se</i> (sujeito indeterminado)	3/19	16%	7/19	37%	4/19	21%	5/19	26%
Pronome Reto	2/10	20%	3/10	30%	3/10	30%	2/10	20%
Pronome de tratamento	3/9	33%	2/9	22%	3/9	33%	1/9	12%
Oração	0/8	0%	5/8	63%	0/8	0%	3/8	37%
TOTAL	41/171	24%	53/171	31%	48/171	28%	29/171	17%

São apresentados a seguir alguns exemplos de cada tipo de sujeito do infinitivo.

(35) Sintagma nominal:

“Apesar de restrições orçamentárias comuns aos órgãos governamentais, não foi a falta de recursos a causa determinante do *livro* não *conter* fotos.” (segunda metade do século XX)

(36) Pronome oblíquo:

“Eu da minha parte confesso que achei muita razão em o nosso rapazinho, e muito folgarei ouvil-o *sustentar* a sua opinião.” (primeira metade do século XIX)

(37) Sujeito paciente:

“Porem, se ha conveniencia de revolver as lavas apenas extinctas do passado, se ha conveniencia de reanimal-as indirectamente, a fim de não *confundirem-se as parcialidades*, seja-nos permittido dizer: que declinamos cordialmente (...)” (segunda metade do século XIX)

(38) *se* (sujeito indeterminado):

“Pela ganância comercial vendem bebidas fortes, dopam, arreentam e matam moralmente nossos filhos, pois acenam o caminho para *se chegar* à prostituição (...)” (segunda metade do século XX)

(39) Pronome reto:

“Havendo-se propalado *estar eu encarregado* do pagamento dos débitos do senhor Tindaro, declaro (...) que não sou.” (primeira metade do século XX)

(40) Pronome de tratamento:

“[o corpo do comércio desta cidade] Não podendo tambem na ingenua e sincera expressão de seu reconhecimento deixar de declarar *ser vossa senhoria* um empregado zeloso, probo e inteligente (...)” (segunda metade do século XIX)

Observando a tabela 15, notamos que a freqüência do sintagma nominal, como sujeito do infinitivo, é produtiva em todos os períodos abordados.

O pronome oblíquo, no entanto, sofre uma redução do seu uso no século XX, período em que a mudança do sistema de pronomes no PB trouxe uma diminuição no uso de clíticos (cf. discussão na seção 5.3.2.).

Cabe acrescentar que o pronome oblíquo, como sujeito do infinitivo, ocorre em construções ECM, ou seja, construções nas quais o verbo da matriz rege o argumento de outro núcleo (cf. Miotto, 2000). Ou seja, o verbo ECM *ouvir*, numa sentença como a (36), marca o caso acusativo ao pronome *o*, sujeito do infinitivo *sustentar*, que, por sua vez, não está marcando o pronome com o caso nominativo.

É interessante ressaltar que encontramos nos dados um outro caso de construção ECM com preposição marcando caso oblíquo ao sujeito do infinitivo (cf. Miotto, 2000), conforme apresentamos em (42).

(41) “Tendo-me aparecido (...) um senhor com um livro *para min assignar* e em seguida um senhor que dizem ser doutor Aristides Liberato que por mim assignou, (...) venho publicamente declarar que se foi procuração, o que me dizem talvez ter sido, fica sem efeito algum, (segunda metade do século XIX)

Esse tipo de construção ocorre freqüentemente com falantes atuais do PB (cf. Salles, 1999), porém, como observamos pelo exemplo, tal construção já ocorria no século XIX. Segundo Pereira & Roncarati (1993), o *para*, em estruturas como a de (42), não é considerado uma preposição, mas pode ter sido reanalisado como complementador. No entanto, o *para* ainda mantém as propriedades lexicais, como a de atribuidor de caso oblíquo, diferenciando-se assim dos outros complementadores que não atribuem caso.

A tabela 15 ainda indica que, no *corpus*, diminui o aparecimento de sujeito paciente unido ao *se* passivador no século XX, não havendo nenhuma ocorrência na segunda metade do século XX. Porém, o sujeito indeterminado *se* apresenta-se em 26% dos dados referentes a esse tipo de sujeito na segunda metade do século XX.

Segundo Duarte (2002), o *se* passivador e o *se* indeterminador sofreram uma redução na fala, no século XX. No entanto, o *se* indeterminador com verbos no infinitivo, apesar de não ser aceito pela gramática normativa, está sendo muito usado na escrita em textos formais,

até mesmo naqueles veiculados pela mídia, mas não se apresenta com a mesma frequência na fala.

Além de observar os tipos de sujeito, também abordamos a posição em que ele se encontra. Mostraremos essas ocorrências no decorrer dos séculos XIX e XX, conforme apresenta a tabela 16.

Tabela 16 – Posição do sujeito do infinitivo no decorrer dos séculos XIX e XX

Fatores	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de ocorrên- cia / total	Frequên- cia	Nº de ocorrên- cia / total	Frequên- cia	Nº de ocorrên- cia / total	Frequên- cia	Nº de ocorrên- cia / total	Frequên- cia
Antes do infinitivo	13/67	19%	13/67	19%	21/67	32%	21/67	31%
Após o infinitivo	24/83	29%	32/83	39%	22/83	26%	4/83	5%
No meio da locução verbal infinitiva	1/7	14%	2/7	29%	4/7	57%	0/7	0%
Antes do verbo da oração matriz	3/14	21%	6/14	43%	1/14	7%	4/14	29%

No que se refere aos dados fornecidos pela tabela 16, constatamos que, no século XIX, o sujeito posposto ao infinitivo aparece com maior frequência (29% e 39% em cada metade). No século XX, no entanto, esse quadro modifica-se, pois há um aumento da frequência do sujeito antes do infinitivo, sendo a segunda metade mais significativa nesse aspecto se levarmos em conta que, entre 29 ocorrências de infinitivo com sujeito expresso, há 21 construções com o sujeito anteposto ao verbo.

Notamos que, no *corpus*, a mudança de ordem manifesta-se de modo significativo na segunda metade do século XX, pois, na primeira metade, ainda há um número regular de casos com a ordem VS(verbo-sujeito), conforme a tabela 16 expõe.

Essa mudança pode ser entendida se considerarmos a mudança da ordem VS para SV (sujeito-verbo), fenômeno pelo qual o PB passou durante esse período (cf. Berlinck, 1989; Torres Morais, 1996; Ribeiro, 2001). A mesma explicação pode ser usada para abordar o terceiro fator – *sujeito no meio da locução verbal infinitiva* – pois, nesse caso, o sujeito da locução aparece após o auxiliar infinitivo, ocorrendo a ordem VS. Aprofundaremos essa discussão na seção 5.3.2.

Finalmente, discutiremos o grupo *pessoa e número do sujeito* a partir da tabela 17, que mostra o cruzamento entre esse grupo e a variável independente *número do infinitivo*.

Tabela 17– Frequência de pessoa e número do sujeito preenchido do infinitivo em função do número do infinitivo.

Fatores	Sujeito na 1 ^a pessoa do singular		Sujeito na 3 ^a pessoa do singular		Sujeito na 1 ^a pessoa do plural		Sujeito na 3 ^a pessoa do plural	
	Nº de ocorrên cia / total	Frequên cia	Nº de ocorrên cia / total	Frequên cia	Nº de ocorrên cia / total	Frequên cia	Nº de ocorrên cia / total	Frequên cia
Infinitivo singular	14/146	10%	120/146	82%	3/146	2%	9/146	6%
Infinitivo plural	0/25	0%	0/25	0%	0/25	0%	25/25	100%

Nosso objetivo, ao fazer esse cruzamento, era observar se haveria casos que apresentariam sujeito no plural e infinitivo no singular. A partir da tabela 17, pudemos constatar que esse tipo de construção realmente ocorre. Porém, cabe ressaltar que os três casos do sujeito na primeira pessoa do plural e quatro ocorrências do sujeito na terceira pessoa do plural referem-se a pronomes oblíquos. Nesses contextos, a prescrição normativa é a favor da não-concordância, pois tal pronome é o sujeito do infinitivo, mas também exerce a função de objeto direto do verbo da matriz (cf. apresentamos na seção 2.2.), podendo, assim, exercer alguma influência em tal uso. Além disso, tal estrutura é conhecida por possuir marcação excepcional de caso (conforme discutimos anteriormente), não apresentando, assim, concordância com o infinitivo presente na oração encaixada. Também há um caso de sujeito no plural de um infinitivo no singular, sendo uma completiva de um verbo causativo. Segundo a norma padrão, o uso do infinitivo no plural é facultativo nesse caso.

Por outro lado, as cinco ocorrências restantes do sujeito na terceira pessoa do plural apresentaram ausência de concordância verbal. É interessante notar que os cinco casos possuíam características comuns: os sujeitos eram sintagmas nominais e apareciam após o infinitivo, como ilustram os dados citados a seguir:

(42) “preciso é *chegar os bons escriptos*, as boas ideas espalhadas nos bons livros, á gente mais cultivada (...)” (primeira metade do século XIX)

(43) “Veja-se a conseqüência de *vir os abusos* de cima: elle chega até a última escala, que também se julga com faculdade de dispensar a lei.” (segunda metade do século XIX)

(44) “venho pela presente, exteriorizar (...) a minha profunda magua pela fraqueza moral dessas pessoas, que não tem a altivez necessaria (...) para salvaguardar os interesses da justiça, denunciando o miserável homicida de Domingo, a fim de *ser desaffrontado o laborioso povo e a sociedade londrinense.*” (primeira metade do século XX)

(45) “Sob a justificativa de *ter entrado recursos da dívida ativa*, o prefeito iniciou várias obras antes dos pleitos eleitorais.” (segunda metade do século XX)

A partir da observação das orações anteriores, podemos notar que a estrutura com ordem VS facilita a ausência de concordância verbal. Isso pode ser explicado pelo fato de já prevalecer a ordem SV no PB contemporâneo, conforme a discussão que será apresentada na seção 5.3.2.

Com essas considerações, finalizamos esta seção, mas retomaremos nossos resultados, na próxima, relacionando-os com as pesquisas atuais que relatam as mudanças ocorridas no PB.

6.3 Nossos Resultados à Luz das Pesquisas Atuais sobre o Português Brasileiro

Ao abordarmos diacronicamente o infinitivo pessoal, constatamos que houve modificações em seu uso. Entre essas diferenças, estão a diminuição do infinitivo apenas flexionado (sem sujeito) e o aumento do infinitivo com sujeito preenchido.

A partir desse resultado, podemos questionar quais as modificações no PB que estariam facilitando tais alterações no uso do infinitivo pessoal, tendo em vista que toda mudança lingüística não ocorre isoladamente, ela influencia e é influenciada por outras alterações na língua.

Portanto, nesta seção, abordaremos algumas dessas mudanças no PB. Com esse intuito, relataremos os resultados de pesquisas que abordam os seguintes tópicos referentes ao português do Brasil: a simplificação dos paradigmas verbais; o preenchimento do sujeito; a mudança da ordem VS para SV; as modificações no sistema pronominal.

6.3.1 Preenchimento do Sujeito e a Simplificação dos Paradigmas Verbais

Entre as discussões sobre as mudanças no PB, uma que tem merecido a atenção de muitos pesquisadores é, sem dúvida, a alteração na marcação positiva do parâmetro “pro-drop” para uma marcação negativa do mesmo. Ou seja, o PB contemporâneo apresenta uma preferência pelo preenchimento do sujeito em contraposição ao português falado no início do século XIX, por exemplo, que preferia o sujeito nulo.

Duarte (1996) realiza uma pesquisa sobre a expressão do sujeito pronominal no PB, utilizando dados do século XIX e XX. Além de abordar a evolução na expressão do sujeito, que passou de nulo a pleno na preferência dos falantes, a autora também propõe-se verificar se há relação entre essa mudança e outra alteração ocorrida no PB: a redução nos paradigmas flexionais.

Segundo Duarte (1996), os estudos gerativistas atestam que há uma correlação entre um sistema de flexão verbal “rico” e a possibilidade de sujeito nulo em sentenças finitas.

Portanto, tendo isso em vista, a autora discute a simplificação nos paradigmas flexionais, ocorrida no PB, expondo os diferentes paradigmas presentes na evolução do PB, conforme a tabela 18 apresenta:

Tabela 18 – Evolução nos paradigmas flexionais do português

Pessoa	Núm.	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1 ^a	sing.	cant-o	cant-o	cant-o
2 ^a direta	sing.	canta-s	_____	_____
2 ^a indireta	sing.	canta-0	canta-0	canta-0
3 ^a	sing.	canta-0	canta-0	canta-0
1 ^a	plur.	canta-mos	canta-mos	canta-0
2 ^a direta	plur.	canta-is	_____	_____
2 ^a indireta	plur.	canta-m	canta-m	canta-m
3 ^a	plur.	canta-m	canta-m	canta-m

Fonte: Duarte, 1996, p. 109.

A tabela 18 proporciona verificar que o PB apresentava, no paradigma 1, seis formas distintas para as desinências verbais, além de dois sincretismos (2^a pessoa indireta do singular e do plural, com verbo na 3^a pessoa), tendo mudado para o paradigma 2 que sofreu, por sua vez, nova redução, perdendo a 2^a pessoa direta. No entanto, conforme Duarte (1996) salienta, atualmente o paradigma 2 apresenta-se apenas na escrita ou com falantes de faixa etária mais alta, pois o paradigma 3 (com a substituição de *nós* por *a gente*) já é o mais utilizado no PB. Assim, notamos que o PB contemporâneo possui atualmente apenas três formas de flexão verbal para diferenciar as pessoas do discurso.

A simplificação nas conjugações verbais afetou a representação do sujeito pronominal, pois o paradigma 1 permitia reconhecer o sujeito de uma oração a partir das desinências do verbo. Porém, com a emergência do paradigma 3, essa propriedade torna-se limitada, porque apenas a 1^a pessoa do singular pode ser identificada dessa maneira, sendo necessário o preenchimento do sujeito com as outras pessoas. No entanto, conforme constata

Duarte (1996), até mesmo a 1ª pessoa do singular apresenta o preenchimento do sujeito pronominal.

A autora, ao comparar os dados de cada período dos séculos XIX e XX, observa uma gradativa redução no uso de sujeito nulo no decorrer dos períodos estudados. Além disso, este fenômeno apresentou nítida correlação com a redução dos paradigmas flexionais, conforme demonstrou seu *corpus*. Ao concluir seu artigo, a autora ainda afirma que esta não é uma mudança isolada, pois as alterações na ordem dos constituintes das sentenças e no sistema de clíticos também “fazem parte de um conjunto de mudanças sintáticas que permitem delinear a emergência de uma gramática brasileira.” (Duarte, 1996, p.124). A seção 5.3.2., por sua vez, discutirá esses fenômenos.

Porém, antes de passarmos à discussão da próxima seção, ressaltaremos alguns resultados de nossa pesquisa que estão relacionados às mudanças verificadas por Duarte (1996).

Analisando o infinitivo pessoal, constatamos que há mudanças no modo como ele se expressa nos séculos XIX e XX. No decorrer do tempo, ele ocorre mais com a presença do sujeito e diminui seu aparecimento com o infinitivo flexionado. Esse resultado inicialmente parece confirmar a tendência à simplificação das conjugações verbais e ao preenchimento do sujeito. Quanto ao fenômeno da simplificação, verificamos que ele realmente ocorre com o infinitivo. O segundo, por sua vez, apresenta algumas diferenças no que se refere ao preenchimento do sujeito do infinitivo em comparação com o mesmo fenômeno ocorrido nos verbos finitos. A discussão a seguir fará a exposição detalhada dos dados encontrados em nosso *corpus* com o intuito de discutir essas diferenças.

Ao abordarmos as formas pelas quais o infinitivo pessoal ocorre em cada período, verificamos a redução no uso do infinitivo apenas flexionado (com sujeito nulo), que apresentava 44% de ocorrências na primeira metade do século XIX, reduzindo-se para 28% na segunda metade do XX (cf. tabela 9). Tais dados nos permitem confirmar que a simplificação das conjugações verbais não atingiu apenas os verbos finitos, mas também exerceu influência na redução do uso do infinitivo flexionado.

Por outro lado, notamos que o infinitivo pessoal, na primeira metade do século XIX, manifestava-se de modo “equilibrado” no que se refere à frequência do infinitivo apenas flexionado (44%) e da forma infinitiva com o sujeito preenchido (56%). Porém, no último período, há um aumento de 72% de infinitivo com sujeito preenchido e o flexionado cai para 28%

(cf. tabela 9). Assim, constatamos que há uma relação direta entre as freqüências das duas formas, pois a forma pessoal do infinitivo vai se manifestando preferencialmente com a presença do sujeito no decorrer do tempo.

Esses resultados podem indicar que a mudança verificada no preenchimento do sujeito em sentenças finitas também atingiu as formas infinitivas, visto que houve um aumento significativo na freqüência de infinitivo com sujeito preenchido.

Entretanto, encontramos algumas diferenças entre os resultados de Duarte (1996) e os nossos no que se refere ao preenchimento do sujeito.

A autora constatou que, até 1918, os dados mostravam a tendência ao uso de *pro* mesmo em contextos de não-correferência, mas, a partir de 1955, todos os sujeitos não-correferentes são preenchidos, tendo um aumento de preenchimento até mesmo com sujeitos correferentes. Além disso, neste último período, o uso do pronome pleno na 1ª e 2ª pessoas já encontra-se em ampla difusão.

Em nossos dados, por outro lado, há infinitivos com sujeitos não-correferentes em relação ao sujeito da oração matriz, mas que, mesmo assim, não apresentaram sujeito preenchido nem flexão. A tabela 3 indica que houve 322 ocorrências de infinitivo com sujeito não-correferencial ao sujeito da matriz no *corpus*. 134 dessas ocorrências referem-se ao infinitivo sem preenchimento de sujeito e sem flexão (42%), enquanto o restante dos dados possui tais marcas pessoais (58%). Porém, entre essas 134 ocorrências, há 83 construções de controle de objeto que realmente não poderiam apresentar o infinitivo com sujeito preenchido. Porém, 51 casos referem-se a outras orações que já possibilitam tal preenchimento, mas que não o apresentaram. A tabela 19 mostra a freqüência dessas orações que possibilitam o sujeito preenchido em cada período de tempo.

Tabela 19 – Frequência do infinitivo com sujeito preenchido e do infinitivo sem sujeito preenchido, em função do fator não-correferência nos séculos XIX e XX.

Variável	1ª metade do século XIX		2ª metade do século XIX		1ª metade do século XX		2ª metade do século XX	
	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência	Nº de ocorrências /total	Frequência
Infinitivo pessoal	34/52	65%	45/58	78%	38/49	78%	26/35	74%
Infinitivo impessoal	18/52	35%	13/58	22%	11/49	22%	9/35	26%

Na tabela 19, a variável *infinitivo pessoal* refere-se apenas à forma do infinitivo que apresenta sujeito preenchido em contexto de não-correferência. A variável *infinitivo impessoal*, por sua vez, aborda, nessa tabela, os casos de infinitivos que não apresentaram o preenchimento do sujeito apesar de estarem em contexto de não-correferência e de tal preenchimento ser possível.

O resultado apresentado pela tabela 19 indica que o sujeito foneticamente nulo ocorre com frequência similar no *corpus* dos três últimos períodos (22%, 22% e 26%, respectivamente), apresentando uma quantidade maior de infinitivo impessoal com sujeito nulo na primeira metade do século XIX (35%); período em que Duarte (1996) ainda encontra um número significativo de sujeito nulo com verbos finitos.

Assim, verificamos que há ocorrências de infinitivos sem preenchimento de sujeitos não-correferentes no século XIX e XX, com uma diminuição dessas ocorrências nos três últimos períodos. Porém, esses períodos ainda apresentam uma quantidade significativa, visto que praticamente um quarto das construções infinitivas em contextos de não-correferência não apresentam o sujeito preenchido, diferenciando-se, dessa forma, dos resultados encontrados por Duarte (1996), conforme citamos anteriormente.

A partir desses dados, notamos que, mesmo quando há descontinuidade do tópico referencial, o preenchimento do sujeito do infinitivo pode não ocorrer, como exemplificado em (21), que repetimos em (47), e em (48).

(46) “Esta correspondência é registrada *por temer* o desvio.” (segunda metade do século XX)

(47) “O abaixo assignado, desejando dar um testemunho de gratidão a todos os senhores eleitores dos collegios do Principe, Castro, Coritiba e Paranaguá que na proxima passada eleição lhe honrarão com seus votos *para fazer* parte não só d'assembléa provincial como da lista triplice de senador por esta provincia: aproveita esta oportunidade para agradecer-lhes tal acto, que sobremaneira o exalta tanto, mas quanto é o primeiro a reconhecer que lhe fallecem as necessarias luzes para tão elevados cargos.” (segunda metade do século XIX)

Além disso, é interessante ressaltar que, no último período abordado, não houve nenhuma ocorrência de sujeito preenchido do infinitivo em contexto de correferência, (cf. a tabela 13). Portanto, observamos uma diferença no comportamento do infinitivo quando o comparamos com o verbo finito no que se refere a esse fenômeno, pois, segundo Duarte (1996), o preenchimento do sujeito em sentença finita é preferido pelos falantes principalmente a partir da segunda metade do século XX, seja em contexto de correferência ou não.

Os dados da pesquisa de Schaff (2001) confirmam nossos resultados no que se refere à preferência pelo preenchimento do sujeito do infinitivo ao invés do uso do infinitivo flexionado e ainda mostram que o sujeito nulo com o infinitivo ainda é recorrente. Segundo o autor, nas entrevistas, o sujeito nulo só não ocorreu com uma das crianças pesquisadas e o infinitivo com sujeito preenchido obteve 87 ocorrências, sendo a maior frequência na primeira (42 ocorrências) e terceira (36 ocorrências) pessoas do singular, contextos que não permitem a marcação morfológica da flexão do infinitivo. O infinitivo flexionado, por sua vez, apresentou apenas uma ocorrência.

Cabe acrescentar que, segundo Raposo (1987), uma língua que apresente infinitivo flexionado com a possibilidade de realização lexical de seu sujeito é uma língua de sujeito nulo. O autor justifica sua afirmação, discutindo que, em línguas “pro-drop”, *AGR* do

verbo especifica número, pessoa e, opcionalmente, caso; porém, em línguas que não são “pro-drop”, *AGR* não pode especificar caso.

Tendo em vista o que foi discutido anteriormente sobre a perda de sujeito nulo com verbos finitos no PB (cf. Duarte, 1996), podemos compreender a redução no uso do infinitivo flexionado e do infinitivo com sujeito. Se seguirmos a proposta de Raposo (1987), poderemos supor que o infinitivo, ao perder a desinência número-pessoal, também está perdendo o sujeito preenchido por não poder marcá-lo com caso nominativo.

Passaremos agora à discussão de outros fenômenos no PB, conforme a próxima seção expõe.

6.3.2 Fixação da Ordem SV e Modificações no Sistema Pronominal

Além das modificações lingüísticas abordadas na seção anterior, outras têm merecido a atenção das pesquisas atuais, entre elas estão a fixação da ordem SV e as alterações no sistema pronominal.

Berlinck (1989) ocupa-se desses tópicos ao abordar a mudança da ordem verbo-sujeito (VS) para sujeito-verbo (SV) no PB, utilizando dados diacrônicos referentes aos séculos XVIII, XIX e XX. A autora constata que há uma diminuição no uso de SN posposto ao verbo com o decorrer dos períodos abordados, ocorrendo um “progressivo enrijecimento da ordem em SN V” (Berlinck, 1989, p.97).

De acordo com a pesquisadora, no século XVIII e XIX, a ordem VS ainda ocorre com freqüências relativamente altas (42% e 31%, respectivamente), quando comparadas com os dados do século XX (21%). Porém, o que ela ressalta em seu trabalho é a diferença no uso da ordem VS em cada período. Nos dados do século XVIII, o *status informacional do SN* é o fator que exerce a maior influência no aparecimento da ordem VS. Porém, na passagem do século XIX ao XX, tal ordem é restrita a alguns contextos lingüísticos, nos quais o fator *tipo de verbo-predicador* possui um papel importante.

Dessa forma, esses resultados indicam que os verbos possuidores de mais de um argumento são menos propícios à ordem VS, dada a possibilidade do argumento externo, posposto ao verbo, ser interpretado como argumento interno. Assim, a autora afirma que

o encaminhamento da diminuição de frequência de V SN atingiu antes e com mais intensidade os contextos “mais transitivos”, agindo mais brandamente à medida que os contextos se intransitivizavam. (Berlinck, 1989, p.101)

Para explicar as outras forças que estariam influenciando essa mudança, a autora ainda cita o estudo de Tarallo (1983 *apud* Berlinck, 1989) que comprovou haver, no PB, uma diminuição na retenção pronominal com a função de objeto direto na passagem do século XIX ao XX. Segundo Berlinck (1989), os resultados do autor vêm complementar a compreensão da fixação da ordem SV, pois, nesse mesmo período, ocorrem as mudanças na ordenação dos constituintes, principalmente com verbos transitivos que, segundo Tarallo (1983 *apud* Berlinck, 1989), foram perdendo gradualmente os clíticos na posição acusativa. Tal mudança poderia acarretar ambigüidade com as construções VSO. Dessa forma, isso pode ter facilitado o enrijecimento da ordem SV.

Portanto, a autora conclui que há uma relação entre maior liberdade de ordenação de constituintes numa sentença e um sistema clítico rico e produtivo, pois este possui uma função sintática evidente, impedindo a ambigüidade em construções VSO.

Cabe acrescentar que, com a diminuição na frequência dos clíticos, outras alterações apareceram no sistema pronominal, pois aqueles foram substituídos por pronomes tônicos (em posição de objeto direto), por SN repetido ou ainda por uma categoria vazia (cf. Cyrino, 1996). Assim, notamos que houve uma reorganização do sistema pronominal.

Novamente, encontramos a influência dessas mudanças em nosso *corpus*. Ao observar a ordem dos constituintes em nossos dados, verificamos que as completivas infinitivas seguem a mesma tendência apresentada pelas sentenças finitas, ou seja, há uma diminuição no uso de SN posposto ao verbo no decorrer dos períodos. Enquanto no século XIX o predomínio ainda é da ordem VS (há 29% e 39% desse tipo de construção em cada metade do século XIX, respectivamente), no século XX, esse número cai para 26% na primeira metade e 5% na segunda (cf. tabela 16).

A distribuição dos dados com o sujeito anteposto ao infinitivo, por sua vez, ocorre da seguinte maneira: 19% para cada metade do século XIX; 32% na primeira metade do século XX e 31% na segunda metade do XX (cf. tabela 16). A partir desse resultado, observamos que a ordem SV é mais recorrente no século XX, demonstrando assim que as completivas infinitivas com sujeito também passaram pela mudança na ordem durante o mesmo período no qual as orações finitas se modificaram nesse aspecto da gramática (cf. Berlinck, 1989).

No entanto, cabe ressaltar que a segunda metade do século XX é a mais significativa quanto à ocorrência da ordem SV, pois, entre os 29 dados de infinitivo com sujeito desse período, encontramos 21 orações com o sujeito anteposto ao infinitivo (72%). Nos outros períodos, tais orações aparecem com a frequência de 32%, 25% e 44%, respectivamente¹¹.

Nesse último período, há ainda quatro ocorrências de sujeito antes do verbo principal (os sujeitos são pronomes oblíquos) e quatro ocorrências de infinitivo pessoal com a ordem VS (cf. tabela 16). Estas construções, apesar da diminuição de sua frequência, ainda aparecem no *corpus*, porém, elas somente ocorrem quando possuem, como sujeito, uma oração ou um SN “pesado”, conforme os dados a seguir apresentam:

(48) “Deixo meu apelo como cidadã para que cada pessoa siga o grande exemplo de familiares de Jaqueline, autorizando em vida a doação de seus órgãos (...) fazendo *renascer a esperança de uma luz que está se apagando.*”

(49) “Sob a justificativa de *ter entrado recursos da dívida ativa*, o prefeito iniciou várias obras antes dos pleitos eleitorais.”

(50) “Eu me desesperei por *faltarem as coisas mais necessárias*”

(51) “Além de não *existir registro oficial do comitê de campanha nem da candidatura*, como determina a legislação eleitoral, Fernando Henrique continua desempenhando integralmente seu mandato de senador.”

¹¹ Os valores apresentados nesse parágrafo são encontrados ao observarmos a frequência da ordem dos constituintes nas completivas infinitivas, abordando o *corpus* de cada período separadamente

É interessante notar ainda que, diferenciando-se dos outros períodos, a segunda metade do século XX não apresenta nenhuma ocorrência de sujeito no meio da locução verbal infinitiva, ou seja, com a ordem VS, na qual o sujeito da locução aparece após o auxiliar infinitivo.

A partir das considerações anteriores, verificamos que a fixação da ordem SV com o infinitivo pessoal apresenta-se com maior força no último período de tempo abordado, apesar de já ocorrer gradualmente nos outros.

Tendo em vista esse quadro geral sobre as principais mudanças no PB, podemos constatar que as alterações no uso do infinitivo pessoal não é um fenômeno isolado, mas está articulado a outras modificações lingüísticas que ocorreram no mesmo período de tempo.

Galves (1993, p. 387) afirma que “é nos documentos do século XIX, em particular da segunda metade, que surgem os fenômenos que caracterizam a sintaxe do português falado atualmente no Brasil”. Apesar dessa constatação, as mudanças no infinitivo pessoal parecem não se enquadrar perfeitamente nesse período, pois verificamos que a diminuição em seu uso ocorreu com maior relevância na segunda metade do século XX.

No entanto, a mesma autora nos esclarece nesse aspecto ao declarar que “apesar de aparecer nitidamente na segunda parte do século XIX, ou às vezes antes, a mudança só se implementa definitivamente no decorrer do século XX” (Galves, 1993, p. 403). Dessa forma, podemos acrescentar que nossos dados possibilitaram confirmar tal afirmação e observar tais mudanças referentes ao infinitivo pessoal no português brasileiro contemporâneo.

Neste capítulo, expusemos nossa análise, porém, as considerações finais de nossa pesquisa abordaremos no próximo.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo focalizou a mudança no PB com respeito ao infinitivo pessoal.

No primeiro capítulo, ao abordar a mudança lingüística a partir de diferentes perspectivas, constatamos que nosso trabalho enquadra-se num novo contexto de pesquisa, pois considera a mudança, especificamente a do infinitivo pessoal, como algo natural, diferenciando-se, assim, de outros momentos históricos, nos quais ela era considerada progresso ou degeneração lingüística.

Além disso, consideramos que foi produtivo termos escolhido a proposta da variação paramétrica para a realização do estudo, visto que esse novo programa de pesquisa histórica possibilitou verificar nossas hipóteses, tendo os resultados quantitativos como suporte para a verificação da mudança no infinitivo pessoal.

No segundo capítulo, vimos que tal infinitivo possibilita muitas controvérsias entre os estudiosos que se propõem a estudá-lo. Estes, ao defini-lo, baseiam-se no preenchimento do sujeito ou na presença das desinências número-pessoais, ora enfatizando o aspecto sintático, ora o morfológico. No entanto, há aqueles que abordam ambos os aspectos. O presente trabalho compartilha desta visão ao classificar como pessoal o infinitivo com sujeito preenchido e/ou flexão verbal.

Ainda, nessa parte, confirmamos a falta de consenso entre as gramáticas normativas no que se refere às prescrições para o uso do infinitivo pessoal. Diversos gramáticos utilizam o termo “tendências” no uso desse infinitivo, visto que nenhum gramático conseguiu elaborar regras definitivas para ele. Portanto, se até mesmo as gramáticas propõem regras divergentes, podemos supor que a norma padrão não tem exercido muita influência nos falantes que se preocupam com o “uso correto” do infinitivo pessoal, proporcionando, dessa maneira, maior liberdade aos usos diversificados dessa forma verbal.

Ao discutirmos diversos estudos, no capítulo três, notamos que o infinitivo pessoal tem sido abordado por diferentes linhas teóricas, sendo focalizado a partir de variadas perspectivas mesmo dentro de uma mesma teoria. Portanto, tal variedade de descobertas sobre

esse elemento gramatical possibilitou a comparação entre seus resultados e os nossos, auxiliando ainda o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Além disso, a pesquisa bibliográfica, exposta no trabalho, proporcionou a constatação de que a diacronia do infinitivo pessoal já havia sido estudada no PE, porém, ainda não havia sido feito o mesmo estudo no PB; pelo menos, até o momento, não é de nosso conhecimento tal iniciativa.

No quarto capítulo, fornecemos a fundamentação metodológica da pesquisa. Com esse intuito, discutimos a constituição do *corpus*, formado por cartas de leitores dos séculos XIX e XX, o levantamento da variável dependente e das variáveis independentes como também as hipóteses que fundamentaram as escolhas. Após a codificação dos dados, pudemos observar as diferenças e semelhanças no uso do infinitivo pessoal em cada período de tempo.

Esses resultados foram apresentados no capítulo cinco. Num primeiro momento, expusemos a distribuição dos infinitivos pessoal e impessoal, no decorrer dos séculos XIX e XX. Num segundo momento, discutimos a variação entre o infinitivo flexionado e o infinitivo com sujeito preenchido.

Com a distribuição dos dados, verificamos que, na segunda metade do século XX, o infinitivo pessoal não aparece com as seguintes estruturas: como completiva de adjetivo; com auxiliar modal; na função de predicativo de sujeito. Em tais completivas, ocorreu apenas a forma impessoal do infinitivo; a forma pessoal apareceu apenas nos outros períodos. Assim, notamos uma diferença no uso do infinitivo pessoal no *corpus* referente a esse aspecto.

No entanto, o fator *verbo da matriz causativo ou sensitivo* proporcionou um maior aparecimento do infinitivo pessoal em todos os períodos abordados. A diferença, com esse fator, ocorreu novamente na segunda metade do século XX, pois, nos outros períodos, há um uso maior de pronome oblíquo como sujeito do infinitivo, mas, no último período, há apenas uma ocorrência desse tipo com o pronome *me* anteposto ao verbo da matriz. A partir desse resultado, confirmamos a hipótese de que os verbos causativos e sensitivos favorecem o uso da forma pessoal da completiva infinitiva por apresentarem sujeitos diferentes, sendo ainda que apresentaram algumas diferenças no seu uso.

A partir do grupo *referência do sujeito do infinitivo*, confirmamos a hipótese de que o fator *não-correferência* influencia o uso do infinitivo pessoal. Além disso, observamos que o uso de tal infinitivo em contexto de correferência diminui com o decorrer do tempo, podendo

indicar que os falantes atuais preferem utilizar a forma pessoal do infinitivo quando há maior necessidade, ou seja, quando há descontinuidade do tópico referencial.

Após a distribuição dos dados, focalizamos o infinitivo pessoal, verificando a variação entre o infinitivo com sujeito preenchido e o infinitivo apenas flexionado. O intuito com essa parte era confirmar nossa hipótese de que, no século XX, a forma pessoal do infinitivo ocorreria preferencialmente por meio da presença do sujeito, mas o infinitivo apenas flexionado teria uma frequência menor. Tal hipótese estava fundamentada nas mudanças ocorridas no PB, especificamente na simplificação das conjugações verbais e na tendência ao preenchimento do sujeito.

Os resultados, inicialmente, pareciam confirmar a tendência à simplificação das conjugações verbais e ao preenchimento do sujeito, pois realmente, com o decorrer do tempo, a segunda forma foi sendo mais usada que o infinitivo apenas flexionado, aparecendo com mais frequência e em um número maior de contextos lingüísticos referentes às variáveis independentes. No entanto, constatamos que, apesar do fenômeno da simplificação realmente ser verificado no infinitivo, o sujeito preenchido do infinitivo não estava sendo usado em todos os contextos nos quais ele poderia apresentar-se ou até mesmo nos quais sua presença indicaria que houve mudança do tópico referencial.

Observando a variação entre infinitivo com marcas pessoais expressas e infinitivo sem tais marcas, foi encontrada uma quantidade significativa de casos de infinitivo com sujeito não-correferente em relação ao sujeito da oração matriz, mas que, mesmo assim, não apresentaram sujeito preenchido nem flexão. A partir desses dados, notamos que, mesmo quando há descontinuidade do tópico referencial, o infinitivo pode não apresentar preenchimento do sujeito.

Assim, o infinitivo mostrou-se diferente nesse aspecto em relação à tendência atual do PB que utiliza o preenchimento do sujeito com verbos finitos tanto em contexto de não-correferência como de correferência.

Portanto, esse resultado possibilita considerar a hipótese de que o uso do infinitivo pessoal no PB esteja diminuindo, visto que houve uma redução no uso do infinitivo flexionado e no preenchimento de sujeito.

Além de abordarmos essas mudanças do PB, também observamos a influência da fixação da ordem SV nas completivas infinitivas. Dessa forma, verificamos que o infinitivo

segue a mesma tendência apresentada pelas sentenças finitas, ou seja, há uma diminuição no uso de SN posposto ao verbo no decorrer dos períodos. No século XIX, o predomínio ainda é da ordem VS, porém, no século XX, aumenta a frequência da ordem SV, sendo mais significativa, nesse aspecto, na segunda metade do século XX.

Tendo em vista essas considerações, podemos notar que as alterações no uso do infinitivo pessoal e as outras modificações lingüísticas do PB estão interligadas, confirmando, dessa forma, que toda mudança influencia e é influenciada por outra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

BARBOSA, A.; LOPES, C. (orgs.). **Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX**: cartas de leitores e cartas de redatores. Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB).Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

BARROS, A. F. & JOTA, Z. S. **Verbos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BERLINCK, R.A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (org.). **Fotografias Sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, p. 95-112, 1989.

BRESCANCINI, C.R. A análise de regra variável e o programa Varbrul 2S. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C.R. (orgs.). **Fonologia e Variação**. Recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.13-75, 2002.

BUENO, F.S. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

CÂMARA, J.M. **Dicionário de lingüística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 34 ed. São Paulo: Nacional, 1991.

CHAGAS, P. A mudança lingüística. In: FIORIN, J.L. (org.). **Introdução à lingüística**. 3 ed. São Paulo: Contexto, p. 141-163, 2004.

CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

COUTINHO, I. L. **Pontos de Gramática Histórica**, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CRYSTAL, D. **Dicionário de lingüística e fonética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CYRINO, S.M.L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: **objeto** nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CUNHA, C. & CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, I. Subordinação completiva – as orações completivas. In: MATEUS, M. H.M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, p.593-651, 2003.

DUARTE, M.E.L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**, Campinas: Editora da Unicamp, p.107-128, 1996.

_____ A sociolingüística paramétrica: perspectivas. In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (orgs). **Estudos Lingüísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: Idéia, p.107-114, 1999.

_____ Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, T. (org.). **Para a história do português brasileiro**. vol. 3, São Paulo: USP/Humanitas, p.155-176, 2002.

FARACO, C.A. **Lingüística Histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 387-408, 1996.

GORSKI, E. Variação no uso do infinitivo pessoal. **Organon**, nº 28/29, Porto Alegre, p. 95-113, 2000.

KATO, M. A. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-lingüística. In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (orgs) **Estudos Lingüísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: Idéia, p.95-106, 1999.

KURY, A. G. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa do Brasil**. São Paulo: Lisa, 1972.

LIGHTFOOT, D. **The development of language: acquisition, change, and evolution**. Oxford: Blackwell, 1999.

LUZ, G. A. Inflected infinitive in Romance languages. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, nº 34, p.7-17, 1998.

MARTINS, A. M. On the origin of Portuguese inflected infinitive. **Historical Linguistics 1999: selected papers from the 14th International Conference on Historical Linguistics**, ed. L. Brinton, Amsterdam, 1999.

_____ Coordination, ellipsis, and the Portuguese inflected infinitive: the role of structural ambiguity in syntactic change. Selected papers from DIGS 8, ed. S. Anderson e D. Jonas, Oxford & New York: Oxford University Press. (No prelo)

MARTINS, E. (org.). **O Estado de S. Paulo- Manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

MATTOS E SILVA, R.V. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: CARDOSO, S.A.M. (org.). **Diversidade lingüística e ensino**. Salvador: EDUFBA, p.19-43, 1996.

_____ Reflexões e questionamentos sobre a constituição de *corpora* para o Projeto *Para a história do português brasileiro*. In: DUARTE, M. E. L. & CALLOU, D. (orgs.). **Para a história do português brasileiro**. vol. 4, Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/ FAPERJ, p.17-28, 2002.

MAURER JR, T.H. **O infinito flexionado português: estudo histórico-descritivo**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

MELO, G.C. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

MIOTO, C.; SILVA, M.C.F.; VASCONCELLOS, R.E. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2000.

NICOLA, J. & INFANTE, U. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1997.

PEREIRA, M. A. B.; RONCARATI, C. N. O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por 'para' no português do Rio. **D.E.L.T.A.**, v. 9, nº 1, 15-30, 1993.

PIRES, A. **The syntax of gerunds and infinitives**: subject, case and control. Dissertação de doutorado. University of Maryland, College Park, 2001.

RAMOS, J. Sociolingüística paramétrica ou variação paramétrica? In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. (orgs). **Estudos Lingüísticos**: realidade brasileira. João Pessoa: Idéia, p.83-93, 1999.

RAPOSO, E. Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese. **Linguistics Inquiry**, 18: 1, p. 85-109, 1987.

RIBEIRO, I. Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro. In: MATTOS E SILVA, R.V. (org.). **Para a história do português brasileiro**. vol. 2, tomo 1, São Paulo: USP/Humanitas, p.91-126, 2001.

ROBERTS, I. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica, Campinas: Editora da Unicamp, p. 409-425, 1996.

ROCHA LIMA, C.H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SACCONI, L.A. **Nossa gramática**: teoria. 11 ed. São Paulo: Atual, 1990.

SAID ALI, M. O Infinitivo Pessoal. In: SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, p.55-76, 1957.

SAI

D ALI, M. O Emprego do Infinitivo. In: SAID ALI, M. **Gramática secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, p.173-180, 1964.

SALLES, H.M.M.L. Orações infinitivas no português do Brasil. **Revista do GELNE**, ano 1, nº 2, p.71-75, 1999.

SCHAFF, M. **A aquisição da flexão verbal em PB: o infinitivo flexionado**. 2001, ms. UFSC.
TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.

TORRES MORAIS, M.A.C.R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**, Campinas: Editora da Unicamp, p. 263-306, 1996.

XAVIER, M.F.; MATEUS, M. H. **Dicionário de termos lingüísticos**. Lisboa: Cosmos, 1992.